



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

VICTOR HUGO ARAÚJO MONTENEGRO DE LUCENA

**A INVENÇÃO DA ILHA DE DEUS: significados da pobreza urbana e formações
discursivas em torno de uma comunidade pesqueira do Recife**

Recife
2020

VICTOR HUGO ARAÚJO MONTENEGRO DE LUCENA

A INVENÇÃO DA ILHA DE DEUS: significados da pobreza urbana e formações discursivas em torno de uma comunidade pesqueira do Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Área de concentração: Desenvolvimento Urbano.

Orientadora: Profa. Dra. Julieta Maria de Vasconcelos Leite.

Recife
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Lucena, Victor Hugo Araújo Montenegro de .

A invenção da Ilha de Deus: significados da pobreza urbana e formações discursivas em torno de uma comunidade pesqueira do Recife / Victor Hugo Araújo Montenegro de Lucena. - Recife, 2020.

157p : il., tab.

Orientador(a): Julieta Maria de Vasconcelos Leite

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2020.

Inclui referências, apêndices.

1. História da cidade. 2. Sociologia urbana. 3. Análise do discurso. 4. Pobreza urbana. 5. Ilha de Deus. I. Leite, Julieta Maria de Vasconcelos. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2024 - 126)

VICTOR HUGO ARAÚJO MONTENEGRO DE LUCENA

A INVENÇÃO DA ILHA DE DEUS: significados da pobreza urbana e formações discursivas em torno de uma comunidade pesqueira do Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Área de concentração: Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 19/02/2020.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Julieta Maria de Vasconcelos Leite (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Professor Doutor Sérgio Carvalho Benício de Mello (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Professora Doutora Virgínia Pitta Pontual (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Professor Doutor Francisco Sá Barreto (Examinador externo)
Universidade Federal de Pernambuco



Pôr do sol na Ilha de Deus. Foto: o autor, novembro de 2019.

“[...] apreender a cidade a partir do vazio deixado por sua não existência, a partir de seu limite, de sua negação, de seu exterior e de sua margem” (Agier, p. 486, 2015).

AGRADECIMENTOS

Aos colegas da Ação Comunitária Caranguejo Uçá, especialmente ao amigo Rodrigo Lima, por abrirem as portas, me receberem de maneira amigável e compartilharem ricos conhecimentos sobre a Ilha de Deus e o Recife. Após conhecer melhor a sua história, mantenho uma admiração por esta organização que cresce e se profissionaliza sem perder sua essência libertária. “Milhões e milhões de Bocas da Ilha de potência!”.

Aos meus familiares e amigos que se mantiveram por perto e em apoio durante todo este período de imersão no curso de mestrado, pesquisa e escrita da dissertação. Sei que escolhi uma profissão difícil e de futuro incerto, mas com o apoio de vocês sigo confiante nesta caminhada. Um abraço especial em minha mãe, Hilda, minhas tias Mariângela e Inês, minhas avós Joana e Anunciada, meus amigos e amigas, Helô, Dayra, Raúl, Digo, Nemo, Leitão, Thiago e Nzinga.

À professora orientadora dra. Julieta Leite, que prontamente aceitou a proposta de pesquisa e conduziu presentes contribuições durante todo o seu desenvolvimento. Os estudos dirigidos e os encontros de orientação junto ao seu grupo de orientandos constituíram-se como estimulantes e criativos ambientes de desenvolvimento acadêmico.

Aos colegas pesquisadores e artistas, que vêm conduzindo ou já encerraram trabalhos na Ilha de Deus: Felipe Moraes, Ananda Martins e Brigitte Schuster. Eles prestativamente disponibilizaram seus trabalhos de pesquisa ou documentos e imagens, além de conversas e trocas de e-mails sobre a Ilha. De maneira que permitiram bons insights e valiosa economia de tempo na etapa de pesquisa documental.

Ao MDU, programa de pós-graduação que me proporcionou um espaço de excelência, multidisciplinar e de grande troca de experiências e saberes sobre o urbano. Mesmo diante das fortes tempestades dos anos de 2018 e 2019 que abalaram a educação nacional, vi o corpo técnico e docente do Programa bastante comprometido por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Ainda, faço uma singela homenagem póstuma ao prof. dr. Luis de la Mora, cuja reconhecida trajetória acadêmica de grande ligação com os movimentos sociais urbanos do Recife foi uma grande inspiração para que eu realizasse este curso de mestrado.

Por fim, agradeço o apoio da fundação FACEPE, fomentadora do desenvolvimento da ciência no estado de Pernambuco, por ter concedido a bolsa de pesquisa que permitiu a realização destes estudos de mestrado e as contribuições deste trabalho.

RESUMO

A presente dissertação realiza uma leitura dos discursos midiáticos que ajudaram a construir a atual imagem politizada e turística da Ilha de Deus, comunidade pesqueira situada no Parque dos Manguezais, zona sul do Recife. Com uma história de pouco mais de 70 anos, a comunidade revela uma inusitada trajetória marcada pelos significados sociais negativos da pobreza urbana. Por muito tempo conhecida como a “Ilha Sem Deus” - “comunidade mais miserável que se construiu no Recife” -, mudou o seu nome nos fins da década de 1980 e somente nos anos 2000 teve o reconhecimento de sua identidade pesqueira. Atualmente, a Ilha é tida como uma das comunidades mais politizadas do Recife, ainda fazendo parte do roteiro de turismo criativo da Prefeitura. Com o pressuposto de que a ‘grande imprensa’ e a ‘mídia independente’ auxiliaram na construção discursiva da realidade sobre a Ilha, a pesquisa investigou nos enunciados midiáticos sobre a comunidade quais formações discursivas e significados sobre a pobreza urbana estiveram presentes ao longo de sua história. Para esta problemática, recorreu-se aos estudos foucaultianos e sua análise arqueológica do discurso, de abordagem historiográfica, teve como principal caminho metodológico a construção de um “arquivo midiático” sobre a Ilha. E a partir de categorias analíticas da arqueologia foucaultiana, que são: i. enunciado; ii. função enunciativa; iii. regras de formação; e iv. formação discursiva, realizou-se uma leitura possível acerca das condições de existência para a emergência de determinados discursos que constituem a Ilha de Deus como é atualmente reconhecida. Constatou-se que as insígnias negativas do discurso sobre mocambos e favelas, historicamente incutidas na realidade da Ilha, estão aos poucos sendo superadas por uma nova ordem discursiva relacionada à visibilidade das comunidades pesqueiras do Recife. Ao final, a dissertação, que se inclui no campo das pesquisas qualitativas interseccionando discurso, cultura e cidade, espera ter reunido importantes reflexões para pesquisas futuras, quer sejam sobre o objeto da pesquisa ou o suporte metodológico de sua investigação.

Palavras-chave: Formações Discursivas; Enunciados Midiáticos; Ilha de Deus; Pobreza Urbana; Comunidade Pesqueira

ABSTRACT

This dissertation presents a reading of the media discourses that have helped to build the current politicized and touristic image of Ilha de Deus, a fishing community located on an island in Parque dos Manguezais, south of Recife. With a history of just over 70 years, the community reveals an unusual trajectory marked by the negative social meanings of urban poverty. For a long time known as the “Ilha Sem Deus” - “the most miserable community that was built in Recife” -, it changed its name in the late 1980s and only had its fishing identity recognized in the 2000s. Currently, Ilha de Deus is considered one of the most politicized communities in Recife, being part of the City Hall's creative tourism itinerary. Assuming that both the 'mass media' and the 'independent media' have contributed to the discursive construction of the reality on the island, the research investigated the media statements about the community to uncover the discursive formations and meanings of urban poverty present throughout its history. For this issue, Foucauldian studies and his archaeological analysis of discourse, with a historiographical approach, were used, with the main methodological path being the creation of a ‘media archive’ about the island. Using Foucauldian analytical categories, which are: i. enunciated; ii. enunciative function; iii. training rules; and iv. discursive formation, a possible reading was made about the conditions of existence for the emergence of certain discourses that constitute Ilha de Deus as it is currently recognized. It was found that the negative signs of the discourse on shanties and slums, historically embedded in the reality of the island, are gradually being overcome by a new discursive order related to the visibility of the fishing communities in Recife. Finally, the dissertation, which is included in the field of qualitative research intersecting discourse, culture and city, aims to have gathered important reflections for future research, whether on the research object or the methodological support of its investigation.

Keywords: Discursive Formations; Media statements; Ilha de Deus; Urban Poverty; Fishing Community

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Jornal do Commercio de Janeiro de 1945	30
Figura 2 - Recorde do mapa do Recife com sinalização em vermelho da localização da ZEIS Ilha de Deus. Ano 2018.	48
Figura 3 - Representação cartográfica do setor sul do Recife, com marcação em verde de possível localização da Ilha de Deus no ano de 1956.	49
Figura 4 - Registro foto-aéreo da Ilha de Deus. Anos 1990.	50
Figura 5 - Fotos aéreas da ocupação da Ilha de Deus.	51
Figura 6 - Esquerda: palafitas nas margens da Ilha de Deus. Direita: Alagamentos entre moradias, resultante de chuvas na Ilha de Deus.	53
Figura 7 - Esquerda: sede da Saber Viver, vê-se o frei Beda junto às crianças da ilha. Direita: frei Beda em passeio na Ilha.	54
Figura 8 - Ponte Vitória das Mulheres.	54
Figura 9 - Rede de arrasto dentro de viveiro de camarão na Ilha de Deus, ano de 2013.	55
Figura 10 - Sede da ação comunitária Caranguejo Uçá antes da urbanização, ano 2007.	56
Figura 11 - Esquerda: canoa atracada cheia de mariscos. Direita: marisqueira descascando os moluscos, enquanto cuida dos filhos, ano 2006.	57
Figura 12 – Página inicial do <i>website</i> “ilhadedeus.com.br” mantido pela Saber Viver, ano 2019.	59
Figura 13 - Esquerda: filmagem da primeira temporada do "Jornal da Maré" (2016). Direita: Capa DVD do documentário "Ilha de Deus - território em transformação" (2014).	60
Figura 14 - Visitas de Eduardo Campos (PSB) e prefeito João Paulo (PT) à Ilha de Deus, ano de 2006.	61
Figura 15 - Imagens aéreas da Ilha de Deus após urbanização.	63
Figura 16 - Passeios de catamarã na Ilha de Deus.	64
Figura 17 - Observação direta das práticas do Caranguejo Uçá	82
Figura 18 - Visitas guiadas ao território da Ilha de Deus	82

Figura 19 - Pesquisa participante de história oral (dinâmica "Rio do tempo") na sede na Caranguejo Uçá	83
Figura 20 - Matéria "Você conhece a Ilha sem Deus?"	111
Figura 21 - Matéria: "Federais prendem contrabandistas"	114
Figura 22 - Recortes de matérias do Diário de Pernambuco dos anos 1 - 1978, 2 - 1979, 3 - 1980 e 4 - 1982, respectivamente.	122
Figura 23 - Colunas de autoria do jornalista Luiz Alves Lacerda sobre a "Ilha Sem Deus", publicadas no Diário de Pernambuco nas datas de 03 de maio de 1983 e 05 de janeiro de 1984, respectivamente	118
Figura 24 - Imagem direita: gravação do programa Ciranda de Mulheres. Imagem esquerda: cartaz de divulgação do programa	126
Figura 25 - Compilação de imagens do documentário "Quando a maré encher"	128
Figura 26 - 1ª Barqueata de Pescadores do Recife	131
Figura 27 - Repercussões na grande midiática sobre a 1ª Barqueata de Pescadores do Recife	133
Figura 28 - "Ilha de Deus pensa grande"	134
Figura 29 - Compilação de imagens/quadros do teaser da primeira temporada do Jornal da Maré, gravado em 2016 na Ilha de Deus e na sede da Caranguejo Uçá.	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fragmentos acerca dos significados da pobreza urbana no Recife	46
Quadro 2 - Ferramentas analíticas da Análise de Discurso Foucaultiana	79
Quadro 3 - A construção do arquivo midiático e distribuição dos documentos a partir das posições discursivas grande mídia e mídia independente	85
Quadro 4 - Referências à Ilha, ocorrências midiáticas e os recortes temporais	86
Quadro 5 - Enunciados encontrados na Grande Mídia, enumerados de 1 a 29, analisados a partir de um n amostral igual a 60	91
Quadro 6 - Enunciados encontrados na grande mídia e na mídia independente, enumerados de 30 a 40, analisados a partir de um n amostral igual a 60.	94
Quadro 7 - Enunciados encontrados apenas na mídia independente, enumerados de 41 a 60, analisados a partir de um n amostral igual a 60.	95
Quadro 8 - Funções Enunciativas	98
Quadro 9 - Critérios das Regras de Formação	100
Quadro 10 - Regras de Formação	101
Quadro 11 - Relação entre Regras e seus Critérios	102
Quadro 12 - Mapa do sistema da formação discursiva "Ilha de Deus, uma comunidade pobre"	105
Quadro 13 - Mapa do sistema da formação discursiva "Ilha de Deus, um território pesqueiro"	108

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACCU - Ação Comunitária Caranguejo Uçá
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COHAB-PE - Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco
CONDEPE/FIDEM - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
CELPE - Companhia Energética de Pernambuco
CEHIBRA - Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPP - Comissão Pastoral de Pescadores
FACEPE - Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IPA - Instituto Agrônômico de Pernambuco
LABTOPOPE - Laboratório de Topografia de Pernambuco
LSCM - Liga Social Contra o Mocambo
MDU - Mestrado em Desenvolvimento Urbano
ONGs - Organizações Não Governamentais
PCR - Prefeitura da Cidade do Recife
PREZEIS - Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social
PT - Partido dos Trabalhadores
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
RMR - Região Metropolitana do Recife
SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão
T.R.I.L.H.A. - Teatro de Rua da Ilha de Deus
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco
URB - Empresa de Urbanização do Recife
ZEPA - Zona Especial de Proteção Ambiental
ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 PRÓLOGO.....	16
2.1 A dimensão midiática que recobre a cidade.....	16
3 SIGNIFICADOS DA POBREZA URBANA NO RECIFE.....	23
3.1 Mocambos, favelas e comunidades.....	23
3.2 Comunidades pesqueiras urbanas.....	38
4 UMA LEITURA SOBRE A ILHA DE DEUS.....	47
4.1 Ocupação, formação social e histórica.....	47
4.2 Controvérsias em torno de sua urbanização.....	61
4.3 Fragmentos acerca do discurso atual.....	65
5 ABRINDO A CAIXA DE FERRAMENTAS.....	71
5.1 Uma introdução à arqueologia foucaultiana.....	71
5.2 A análise arqueológica do discurso.....	75
5.3 A construção do arquivo midiático.....	79
6 MANUSEANDO O ARQUIVO.....	89
6.1 Enunciados midiáticos.....	89
6.2 Funções Enunciativas.....	97
6.3 Regras de Formação.....	99
6.4 Formações Discursivas.....	104
7 REALIDADES DISCURSIVAS EM TORNO DA ILHA DE DEUS.....	109
7.1 O discurso sobre a comunidade pobre.....	110
7.2 O discurso sobre o território pesqueiro.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	144
APÊNDICE.....	149

1 INTRODUÇÃO

A dissertação que se apresenta tem como interesse de investigação e análise práticas e modos de significação sobre a cidade elaboradas por seus sujeitos. A partir do caso da Ilha de Deus, comunidade pesqueira e Zona Especial de Interesse Social - ZEIS localizada dentro do Parque dos Manguezais, zona sul do Recife, busca-se entender certos processos de construção social de significados sobre lugares e populações marginalizadas da cidade. Ao mesmo tempo, atenta-se para as “astúcias” destes sujeitos marginais, suas apropriações tecnológicas e processos criativos de invenção de significados e saberes sobre si e o seu espaço habitado, que recebe conotações de território. Nesta dinâmica, mediada por um olhar sociocultural sobre o Recife, observa-se a emergência de uma formação discursiva sobre as comunidades pesqueiras que se contrapõe a um discurso hegemônico e normativo sobre a pobreza urbana.

No *Prólogo* da dissertação serão apresentados os preâmbulos da pesquisa, o fio que conduz a problemática investigada e expõe a importância de se pensar o fenômeno urbano a partir de seus meios de comunicação. Expõe-se o entendimento de que os meios de comunicação contribuem sobremaneira na construção discursiva da realidade das cidades. Infiltrados no tecido urbano, os *medias* funcionam como importantes agentes discursivos e econômicos - preenchendo de significados a vida cotidiana e auxiliando o controle e ordenamento socioespacial (Moraes, 2002). Ainda nesta seção, introduz-se preliminarmente a analítica do filósofo francês Michel Foucault (1996) ao trabalho, na qual se percebe a função que as ferramentas midiáticas exercem na seleção, controle e visibilidade dos saberes, significados e verdades sobre a sociedade.

A *PARTE I* destina-se à construção do tema, objeto, problema de pesquisa e sua fundamentação teórico-analítica. Já na seção *Significados da Pobreza Urbana no Recife*, tenta-se apresentar ordenamentos discursivos que a categoria “Pobreza” assumiu no cotidiano da cidade, ao mesmo tempo, pontuando a participação da grande imprensa nesse processo. A partir de uma passagem panorâmica sobre a história do Recife, reúnem-se enunciados midiáticos que evidenciam distintos e também persistentes discursos que constituíram significados negativos sobre a pobreza urbana. Ao final, formam-se quatro discursos marcantes: Mocambos, Comunidades, Favelas e Comunidades Pesqueiras.

Em seguida, na seção *Uma leitura sobre a Ilha de Deus*, faz-se um breve relato histórico sobre esta comunidade de pouco mais de 70 anos e constata-se uma trajetória marcada por representações negativas na grande mídia - conhecida como a “Ilha Sem Deus”, a “comunidade

mais miserável que se construiu no Recife” (Diário de Pernambuco, 1984). Este estigma de longa duração começou a mudar, principalmente, a partir dos anos 2000, quando se verifica a emergência de distintas práticas discursivas relacionadas ao lugar advindas da grande mídia e também de organizações locais. É diante desta dinâmica apresentada que a pesquisa lançou mão de uma investigação acerca das formações discursivas sobre a Ilha de Deus, observando as práticas a partir de duas posições discursivas - *grande mídia* (meios corporativos de comunicação) e *mídia independente* (ativistas locais e artistas independentes).

Ainda nesta primeira parte da dissertação são apresentados os referenciais teórico-metodológicos da pesquisa, através dos quais se realiza uma aproximação reflexiva ao pensamento *foucaultiano*, em especial o momento contido na fase arqueológica do filósofo. Na seção *Introdução à arqueologia foucaultiana* tenta-se uma imersão na crítica “arqueológica” aos modelos pressupostos de pensamento e construção de conhecimento, tendo como principal referência a obra “Arqueologia do Saber” (2016). Em a *Análise arqueológica do discurso*, são apresentadas as principais ferramentas conceituais e analíticas deste modelo de Análise de Discurso e como serão aplicados à pesquisa. Foram elas: *i*. Enunciados, *ii*. Funções Enunciativas, *iii*. Regras de Formação e *iv*. Formações Discursivas, que se constituíram como importantes nortes na condução de uma leitura possível sobre as condições de existência que permitiram a emergência de determinadas formações discursivas sobre a Ilha de Deus.

Ainda, na seção *Construção do arquivo midiático* são apresentados de maneira aprofundada os procedimentos adotados de pesquisa e coleta dos dados, principalmente baseados em pesquisa bibliográfica e documental com reunião de dados secundários e visitas de campo. A construção do arquivo, que é defendida por Foucault (2016) enquanto procedimento arqueológico de pesquisa, foi adaptado para um arquivo *mediático*, por se basear na reunião de enunciados encontrados nos meios de comunicação da cidade, quer sejam em meios de comunicação de massa ou através de meios alternativos e independentes.

A *PARTE II* da dissertação destina-se a apresentar os resultados da pesquisa. Na seção *Manuseando o arquivo* é realizada de uma maneira sucinta e objetiva a descrição do arquivo midiático construído. Apresentam-se os *Enunciados midiáticos*, unidades elementares dos discursos; suas *Funções*, que indicam como agem os enunciados e o que eles enunciam; as *Regras de Formação*, que são as condições apriorísticas para a existência dos Enunciados; e a quais *Formações Discursivas* se agrupam, esta última trata-se de um grande conjunto de enunciados que formam um único sistema de Formação: o Discurso.

Constatou-se a existência de duas formações discursivas sobre a Ilha de Deus, analisadas de maneira um pouco mais aprofundada na seção seguinte: *Realidades discursivas em torno da Ilha de Deus*. A primeira formação encerra a Ilha à condição de uma comunidade pobre do Recife. Percebida como uma continuidade dos discursos sobre mocambos, favelas e comunidades no Recife, através da qual a “Ilha estigmatizada” torna-se objeto de interesse da gestão governante da cidade em criar uma “nova Ilha” e associá-la ao seu discurso sobre o planejamento estratégico. Nesta formação, a comunidade e seus moradores até podem receber intervenções urbanísticas, projetos sociais e visibilidade turística, no entanto, a sua condição cultural e existencial pesqueira se reduz a uma imagem turística.

A segunda formação diz respeito à construção de um discurso sobre o território pesqueiro do Recife. Nesta formação, predominantemente encontrada em enunciados vindos da mídia independente da Ilha, vê-se a elaboração de novos significados sobre o mangue e o seu habitante. Seus sujeitos enaltecem o trabalho da pesca artesanal no Recife, elevando-a a condição de identidade cultural de uma cidade historicamente constituída através dos trabalhadores do mar. Ainda, afirma o *ethos* pesqueiro, de uma profissão que cumpre uma importante função econômica e tem baixíssimo impacto ambiental para a cidade. Ao mesmo tempo, revelam o drama ecológico dos rios urbanos e de suas populações ribeirinhas, que padecem diariamente devido aos grandes despejos de esgotos, assoreamentos e a ausência de uma política urbana para os rios, mangues e seus habitantes.

Ao final, no *apêndice* do trabalho acrescenta-se a Lista de referências bibliográficas do arquivo midiático e uma Cronologia sobre a Ilha de Deus. No curso da pesquisa realizou-se o esforço em desvelar a dimensão arqueológica que acompanha a “invenção” da Ilha de Deus. E deste modo foram levantados mais de um século de acontecimentos sociais, políticos, culturais e urbanos no Brasil e em especial no Recife. Acontecimentos estes que estão, de alguma maneira, tecendo o fio da análise sobre as formações discursivas em torno desta comunidade.

2 PRÓLOGO

2.1 A dimensão midiática que recobre a cidade

Toda tecnologia gradualmente cria um ambiente humano totalmente novo (McLuhan, M., p. 10, 1969)

O desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação se mostra profundamente associado ao processo de crescimento e modernização das metrópoles. Vê-se na história recente das sociedades a importante - embora pouco ruidosa - participação das mídias nos mais distintos e variados fenômenos e dinâmicas sociais e culturais que tiveram como palco as cidades. Não contraditoriamente, a expansão dos serviços e produtos midiáticos rapidamente inundaram o cotidiano urbano, tornando as mídias *lugar de referência* para a população e exercendo o papel de *mediadoras* entre os sujeitos e suas construções individuais e coletivas de sentidos e percepções sobre o mundo. Esta poderosa capacidade de enunciar discursos, construir percepções coletivas e interconectar pessoas e lugares, faz das tecnologias de mídia - e seus conteúdos - um relevante objeto da atenção urbanística.

Marshall McLuhan ([1964], 1969) percebeu desde cedo as tecnologias de comunicação como extensões dos sentidos humanos, uma “prótese técnica” que amplia a audição, visão e fala. Ao enunciar a célebre síntese que inicia esta seção, chamou a atenção científica para a capacidade que os meios tecnológicos de comunicação possuem em gradativamente guiar as pessoas para novas formas de pensar, agir e ser. Além de meios de comunicação propriamente, as mídias tornam-se *lugar* de interações sociais, compartilhamento de informações, assimilação de conhecimentos e, por assim dizer, um ambiente por meio do qual ações sociais são realizadas (Bomfim, 2016). Em outras palavras, as tecnologias de comunicação ofereceram a possibilidade de um novo ambiente para a existência humana.

Da imprensa moderna, passando pelos rádios, televisores, cinema, até chegar à internet e as globais corporações digitais, em pouco mais de um século as tecnologias de informação e comunicação tornaram-se o principal canal de circulação das subjetividades no meio urbano. À medida que a tecnologia de comunicação se complexifica e se infiltra no tecido social e urbano, são igualmente afetados e transformados os processos sociais de construção intersubjetiva de sentidos e significados sobre a realidade social do espaço habitado.

A construção imaginária da cidade produzida pelas indústrias culturais é constituída e constitui-se a partir de um permanente diálogo com o cidadão, que contrasta sua experiência real e cotidiana com a versão midiática. Os habitantes da cidade negociam as leituras e propostas urbanas que a mídia oferece através da reconstrução constante de espaços imaginários. A cidade é um grande cenário de imagens e de linguagens, uma esfera intercambiante de fronteiras de sentidos. A cidade é um sistema de interação comunicativa entre os atores sociais, responsáveis pela produção de uma cultura e simbologias urbanas (Pryston, p. 7, 2006).

Os conteúdos informacionais e culturais produzidos e distribuídos de maneira massiva pelos diferentes tipos de mídia, envolveram a vida cotidiana da cidade com uma multiplicidade de cores, textos, imagens e sons. Chegam aos lares, veículos, trabalhos e, por fim, aos olhos e ouvidos dos sujeitos citadinos, de uma maneira capaz de afetar as emoções, as percepções e os modos de ver e experienciar o seu habitat. A programação dos *medias*, por muitos anos, ritmou o cotidiano de gerações de populações urbanas, que passaram a associar determinados programas de rádio e televisão a suas rotinas domésticas, familiares, de trabalho, etc. Pesquisas em comunicação já demonstraram a competência midiática em envolver grandes populações urbanas, afetar suas rotinas e estado emocional. A exemplo do último capítulo da novela ou ainda a cobertura de grandes eventos globais, como a Copa do Mundo de Futebol, e a cobertura de tragédias, como o atentado ao *World Trade Center* nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001 (Fechine, 2006).

Ainda, as ferramentas midiáticas trouxeram diversos efeitos práticos na vida na cidade, como a supressão das distâncias físicas, que dispensa cada vez mais a necessidade de deslocamento, e o alargamento do tempo, por meio do qual informações, entretenimentos e pessoas estão sempre acessíveis. Vê-se que, nas situações de interações “face a face” que caracterizam o cotidiano dos espaços físicos das cidades, o lugar social que cada sujeito ocupa na sociedade interfere diretamente nas formas e contextos em que se dão as interações. Todavia, os *medias* estabeleceram nas cidades espaços de interação e socialização em que o espaço físico não é mais um pressuposto, construindo assim um novo tipo de vivência urbana, na qual a mediação tecnológica configura novos tipos de *lugares* (Lévy, 2003). E conseqüentemente a própria percepção social sobre o “espaço-tempo” foi alterada pela ação das *mídias*.

Se a concepção de espaço esteve historicamente associada a configuração de um lugar, este lugar é (re)apresentado agora na interface da tela sob um regime da temporalidade próprio ao que é eletrônico, ao que só possui existência enquanto *duração* - duração forjada pela velocidade e pela luz (eletricidade). O espaço

urbano - que sempre foi influenciado pelo tempo (horários, semana, feriados) - passa então a ser percebido prioritariamente *no* e *como* tempo (Fechine, p. 38, 2006).

Numa outra mão, o filósofo francês Michel Foucault (1996) ofereceu ao longo de sua obra instrumentos de reflexão crítica para pensarmos acerca da função que os meios de comunicação exercem nas cidades contemporâneas. Atento às maneiras como eram exercidos o controle social e o disciplinamento dos sujeitos no mundo moderno ocidental, Foucault encontrou na ordem do *discurso* as maneiras pelas quais são exercidos o poder dominante e o assujeitamento do outro. Dedicando-se em especial aos campos da Medicina, Loucura e Sexualidade, constatou como através de formações discursivas eram historicamente constituídos Conhecimentos e Verdades sobre determinados objetos da sociedade. Por exemplo, não é qualquer pessoa que pode falar em nome da medicina, ao mesmo tempo que nem toda prática de cura ou conhecimento é aceitável dentro deste *saber*, e não é qualquer pessoa que pode se tornar médica, a depender da biografia do sujeito, em uma sociedade desigual.

Neste caminho, seguindo o pensamento *foucaultiano*, os *mass media* podem ser interpretados enquanto estratégicas ferramentas de exercício do poder dominante. Em “A Ordem do Discurso” (1996), aula inaugural no *Collège de France* pronunciada por Foucault em 1970, nos é oferecido uma interpretação crítica sobre como, na multifacetada e “caótica” realidade da vida social, o Conhecimento tem a função de impor ordem e significados à natureza e às coisas. E embora seja uma construção social historicamente situada, o Conhecimento ganha o caráter de verdade universal e natural à existência dos sujeitos. Ao mesmo tempo que o consenso em torno de um conhecimento tido como verdadeiro acaba por silenciar e excluir verdades outras, estranhas ao padrão hegemônico socialmente aceito.

o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar (Foucault, p. 10, 1996)

Por sua vez, oferecendo conhecimentos e modos de perceber o mundo social na cidade, os meios de comunicação e suas *práticas discursivas* que inundam o cotidiano, auxiliam na construção de consensos quanto aos significados e verdades da vida cidadina. Não obstante, as práticas discursivas se apresentam no centro dos procedimentos de ordenamento, controle e exclusão das sociedades modernas. O filósofo lança mão da compreensão de que a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída através de procedimentos que têm por função reafirmar relações de poder entre os sujeitos. Neste caminho, a imprensa faz parte de um sistema de

dominação sobre o *saber* e sobre a capacidade de proferir *discursos verdadeiros*, um conjunto maior de estrutura duradoura de relações de poder entre os sujeitos.

Os grandes meios de comunicação e as globais corporações de mídia e entretenimento exercem atualmente um duplo papel nas cidades contemporâneas. Em um primeiro momento, do ponto de vista da enunciação discursiva, atuam como agentes operacionais da globalização e do discurso social hegemônico (Moraes, 2002). Eles não apenas vendem e legitimam um *discurso dominante*, propagando visões de mundo e modos de vida bastante específicos - embora globalizados -, como também tendem, num longo prazo, a transformar qualquer diversidade de pensamentos e sociabilidades em um modelo de pensamento e espacialidade único (Maricato; Arantes; Vainer, 2000). E a retórica das mídias se vale pelo “pacto social”, algo socialmente construído, de que os meios de comunicação são a fonte segura e primária de informações verdadeiras sobre o mundo.

Detendo o monopólio da capacidade de interconectar o planeta, com a estrutura de malhas de satélites, cabos de fibra óptica e redes infoeletrônicas, são as tecnologias de comunicação que interligam, em tempo real e *online*, sujeitos, organizações, sociedades, culturas e economias. Esta poderosa capacidade integradora, que conecta simbolicamente as partes de um todo unificando-as em torno de determinadas significações, tornou as mídias objeto exótico e ao mesmo tempo indispensável a vida urbana contemporânea, cada vez mais populacionalmente densa, caótica e multifacetada. Não obstante, “os conglomerados de mídia atuam como agentes econômicos globais, contribuindo para revigorar o modo de produção capitalista” (Moraes, 2002).

Em síntese, as corporações de mídia projetam-se, a um só tempo, como agentes discursivos, com uma proposta de coesão ideológica em torno da ordem global, e como agentes econômicos presentes nos hemisférios. Evidenciar esse duplo papel me parece fundamental para entendermos a sua forte incidência na atualidade. (Moraes, p. 10, 2002)

Constituindo-se não apenas em agentes discursivos, mas também em importantes agentes econômicos da cidade, os conglomerados de mídia atuam conjuntamente a outros poderes, como o capital imobiliário, setores comerciais, *trades* turísticos e o próprio poder governante. Por sua prática discursiva que desempenham forte papel na construção social da realidade e das experiências urbanas que regem a vida cotidiana dos cidadãos. Os meios de comunicação são acionados enquanto dispositivos para a promoção de projetos de desenvolvimento, de políticas sociais e urbanas, na ativação de roteiros turísticos, na defesa de costumes, estilos de vida e de padrões de consumo modernos.

Ao observar esta dimensão midiática que recobre a cidade, percebe-se uma dinâmica de crescente integração entre metrópole e mídia, com uma multiplicação de imagens no cotidiano urbano através das novas tecnologias de comunicação (La Rocca, 2015). Fenômenos que fazem surgir novas dinâmicas e complexidades aos estudos urbanos e demonstram a cada vez maior necessidade de pensarmos as cidades a partir de seus meios de comunicação. Por este caminho lógico, a pesquisa pressupõe uma participação ativa das mídias na construção discursiva da realidade urbana. Assim, ao tomarmos como interesse de pesquisa os significados que a pobreza urbana assumiu no Brasil, não devemos deixar de lado o papel que os *mass media* assumiram na construção social desta categoria.

No decorrer do trabalho, será apresentado o caso da Ilha de Deus. Comunidade pesqueira localizada no Parque dos Manguezais, zona sul do Recife. De uma trajetória histórica marcada por negativas representações midiáticas, buscou-se entender como os significados midiaticamente constituídos sobre a pobreza urbana impactaram a realidade social desta comunidade. E no exercício de entender como a Ilha chegou aos significados positivos pelos quais é reconhecida atualmente na cidade, tomou-se emprestado ferramentas teórico-analíticas do filósofo francês Michel Foucault, adaptadas para uma análise arqueológica do discurso, por meio das quais se investigou os enunciados encontrados nos grandes meios de comunicação da cidade e na mídia independente, revelada nas produções de artistas e ativistas locais.

PARTE I

Choveu
e há lama em Santo Amaro
nas ruas
nas casas
vós contornais
eu não
a mim a lama não suja
em mim há lama não suja
eu sou a lama das chuvas
que caem em Santo Amaro
(“Canto de Amor e Lama”, Erickson Luna)

3 SIGNIFICADOS DA POBREZA URBANA NO RECIFE

3.1 Mocambos, favelas e comunidades

Esta subseção do trabalho busca uma aproximação com o entendimento da pobreza urbana enquanto uma construção discursiva. Objetivando apresentar o pano de fundo no qual ocorrem as análises do objeto da pesquisa, este tópico reúne fragmentos acerca dos significados que a pobreza urbana assumiu no país e especialmente no Recife. Observa de maneira atenta os enunciados recortados dos meios de comunicação da cidade, que muitas vezes se revelam espelho dos interesses e dos discursos dominantes. No decorrer da leitura, ver-se-á que a seção faz uma vista panorâmica sobre este processo de construção discursiva de significados sobre a pobreza, acompanhando quatro ordenamentos discursivos importantes à realidade urbana do Recife, que são: Mocambos, Favelas, Comunidades e Comunidades pesqueiras, esta última detalhada em um tópico à parte.

Vê-se que a figura do pobre sempre existiu nas sociedades ocidentais, todavia, a percepção social sobre a pobreza assumiu diferentes formas em distintos momentos históricos. Sob o referencial de importantes leituras em ciências sociais acerca da pobreza urbana e da questão da habitação popular brasileira (Lira, 1994 e 1997; Souza, 2006; Valladares, 1991 e 2018; Zaluar 2000 e 2006), constata-se que o país à medida que se transforma em uma nação moderna e urbanizada, também transforma a sua forma de perceber a pobreza e seus sujeitos. Concomitante, neste processo social de significação da pobreza no país, as mídias de massa detiveram um histórico e importante papel na criação e na disseminação de imagens e representações estereotipadas a seu respeito. Os significados que a pobreza urbana assume nacionalmente, cuja história se revela recente com pouco mais de 100 anos, se mostram ainda em formação e em disputa na sociedade brasileira.

Neste ponto, o Recife constitui-se como um importante lugar para observação e entendimento desta problemática nacional. Isto porque a capital pernambucana foi uma das primeiras do país a alcançar os indicadores de cidadela em um período fortemente marcado por uma “ruralização” dos modos de vida econômico e cultural do país. Uma cidade que tem como marco de sua ocupação uma pequena vila de pescadores e porto de embarcações incrustados em arrecifes naturais nos anos de 1530. De grande beleza natural e paisagística aos olhos e relatos de estrangeiros visitantes, viria, em 1630, ser fortemente impactada com grandes empreendimentos

urbanísticos na ocupação holandesa (Pontual, 2001). Se tornaria uma das principais cidades do país ao longo do XVIII e teria a expansão de sua malha urbana pelo Vale do Capibaribe, seu setor norte e oeste. Já no início do século XIX sentiria o apogeu de seu sistema econômico baseado na exportação do açúcar, quando Recife começou a perder seu brilho em relação a outros centros urbanos brasileiros (Villaça, 2001).

Assim, como disse Milton Santos (2009), se urbanização e pobreza são fenômenos profundamente conectados, Recife não apenas seria uma das primeiras cidades do país a urbanizar-se, como também uma das primeiras a se deparar com a problemática da casa popular, no período entre o final do século XIX e início do XX. Neste momento, o fim do regime escravocrata e os movimentos migratórios de populações do interior e outras regiões do nordeste incharam a capital pernambucana, que não conseguiu absorver a demanda existente por trabalho e habitação. As populações mais pobres, sem recursos para adquirir imóveis nos bairros consolidados, passaram a ocupar os “vazios” da cidade, que no caso do Recife – cidade situada entre o oceano e os rios -, correspondiam em sua maioria às áreas de alagados. É neste contexto que Josué de Castro (2005) escreve:

Naquele tempo, não havia ainda um poder público organizado para defender este tipo de latifúndio e por isso cedo foi ele invadido por outros colonos, vindos de terras distantes em busca de um pedaço de chão desocupado onde deitar raízes. (...) Eram emigrantes expulsos do outro latifúndio – o do açúcar –, este bem mais protegido pela lei, onde não podia haver invasões de terras. (...) E, assim, o latifúndio do açúcar secretava sempre seus excessos de gente que o latifúndio da lama absorvia como um mata-borrão. E a cidade do Recife inchava, embebida daquela tinta grossa da miséria formando sua crosta de mocambos. (Castro, p.106, 2005)

Os mocambos urbanos se multiplicam pelo Recife, inicialmente ocupando seus braços de rios e áreas de alagados, posteriormente os morros de difícil acesso, até definitivamente se fazerem presentes no cotidiano da cidade, preenchendo a paisagem de quase todos os seus bairros. O início do século XX no Recife caracterizou-se por um intenso e desordenado crescimento urbano, quando a beleza natural da cidade, aos olhos de seus tradicionais moradores de costumes coloniais e aristocráticos, se via cada vez mais ameaçada pela expressiva aparição dos “outros” habitantes. E um profundo mal-estar vinha se instalando no âmago da elite econômica e política recifense, representada principalmente por setores industriais e comerciais, temerosa quanto aos rumos do desenvolvimento da cidade.

Este temor se mostrou profundamente associado a um tipo de habitação específica da cidade e que cada vez mais aproximava-se dos requintados sobrados - os mocambos. O lugar de morar dos negros, pardos e brancos de poucos “remédios”, que constituíam as classes sociais mais pobres da primeira metade do século XX. Vê-se que em meados da década de 1930 ocorre em Pernambuco uma “explosão” de discursos acerca do mocambo, tornando-se definitivamente uma questão de política social e urbana, sobre a qual médicos, engenheiros, cientistas sociais, administradores públicos, literatos e jornalistas passaram a lançar opiniões, por vezes, bastante difusas (Lira, 1994).

Por sua vez, os significados que o *mucambo* viria a adquirir a partir da década de 1930 se revelaram bastante distantes de sua origem etimológica - advinda de raízes yorubá e angolense -, que o descreve como uma unidade social e política de resistência (Lira, p. 733, 1994). As primeiras descrições sobre este tipo de casa, viriam a delimitar as suas características físicas rudimentares, caracterizando-as como “chouças” ou “choupanas”, casas de barro, madeira, palhas, folhas de zinco ou latas. E o mocambo rapidamente tornou-se uma “expressão extensiva a todas as habitações pobres” (Lira, p. 734, 1994), não havendo mais distinção entre as distintas habitações pobres da cidade e entre os mocambos encontrados nos sertões e zona da mata do estado.

Uma referência importante que ilustra o início de uma preocupação acadêmica com a problemática do mocambo urbano está contida na obra de Gilberto Freyre (1937), especialmente em seu livro *Sobrados e Mucambos* (1937), que fez uma análise do Brasil dos fins do século XIX, já marcado pela decadência de seu sistema econômico rural-familiar-patriarcal-escravocrata, em detrimento de uma nova ordem urbana moderna crescente.

Quando a paisagem social começou a se alterar, entre nós, no sentido das casas-grandes se urbanizarem em sobrados mais requintadamente europeus, com as senzalas reduzidas quasi a quartos de creado, as moças namorando das janelas para a rua, as aldeias de mucambos, os “quadros”, os cortiços crescendo ao lado dos sobrados, mas quasi sem se comunicarem com elles, os xangôs se diferenciando mais da religião catholica do que nos engenhos e nas fazendas, aquella acomodação quebrou-se e novas relações de subordinação, novas distancias sociaes, começaram a desenvolver-se entre o rico e o pobre, entre o branco e a gente de côr, entre a casa-grande e a casa pequena. Maiores antagonismos entre dominadores e dominados. (...) Entre a gente dos sobrados e a gente dos mucambos. (Freyre, p. 16, 1937).

Freyre nota que, aos olhares dos tradicionais cidadãos recifenses, estes habitats foram recobertos por uma forte lógica de antagonismo e diferenciação entre raças, culturas e classes

econômicas. Os “aldeamentos de mocambos”, associados a tipos africanizados de moradia, eram reiteradamente descritos como algo exótico e não pertencente à cidade, ao mesmo tempo, lugares a serem evitados por seus tradicionais habitantes. Há um só tempo, Freyre assim como uma ampla gama de cientistas sociais a sua época, destacavam os valores étnico-culturais das habitações e dos modos de vida existentes nos mocambos.

Na sua pureza de habitação vegetal, com os cipós fazendo as vezes de pregos e as portas feitas da propria palha ou folhas dos tapumes e da cobertura, o mucambo do litoral do Nordeste, quando construído no secco e entre coqueiros, exprime aquelle primitivismo de cultura de modo attrahente. As aldeias de mucambos desse typo surgem aos nossos olhos com uma doçura de povoações de ilhas do Pacífico [...] Também o mucambo da ‘mata’, do ‘agreste’, dos ‘brejos’ e do ‘sertão’ se apresenta às vezes com os mesmos característicos de ninhos de gente (Freyre, p. 20-21, 1937 *apud* Lira, p. 738, 1994).

A forma como eram descritos os populares e suas casas, sugere Lira (1994), está relacionada a um ideário modernista que permeou o pensamento social até aquele momento, presente em discursos técnicos, acadêmicos e artísticos. De maneira geral, este ideário nacional modernista percebia o mocambo na intersecção entre “uma avaliação construtiva, e uma consideração higiênica, uma expressão étnico-cultural e um acontecimento regional, um processo ecológico, um fato de civilização e adaptação a um espaço social, uma manifestação do popular, uma afirmação do nacional” (Lira, p. 739, 1994). As aspirações intelectuais da época eram a de transformar o país em uma nação culturalmente desenvolvida com instituições e estruturas urbanas modernas. Todavia, tal imaginário de modernização da nação por vezes entrava em colisão com a imagem dos mocambos e mocambeiros da cidade.

A orientação discursiva até então não culpabilizava o sujeito pobre por sua condição de vida no mocambo (Lira, 1994). Via-se o processo em curso de urbanização excludente como fenômeno antecedido por uma espoliação rural do latifúndio da cana-de-açúcar. A miséria no campo era a causa da miséria nas cidades e, nesse sentido, até ocorria um certo encantamento com o mocambo, visto como a forma de subsistência do proletário, do retirante, do negro e do caboclo (Lira, p. 741, 1994):

Afogados, Pina, Santo Amaro, zonas dos mangues, dos 'mocambos', dos operários, dos sem profissão, dos inadaptados, dos que desceram do sertão na fome e não puderam vencer na cidade, dos rebelados e dos conformados — dos vencidos. Zona dos 'mocambos'. Cidade aquática, com casas de barro batido a sopapo, telhados de

capim, de palha e de folhas-de-flandres. Cumbucas negras boiando nas águas. Mocambos — verdadeira senzala remanescente, fracionada em torno às Casas Grandes da Veneza Americana. Poesia primitiva de negros e mestiços fazendo xangô e cantando samba. Fisionomia africana. (Castro, p. 17, 1968 *apud* Lira, p. 740, 1994).

No mangue não se paga casa, come-se caranguejo e anda-se quase nu. O mangue é um paraíso. Sem o côr-de-rosa e o azul do paraíso celeste, mas com as cores negras da lama, paraíso dos caranguejos. No mangue o terreno não é de ninguém. É da maré. Quando ela enche se estira e se espreguiça, alaga a terra toda, mas quando ela baixa e se encolhe, deixa descobertos os calombos mais altos. Num deles, o caboclo Zé Luís levantou o seu mocambo. As paredes de varas de mangue e lama amassada. A cobertura de palha, capim seco e outros materiais que o monturo fornece. Tudo de graça encontrado ali mesmo numa bruta camaradagem com a natureza. O mangue é um camaradão. Dá tudo, casa e comida: mocambo e caranguejo (Castro, p.25-26, 1968 *apud* Lira, p. 740, 1994).

Concomitante, meados da década de 1930 marcam o início do Estado Novo (1937-1945), a terceira república brasileira emergia sob uma forte influência de doutrinas higienistas e eugenistas, que se espalhavam por todo o pensamento social brasileiro, inclusive infiltrando-se nas políticas sociais, urbanas e sanitárias do país (Moraes, 2013). No estado de Pernambuco, sob o governo de Agamenon Magalhães (1934-1945), os mocambos passaram cada vez menos a serem reconhecidos por seus valores culturais e artimanhas de adaptação ao meio e cada vez mais como lugares anti-higiênicos, infectados e moralmente desvirtuados. Rapidamente convertendo-se em verdadeiras ameaças à saúde urbana (Lira, 1994),

“o mocambo não é só uma habitação anti higiênica. Um mal para a saúde. É um fator psicológico de depressão social. Reduz os horizontes das aspirações de conforto da população, (...) de uma vida mais feliz, que é a força moral das coletividades, a condição de progresso, de aperfeiçoamento, de civilização, sempre a procura de meios que elevem a dignidade humana” (Jornal Folha da Manhã, “O Gosto Pela Habitação”. 05/07/39, página 3, *apud* Moraes, 2013).

Emerge com o Estado Novo, um forte discurso político contra a presença dos mocambos no Recife que encontra nos veículos de comunicação da cidade a ferramenta estratégica para divulgação de seus ideários e propagandas contra esse tipo de habitação. De acordo com Lira (1994), ainda no início da década de 1930, eram bastante divulgadas notícias, colunas, matérias, reportagens, nos principais jornais da cidade, reportando a miserável e degradante condição social

existente nos mocambos do Recife. Construindo a sua imagem como foco de doenças e de ameaças à cidade, justificando a lógica de erradicação, e, por fim, cobrando ações mais enérgicas e eficientes por parte dos governos estaduais e municipais contra o “mal” dos mocambos. Como exemplo, a coluna “Cousas da Cidade” do Diário de Pernambuco que em 24 de fevereiro de 1937 escreveu: “O caso dos mucambos, não ata nem desata. É o grande beco sem saída do Recife (...) O mucambo é um estigma de degradação social, que precisa ser eliminado do nosso ambiente. Por si só, o mucambo constitui uma propaganda contra o regime”.

Em conformidade ao clima desfavorável da opinião pública pernambucana sobre a presença dos mocambos, que havia se constituído ao longo da década, são formuladas um conjunto de políticas administrativas para o reordenamento da cidade, estruturadas em uma explícita perspectiva de erradicação do mucambo via intervenção do Estado (Lira, 1994). A essa altura, as políticas populistas varguistas elegeram uma imagem símbolo central de suas ações culturais e de propagandas: a figura do trabalhador brasileiro, identificado ao chefe de família, proletário, que sai de casa logo cedo para trabalhar nas fábricas e retorna a noite para a sua família que o aguarda em uma moradia insalubre. Não contraditoriamente, este discurso político populista em Pernambuco era o de que o morador do mucambo era um ser potencialmente bom, mas desvirtuado pelo ambiente (Moraes, 2013).

Em 1939, criou-se no Recife a Liga Social Contra o Mocambo, associação que reunia donativos do governo federal e estadual, sindicatos, empresas e particulares, para remoção dos mocambos das áreas centrais da cidade, aquisição de terrenos, propagandas sobre a campanha¹ e construção de casas populares para serem vendidas a preços acessíveis em áreas quase sempre afastadas do centro da cidade (Francisco, 2013). Já durante o período de funcionamento da Liga a cobertura realizada pela imprensa local caracterizou-se por uma consonância com o discurso político governante. Os importantes veículos de comunicação da época passaram a emitir matérias elogiosas aos esforços empenhados pelas campanhas de extinção dos mocambos. A exemplo do trecho recortado de uma das muitas matérias que o Diário de Pernambuco fez na década de 1940 sobre a Liga, repercutindo o seu funcionamento e a celebração da data comemorativa, na ocasião do 03 de maio, alusão ao “dia do trabalho”:

Diz, a seguir, que não há problema que não se resolva, quando se quer resolvê-lo. O que é preciso é uma decisão. Essa decisão tem o governo de Pernambuco. Quando

¹ Informações obtidas no acervo digital mantido pela Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-social-contra-o-mocambo>>> Acesso em 20 de março de 2019.

fundou a Liga Social Contra o Mocambo viu que todos os industriais acorreram ao palácio do governo, para colaborar na extinção dos mocambos e dar um pouco em prol dos que vivem nos mocambos. Diz que estamos nos começos da campanha. O programa da Liga é dar uma casa a quem não pode comprar uma. Para esses, o Estado tem o dever de comprar uma casa. A política social e uma política de distribuição. Os que têm recursos dão um pouco para os que não têm. Declarando inaugurada a villa, quer se congratular com os diretores da Liga Social Contra o Mocambo. E terminando diz que os habitantes dos mocambos esperem mais um pouco: a hora da redenção se aproxima (Matéria Diário de Pernambuco, “As celebrações do dia do trabalho”, 03 de maio de 1941, acervo: Biblioteca Nacional)

Trecho de uma longa matéria que praticamente exerce uma função de assessoria de imprensa para o governo estadual, que repercute com certa demagogia as campanhas de extinção dos mocambos na cidade. Dando destaque a construção das vilas operárias para os mocambeiros, enaltecendo a filantropia do empresariado urbano e defendendo a ideia de que era desejo dos próprios habitantes dos mocambos morar nas vilas. Ou ainda, na ocorrência encontrada do Jornal do Commercio de 1945, veiculada em página do caderno “Na polícia e nas ruas”, na qual uma grande nota informa seus leitores sobre as ações de remoção empenhadas pela Campanha (figura 1). Sem, contudo, trazer o “contraditório” à notícia - princípio essencial à prática jornalística -, que poderia vir através da apresentação da opinião dos moradores dos mocambos sobre os processos de remoção e reassentamento para distantes lugares da cidade.

Figura 1 - Jornal do Commercio de Janeiro de 1945



Fonte: CEHIBRA-FUNDAJ.

A primeira metade do século XX no Recife, o Estado ainda não havia tomado para si a centralidade na execução de políticas para a questão habitacional e as ações eram fortemente protagonizadas pela elite empresarial local, movida pelo desejo de modernização, embelezamento da cidade e filantropia. “Era portanto uma questão de honra e de moral, uma dívida perante os quadros de civilidade e a benevolência divina” (Lira, p. 744, 1994). Todavia, como estudos aprofundados sobre as ações da Liga já pontuaram (Lira, 1994; Francisco, 2013; Moraes, 2013), as campanhas de erradicação dos mocambos se constituíram como um verdadeiro fracasso. Na prática, ao final das campanhas, que duraram pouco mais de uma década, foram removidos mais de 40% da população do Recife, habitantes das áreas de morros e alagados, sem, contudo, terem reassentado os populares para um número de casas que ao menos se aproximasse do que foi extinto (Francisco, 2013).

Talvez, observando apenas sob o ponto de vista das elites locais, a Liga tenha na verdade cumprido o seu objetivo: limpar dos mocambos as zonas estratégicas para o desenvolvimento da cidade, ao mesmo tempo que favorecia as elites industriais, latifundiárias e donas de construtoras. Ao observar a história da campanha contra os mocambos, nota-se que ela não obteria números tão expressivos se não fosse fortemente justificada pelos significados preconceituosos constituídos ao longo de décadas sobre o lugar do pobre na cidade.

Nesta cruzada é necessário recorrer aos preconceitos imprimidos ao longo dos anos sobre os mocambos pelas elites locais, de resto, principais financiadoras da empresa. Na expressão contra o mucambo ele é sempre apresentado como «uma chaga», «uma vergonha», «um monstrengo», «uma anomalia», a ferir a paisagem da Veneza Americana. É evidente o sentido de reafirmação do complexo de superioridade da região no documento do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda ao avaliar os primeiros quatro anos de realizações da Liga: «O grande problema era o mocambo. O turista que encontrava uma cidade onde o surto de renovação podia ser notado e sentido sem esforço, pasmava de verificar o contraste, quando a paisagem feia e desoladora dos mocambos aparecia de chofre (Lira, p.749, 1994).

Bem ou mal aceito pelas elites pernambucanas, havia sido constituída no bojo da modernização nacional e das políticas afirmativas varguistas uma nova ordem de significados sob a imagem do mocambo e do mocambeiro: a de operário e trabalhador urbano pobre. E com o fim do Estado Novo, em 1945, e do governo de Agamenon Magalhães, em 1952, quando encerrou-se também uma longa centralização do poder político, os discursos e significados acerca da identidade do pobre urbano e de seu lugar de morar na cidade passaram a estar sob grande dissenso (Cézar, 1985). Formas de organização popular vieram à tona, através de associações de moradores constituídas ainda na década de 1930 para assegurar o direito a posse da terra frente às ações de remoção da Liga.

O fato é que em 1931 há registro em cartório da Liga dos Proprietários da Vila de São Miguel (Afogados), cujo objetivo era "Congregar debaixo de uma bandeira, sem distinção de cor, nacionalidade, credo político ou religioso todos os proprietários pobres da vila São Miguel" sendo sócios da Liga todos aqueles que possuem mocambos, casa ou qualquer imóvel sobre os terrenos aforados à mesma liga" (Cézar, p.161, 1985).

O fenômeno de criação de diversas associações de bairros e ligas de moradores se estendeu, de maneira crescente, até a década de 1960. Mas como pondera Cézar (p.162, 1985), havia uma forte orientação político-partidária e religiosa por trás desta guinada associativa das classes trabalhadoras da cidade. Muitas dessas associações populares tiveram o auxílio de entidades ligadas à Igreja Católica e partidos políticos de esquerda, tais como: Partido Trabalhista Brasileiro, PTB; Partido Socialista Brasileiro, PSB; e Partido Comunista do Brasil, PCB (funcionando na clandestinidade). Este último, com grande trabalho de base popular, até o ano de 1952 havia organizado junto aos assentamentos diversos “comitês populares e democráticos de bairro”.

a Sociedade Mixta **Largo do Viveiro** de Afogados, objetivando "Assegurar aos seus associados a posse dos terrenos ocupados pelos referidos associados. Batalhar pelos interesses gerais do **viveiro grande de Afogados**, com assistência aos seus moradores e melhoramentos para a localidade". Surge também a Sociedade Beneficente Mixta 30 de Setembro, na Mustardinha, com o fim de trabalhar "pelo progresso dessa zona, como seja: criando escolas, postos médicos e intercedendo junto aos poderes competentes para que a mesma zona desfrute de condições higiênicas indispensáveis aos seus habitantes, dentro de ambiente de relativo conforto". No mesmo período é fundada a **Sociedade dos Proprietários do Largo dos Pescadores** da Estrada dos Remédios, visando ainda a defesa da posse da terra, de propriedade da União (Cézar, p.162, 1985, destaque do autor).

Ao mesmo tempo, a Igreja Católica, sob uma orientação conservadora, iniciava ações religiosas junto aos pobres da cidade, no entanto, objetivando frear um possível avanço de ideários comunistas entre as classes trabalhadoras (Cézar, 1985). E já em 1946, antecipando-se aos comitês democráticos, surgem diversas associações populares de orientação cristã católica, nas quais se vê, em seus estatutos, um discurso que se contrapunha fortemente às ideias políticas sindicalistas, com uma orientação de conciliação entre os trabalhadores e a classe patronal:

a Sociedade Beneficente Mixta Operários Unidos, onde o critério para se associar era "bom comportamento e boa conduta moral, não sofrendo de nenhuma moléstia contagiosa", tendo como patrono Nossa Senhora dos Prazeres. Organização semelhante surge em 1954 com o Círculo Operário da Mangabeira, cujo critério para a admissão de associados era que o proponente tivesse mais de quatorze anos, respeitasse "a religião e os princípios cristãos que regem a família", aceitasse sujeitar-se à sindicância prévia. O objetivo geral desta entidade era "Concorrer para o restabelecimento das relações harmônicas entre os trabalhadores e os patrões", considerando também que a referida sociedade deveria conservar-se "sempre fora da política partidária e facciosa" (Cézar, p.162, 1985).

É principalmente a partir de 1955, sob o governo municipal de Pelópidas Silveira (1955-1959), que em Recife iriam se intensificar os surgimentos de associações de bairro, um fenômeno em que a própria prefeitura municipal passou a incentivar e instrumentalizar para a constituição de uma base de apoio popular ao governo (Cézar, 1985). Política que também seria seguida por seu sucessor político na prefeitura do Recife, Miguel Arraes (1959-1962) e que foi interrompida somente no ano de 1964, com a instauração do regime militar.

Este fenômeno de surgimento e crescimento de expressões organizativas e participativas de cunho popular na cidade, entre as décadas de 1930 e 1960, apontam não apenas para a modernização das reivindicações e lutas sociais, agora urbanas - título de posse das terras e serviços sociais e de saúde, como escola, transporte, saneamento, posto de saúde -, como também sublinham a tradição associativa ainda encontrada hoje nos bairros populares do Recife (César, 1985). Embora nem sempre partilhando de uma mesma filosofia política e orientação religiosa, o fenômeno revela o início de uma outra formação discursiva sobre o lugar da pobreza urbana. Tal formação que se contrapôs aos usos de termos, como “mocambo” e “mocambeiro”, a esta altura, palavras carregadas de sentidos negativos e bastante estigmatizados. Em substituição, expressões mais socialmente aceitas, como “trabalhador”, “operário”, “proletário”, “popular”, assim como os assentamentos, antes identificados enquanto “aldeamentos de mocambos”, são ressignificados e passam a serem chamados de “bairros” ou “comunidades”.

A própria Liga Social Contra o Mocambo viria a ter a sua imagem arranhada, transmutando o seu nome de “Liga Social” para “Serviço Social Contra o Mocambo”, quando tornou-se uma autarquia estadual em 1945. A mudança de nome revelou uma busca por alinhar-se a uma política de assistencialismo social (Francisco, 2013). Com o tempo, a expressão “Contra o Mocambo” também seria substituída e em 1952 a autarquia se torna “Serviço Social Agamenon Magalhães”², em homenagem ao seu patrono. A entidade ainda permaneceria com o nome e suas funções até o ano de 1991, quando seria extinta e seus bens e atividades assistenciais repartidas entre várias Secretarias Estaduais - a pasta habitacional é transferida à Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco (COHAB-PE)³.

Os sentidos católicos acerca da pobreza urbana, nacionalmente difundidos, que valorizavam o *ethos* comunitário dos assentamentos, os modos de vida associativos e valores de comunhão e solidariedade entre seus moradores, certamente estabeleceram uma nova ordem discursiva acerca do lugar de morar do pobre na cidade. Uma nova concepção e identidade vinha sendo constituída acerca do habitat e do habitante popular da cidade. E, possivelmente, causando um certo desconforto e constrangimento entre as elites econômicas, de tradição religiosa cristã, e governantes com políticas habitacionais forjadas sob preconceitos historicamente constituídos. Vale notar que,

² Informações referentes ao Serviço Social Agamenon Magalhães (SSAM) foram recolhidas do website do Arquivo Público de Pernambuco. Disponível em: <<<https://www.acervo.pe.gov.br/index.php/servico-social-agamenon-magalhaes>>> Acesso em 05/12/2019.

³ Lei nº 10.690 de 1991, referente a extinção do SSAM disponível para consulta no website da ALEPE-PE. Disponíveis respectivamente em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=2644&tipo=TEXTTOORI_GINAL>> Acesso em 05/12/2019.

como percebido por outros pesquisadores (Birman, 2008; Zaluar, 2008), tais sentidos comunitários e valores cristãos, não necessariamente enunciados por religiosos, eram e ainda são estrategicamente acionados em meio a conflitos fundiários e suas disputas discursivas.

A noção de comunidade, baseada em valores católicos, não precisa ser explicitamente religiosa, como, aliás, frequentemente não é: as referências à comunidade como lugar de realização da hierarquia e da complementaridade entre os diferentes se encontra ancorada num catolicismo difuso que se confunde, em algumas circunstâncias, com o que seria próprio do patrimônio nacional. Ela ganhou, para certas agências governamentais e não-governamentais, um valor emblemático como lugar de realização de valores “tradicionais”. A imagem que resulta dessa concepção identitária é positiva e fartamente acionada tanto por moradores de favelas quanto pela sociedade mais ampla, em momentos em que se quer valorizar os elos dos primeiros com a segunda. (Birman, p. 108, 2008)

Como perceberam Zaluar e Alvito (2008), a noção de comunidade sobre os assentamentos populares vinha conquistando “corações e mentes” de intelectuais, acadêmicos, artísticas e opinião pública da época. Todavia, principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980, em pleno regime militar, uma nova ordem de significados sobre a pobreza urbana rapidamente se sobrepôs e em escala nacional: o tráfico de cocaína havia chegado às favelas cariocas e, em seguida, a outros lugares da pobreza urbana do país.

Nas décadas de 1970, (...) o lugar da favela, segundo o discurso sociológico, surpreenderia alguns desmemoriados observadores de hoje. Não faz tanto tempo assim, em pleno regime militar, dizia-se que a favela era “um complexo coesivo, extremamente forte em todos os níveis: família, associação voluntária e vizinhança” (Boschi, 1970). Aprofundando o pensamento desse autor, Perlman (1976:136) chega a afirmar que os favelados, além de estarem dotados de forte sentimento de otimismo, teriam uma “vida (...) rica de experiências associativas, imbuídas de amizade e espírito cooperativo e relativamente livre de crimes e violências”. Os autores citados não estavam delirando. Assim era o *ethos* predominante entre os favelados, assim concretizavam-se em práticas os jogos sociais nos quais se engajavam, assim se justificavam sociologicamente as demandas para a sua inclusão no campo da política e da economia nacionais. Mas havia uma atividade subterrânea que na década seguinte transformou a vida dos favelados e que veio a mudar o discurso sociológico sobre a favela, (...) Com a chegada da cocaína em toda a cidade, a favela (...) passou a ser representada como

covil de bandidos, zona franca do crime, hábitat natural das “classes perigosas” (Zaluar e Alvito, p. 9-10, 2008).

A partir principalmente dos anos 1980 a representação social do lugar do pobre na cidade ganha novos contornos. E a favela é vista agora como um duplo problema, não mais apenas como sanitário, mas também policial. O cenário das favelas cariocas “abertas”, embora separadas do restante da cidade no imaginário da classe média, porquanto desprezadas e estigmatizadas, ainda não eram fortemente temidas. Isto vai sendo modificado a partir do fenômeno de controle territorial das favelas por grupos de traficantes de drogas ilícitas, gerando grandes temores nas cidades. As apropriações do território por “organizações criminosas pouco organizadas”, que congregavam várias quadrilhas às vezes em disputa pelo território, transformaram significativamente a dinâmica social das favelas, onde a brutalidade e a violência passaram a figurar de maneira cada vez mais presente na vida cotidiana destes lugares (Souza, p. 468, 2006). O que trouxe grandes impactos sobre as favelas e sobre a relação delas com a cidade dita “formal”, com sérias consequências de um agravamento da segregação residencial induzida.

No fundo, a segregação até vem sofrendo, dos anos 80 para cá, um certo aprofundamento, por conta daquilo que o autor já chamou de uma “atualização”, ou um revival exasperado do “mito da marginalidade”: se, nos anos 50, 60, 70 (e mesmo antes), os favelados eram vistos como “economicamente parasitários”, “culturalmente desajustados” e “potencialmente subversivos” (absurdos demonstrados por PERLMAN [1981] e KOWARICK [1983 e 2000] nos anos 70), a partir da década de 80 começaram eles a ser temidos como “traficantes ou traficantes em potencial” e desprezados como “coniventes com traficantes” (Souza, p. 473, 2006)

Como já defendeu Valladares (1991; 2018[2005]), a “favela” é uma invenção social brasileira de pouco mais de um século. A construção social desta categoria enquanto problema urbano é dotada de significativos preconceitos e têm sua origem na então capital brasileira do início do século XX, o Rio de Janeiro. Enquanto governantes do Recife, na década de 1930, criavam uma Liga junto a elite empresarial e sociedade civil local para enfrentar os flagelos dos mocambos, que “denegriam” a paisagem da cidade. A imprensa carioca repercutia a experiência recifense como positiva e cobrava dos governantes ações semelhantes. O Diário de Pernambuco em 25 de junho de 1941 reporta matéria escrita no jornal carioca Diário da Noite, intitulado “Favelas e Mocambos”, em que diz:

“No momento em que o presidente Vargas ordena uma ofensiva em regra contra as favelas cariocas, é interessante e necessário observar-se os resultados da campanha contra o mocambo, que, agora, comemora o seu segundo aniversário. A iniciativa - grande iniciativa - de Agamenon Magalhães, começou, como convinha, por um inquérito censitário em torno do problema. Apurou-se, então, o número de mocambo, o número de seus moradores, profissões e meio de vida. (...) No momento em que pela determinação clarividente do presidente Vargas, a favela carioca passa a ser um problema em equição, é preciso tomar nota desses dados obtidos em Pernambuco, para que se evite erros e dispersões de energias ou contra-marchas que a experiência pernambucana já resolveu” (Matéria no Diário de Pernambuco, de 25 de junho de 1941).

Não era por acaso que favelas e mocambos eram recursivamente associados. Suas habitações tinham padrões construtivos semelhantes e sua população, na maioria, possuíam uma mesma origem étnica. Quando analisadas sob a lógica higienista e eugenista, marcante no pensamento social da época, ambas significavam uma ameaça social à higiene e pureza da “cidade maravilhosa” e da “Veneza brasileira”, respectivamente. A gênese da favela carioca, juntamente a constituição de seus pejorativos significados, deriva da ocupação do “Morro da Favella”. Polêmica ocupação popular que se consolidou bem no centro do Rio de Janeiro no final do século XIX, atraindo grande atenção pública e o interesse midiático carioca da época. Como pontua Valladares (2018), apesar de o fenômeno da “favelização” da capital carioca ser anterior ao próprio Morro que dá nome ao fenômeno, pois no Rio já existiam cortiços e algumas outras ocupações de morros que detinham os mesmos significados sociais. Todavia, foi o da Favella que ganhou a atenção midiática carioca e por consequência grande repercussão na opinião pública da cidade (Valladares, 2018).

Talvez por sua localização geográfica, situado onde é hoje o Morro da Providência (zona central do Rio), o Morro da Favella tornou-se um produto midiático de grande “sucesso”, atraindo a atenção de curiosos leitores ávidos por acontecimentos extraordinários ao cotidiano carioca. E com frequência jornalistas subiam a Favella para prospectar reportagens sobre a vida atípica de sua população e narrar seus acontecimentos violentos. Decerto, é assim - através dos *mass media* modernos - que “favela” vai se tornando o termo para designar o tipo de ocupação dos pobres na cidade carioca. Não demora e a imprensa de todo o país - com suas atenções voltadas aos acontecimentos da capital nacional - passam a reconhecer nas ocupações pobres de suas cidades, insígnias das favelas cariocas: “assassinaram fazendeiro a tiros de emboscada (...) um ofício do delegado de Lagôa de Baixo, comunicando-lhe um bárbaro crime no lugar Favela, daquele município” (trecho de matéria publicada no Diário de Pernambuco, 29/01/1933).

Favelado, como há muito tempo estamos cientes, é uma das designações mais segregadoras de uso corrente na cidade. Este termo participa frequentemente das formas de se criar e se reproduzir como “enclaves da cidade” as favelas, juntamente com dispositivos de submissão de seus moradores às políticas de segregação em curso (Birman, p. 103, 2008).

O ordenamento discursivo acerca da favela vai sendo exportada do Rio de Janeiro para os demais estados nacionais ao longo do século XX. No Recife, tendo como base de dados o acervo⁴ do Diário de Pernambuco, vê-se que é na década de 1980 quando o emprego do termo *favela* substitui de vez o do *mocambo* no desígnio aos lugares de pobreza da cidade. Ao mesmo tempo, este reordenamento discursivo passa a significar o lugar da pobreza urbana no Recife não mais apenas como um problema de ordem urbana, e assim como no Rio, também de ordem policial. Há um só tempo, esta nova ordem de significados ainda mais perversa sobre o lugar de morar do pobre na cidade, como veem pesquisadores, participa de maneira intensa no estabelecimento de uma nova forma de segregação socioespacial no Brasil urbano.

Ocorre por excelência uma “criminalização” apriorística dos favelados e, por conta disso, das favelas. “O favelado é o Outro, um habitante de outro planeta, embora viva na mesma cidade – e um Outro potencialmente perigoso, bárbaro” (Souza, 2006, p.473). É a partir dos anos 1970 e 1980, sob um novo discurso midiático, retornam-se antigos estigmas sociais e reforçam-se outros acerca da favela, atribuindo-a insígnia de ser o lugar dos não pertencentes à cidade e abrigando os sujeitos de comportamentos desviantes. A partir desta nova ordem de significados, Souza (2006) situa uma virada sobre as características tradicionais da segregação no país, que sai de seu tipo “clássico” para um novo modelo de segregação brasileira ancorada no medo.

“A segregação de tipo ‘clássico’, no Brasil urbano, é um processo de ‘empurramento’ dos pobres para espaços desprezados pelas elites e pela pequena burguesia” (Souza, 2006, p. 466). Todavia, uma nova “segregação à brasileira” se forma, na qual se evidencia a população pobre ser a maioria nas cidades brasileiras e ao mesmo tempo ser “empurrada” para espaços de exclusão, desprezados por uma minoria de alto poder aquisitivo. Nas cidades, erguem-se muros de condomínios de luxo e prédios de classe média, “espaços do auto-enclausuramento dos privilegiados”, mas também erguem-se muros invisíveis, percebidos a partir de uma elite urbana que enseja sonhos de confinamento e concentração dos pobres (Souza, 2006). Expressa-se através

⁴ O acervo do Diário de Pernambuco (do ano de sua fundação 1825 até o final da década de 1980) está disponível digitalizado para consulta no arquivo da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ em seu Centro de Estudos Históricos Brasileiros - CEHIBRA, mais detalhes sobre a consulta do acervo do Diário serão pormenorizados adiante, na seção *Construção do arquivo midiático*.

de relações de poder percebidas nas forças que geram as favelas e suas reproduções e estigmatizações. Mas processos fortes de territorialização, como observados no Rio de Janeiro, de numerosas implicações e repercussões são, na história urbana contemporânea, um componente novo, no qual se verifica o fechamento das favelas entre si e em relação ao resto da cidade. Souza (2006) percebe que

Os muros não estão somente em torno dos “condomínios exclusivos” e dos prédios de classe média: estão, crescentemente, nas mentes e nos corações; tendo como argamassa o medo, projetam-se não apenas nos, mas ensejam, na verdade, os sonhos de um confinamento dos pobres: o campo de concentração como metáfora, ou prisão como metáfora (vide o caso da aventada ideia de um muro ao redor da Rocinha – e que ninguém duvide do ex-prefeito do Rio, ao cometer esse “deslize”, nada mais fez que vocalizar e deixar escapar algo que existe como sentimento latente em boa parte da elite e classe média cariocas, e não só cariocas) (Souza, p. 473, 2006).

3.2 Comunidades pesqueiras urbanas

Por fim, a última construção discursiva na qual buscamos reunir fragmentos acerca de seus significados é sobre as comunidades pesqueiras do Recife. A relação da cidade com a pesca é antiga e sua própria origem se confunde com a atividade na região. Como pontua Freyre (p. 66, 1937), Recife que não deteve as atenções iniciais dos colonos da Capitania de Pernambuco, foi por um longo período “apenas simples povoado de pescadores em volta de uma igrejinha e com toda a sombra feudal e eclesiástica de Olinda para abafá-lo”. A pesca artesanal, apesar do contexto adverso, emerge em pleno período colonial e escravocrata. Sua organização social e espacialidade na cidade evidenciam uma origem histórica nas corporações de ofício existentes no então reino de Portugal (Ramalho, 2008).

As corporações de pesca consolidaram-se ainda no século XVII, importando o saber-fazer de *mesteres* artesãos portugueses, unindo-o habilmente às técnicas e tecnologias indígenas e com expressivo emprego do trabalho escravo. Rapidamente toma uma importante função no abastecimento de pescados frescos para a alimentação da cidade, “cumprindo um papel estratégico na conquista de alimentos para um crescente mercado consumidor oriundo do aumento da

população urbana” (Ramalho, p. 269, 2008). Artigo de primeira necessidade numa sociedade predominantemente católica, o peixe não apenas fazia parte da cultura e calendário litúrgico, como também era um alimento respaldado pela fé.

Ainda, de acordo com Freyre (1937), o adensamento populacional do Recife trouxe consigo sérias dificuldades dos comerciários locais em abastecer de alimentos frescos os mercados e armazéns da cidade. A grande demanda por produtos alimentícios, a variação de preços e a escassez de determinados artigos, faziam com que os mais pobres tivessem grandes dificuldades em conseguir o seu alimento. Situação que desencadeou em frequentes conflitos e revoltas sociais. O peixe ou o pescado, que à primeira vista parecia ser um alimento de fácil acesso para as populações de baixa renda, no entanto, teve o seu comércio logo dominado por grandes proprietários de terras, de currais e viveiros nas praias e arredores da cidade.

Esses grandes viveiros, não eram propriedade de nenhum pescador nem de grupos de pescadores. Seus donos eram geralmente proprietários de terras que os arrendavam aos pescadores juntamente com sítios de coqueiro. Aí os pescadores levantavam seus mucambos, pagando 12 vinténs por ano por pé de coqueiro. Às vezes o arrendamento do curral era em separado, sendo a renda mais comum, de dez mil-réis, que entretanto variava conforme a melhor ou pior localidade (Freyre, p. 181, 1937).

No reino de Portugal a atividade pesqueira era exercida por profissionais especializados organizados em associações, confrarias ou corporações de ofício, constituindo-se como um ofício de relativo prestígio, sendo ocupado por populações de classes intermediárias da sociedade portuguesa. No entanto, no Brasil, onde sua elite colonial relegou o quanto possível o exercício de trabalhos manuais e braçais, a pesca artesanal foi expressivamente empenhada por negros em rústicas jangadas (Ramalho, 2008). Os trabalhadores do mar eram em sua maioria escravos “de ganho” ou “de aluguel”, o que ainda significava uma condição escrava diferenciada em relação aos domésticos e lavradores da cana-de-açúcar. É o que descreve Ramalho (2008) a partir da leitura de crônicas realizadas pelo inglês Henry Koster, que esteve em Recife no início do século XIX:

Na situação de escravos de aluguel, estavam pescadores, marceneiros, sapateiros e outros, “que pagavam semanalmente aos seus donos um estipêndio proveniente do que ganham n’algumas ocupações feitas sem que estejam sob o olhar do senhor” (*apud* Koster, 2004, p. 633). Eles assim, podiam experimentar uma liberdade possível, e tinham a chance de comprar suas alforrias (Ramalho, p. 268, 2008).

Desta maneira que corporações de pesca foram organizadas por trabalhadores negros e cresceram na cidade sob a guarda e “a sombra das casas-grandes e dos sobrados patriarcais” (Freyre, p. 310, 1937). À luz de uma tradição portuguesa na cultura do trabalho, as corporações de pesca desde sempre evidenciaram modos de organização social e espacial diferenciados. Sob grande hierarquia e disciplina no ofício da pesca, estabelecida por distintos graus de mestre que eram alcançados ao longo da vida dos pescadores, constituíram um saber-fazer próprio à cultura e geografia local, assim como um conhecimento passado através de gerações. De modo que muitas corporações de pesca eram verdadeiras associações familiares compostas por artesãos de distintas gerações.

Comunidades especializadas e autárquicas eram formadas por pescadores que, combinando técnicas nativas e portuguesas, proviam ao mercado um produto mercantil específico e acessível. Elas se distribuíam em aldeias pelas praias, dando uma ocupação humana permanente ao litoral. Constituiu uma outra economia da pobreza, que possibilitaria maior fatura, mas não ensejava riqueza (Ribeiro, 1995, p. 292 *apud* Ramanho, p. 269, 2008).

Não apenas ocupando o litoral e as praias nos arredores do Recife, mas também o seu interior, áreas de alagados, mangues e braços de importantes rios, como o Beberibe, Capibaribe, Jaboatão, Igarassu, Ipojuca (Ramalho, 2008). Abasteciam a Casa-grande e seus comércios com peixes, caranguejos, pitus, camarões, siris, “esses pescadores a serviço da casa patriarcal tornaram-se jangadeiros iguais aos caboclos; tão peritos quanto eles no traquejo das jangadas, das canoas e da rede de tucum, na caça aos jacarés, às emas e aos veados das margens dos rios” (Freyre, p. 67, 2004, *apud* Ramalho, p. 267, 2008). Exercendo uma profissão e atividade econômica diferenciada, estes escravos de ganho trabalhadores do mar levavam suas vidas muitas vezes distantes da Casa-grande e, por consequência, dos olhos e açoites dos capatazes. Vivendo em pequenas aldeias, realizavam o seu ofício de maneira mais ou menos livre, desde que pagassem os tributos acertados com os seus senhores. Ainda, podiam construir sua casa, constituir sua família e comprar a alforria e de seus familiares através de rendimentos conquistados com a atividade pesqueira.

É possível que isso tenha estimulado a proliferação de negros de ganho ou de aluguel na pesca como atestaram, na época, as descrições de Koster (2002; 2004) e Tollenare (1978). Muitos escravos desejavam a pesca como alternativa concreta de realização de uma condição possível de liberdade e alcançar a sua própria alforria

em muitos casos, trabalhando distante dos olhos de seus senhores (Ramalho, p. 273, 2008).

Diante do trabalho escravo, da monocultura e do monopólio fundiário, o trabalho nas águas representava uma experiência mais “livre” e uma relativa possibilidade de autonomia. E assim, como percebe Ramalho (2008), o ofício da pesca artesanal preservou desde sua origem um certo *ethos* de liberdade, autonomia e corporação. Há um só tempo, a relativa autonomia em que viviam os pescadores, e que lhes conferia um “espírito liberto” distinto de escravos domésticos ou empregados da cana-de-açúcar, era interpretado à época como uma ociosidade danosa à moral e à economia patriarcal.

Há sobre o aterro algumas cabanas feitas de folhagem, nas quais habitam mulatos e negros livres [...] O marido vai apanhar alguns caranguejos nos mangues, compra um punhado de farinha de mandioca, por 3 ou 4 soldos, e com isto sustenta a família, que pode, por meio de uma existência tão frugal, se entregar à ociosidade descuidada que constitui toda a sua felicidade (Koster, p. 34, 2004 *apud* Ramalho, p. 275, 2008).

Há o registro do ano de 1815 do que “foi talvez um dos primeiros movimentos de rebeldia de homens de mucambo ou de cabana contra os de sobrados” (Freyre, p. 181, 1937), tendo sido uma revolta de pescadores contra os proprietários de terras. Sob a alegação de injusta e abusiva a condição de se pagar pelo uso do mar e praias, pescadores “decidiram não só não pagar a renda dos currais mas nem mesmo a renda dos sítios” (*idem*, p. 181). Posteriormente, em 1824, as vésperas da Confederação do Equador, Freyre (1937) narra um episódio protagonizado na Câmara Municipal do Recife, onde seus senadores dirigindo-se à Junta Provisória do Governo registraram queixas contra a “ladroeira do peixe”. Não obstante, para os políticos locais, o pouco provimento dos pescados na cidade se dava em decorrência da “ociosidade” dos pescadores:

E em 1824 – nas vésperas da revolução que teve frei Caneca entre seus mártires – o Senado do Recife se apresenta “condoido até o fundo do seu coração dos males que a tanto tyranizão esta desgraçada Provincia, orphã de providencias nos ramos de primeira sustentação...”. Principalmente no que se referia aos peixes, cuja falta e cujos preços estavam afligindo de modo todo particular o povo da cidade. Diante de todos esses abusos “as corporações municipaes são inermes”. Não podendo, entretanto, “os habitantes do Recife soffrer por mais tempo a carestia, ou antes a ladroeira do peixe”, o Senado se dirigiu em 1824 ao presidente da Junta Provisória

do Governo, para que tomasse providências imediatas contra os “malvados sanguessugas”. Na opinião do Senado, uma das causas da carestia do peixe era a preguiça dos pescadores “que se contentam com a pesca de hum só dia, quanto baste para a carne, e farinha do seguinte, gastando o resto da semana em jogar, tocar viola pelas praias etc.”. Mas a raiz do mal talvez não fosse a vida de jogo e de viola dos pescadores, que por esse meio se distraíam, já que não achavam interesse nem alegria num trabalho tão largamente explorado pelos grandes proprietários. A raiz do mal talvez fosse o sistema econômico: os sobrados, as casas-grandes, as chácaras estendendo seu poder mar adentro, ou se assenhoreando do produto das pescarias através dos negros pombeiros; dominando esse comércio, do mesmo modo que dominando, ou então dificultando, o de carne verde, o de cereais e legumes, o de leite, o da própria água de beber, que algumas casas-grandes de sítio vendiam a tanto por balde à pobreza dos mucambos ou dos casebres (Freyre, p.184, 1937).

Freyre percebe de maneira crítica que a realidade dos pescadores da cidade era fortemente impactada pela grande concentração de terras e pela exploração de sua força de trabalho. Não obstante, sob o olhar marcadamente colonialista das elites locais, esta fracção em formação da classe trabalhadora urbana constituía-se como um bando de preguiçosos, vadios e de pouco apreço pelo trabalho. Uma realidade discursiva que se mostraria persistente na realidade urbana do Recife, quando cem anos depois a Liga Social recorreria e acionaria tais sentidos estigmatizantes acerca dos mocambeiros para legitimar a lógica de extinção das zonas de pobreza da cidade.

Nos finais do século XIX, a figura do pescador torna-se símbolo da luta abolicionista em Pernambuco (Ramalho, 2008). O sentido de autonomia e liberdade que representava o trabalho no mar, juntamente a capacidade associativa dos pescadores e a consciência crítica que algumas associações demonstravam à época em relação a condição de exploração de sua força de trabalho - elementos possivelmente herdados das corporações de ofício -, tornaram os pescadores não apenas inspiração às lutas abolicionistas, como também importantes aliados nas ações de fuga de escravos cativos.

Por toda a campanha contra a escravidão o pescador foi um elemento de simpatia abolicionista ou ostensivamente ligado aos que combatiam a continuação do escravo no Brasil. Grandes auxiliares do Clube do Cupim no Recife foram pescadores, jangadeiros e barqueiros. Transportavam os escravos fugidos ou enviados do Recife, Paraíba e Natal para Mossoró que se liberara em 1883 e para o Ceará livre. Escondiam o segredo como de interesse próprio. Inútil a promessa de

prêmio em dinheiro para obter a delação. Os escravos alcançando as embarcações estavam realmente livres. A tripulação constituía sua guarda pessoal. Compreende-se que a sociedade fundada em Areia Branca em 10 de outubro de 1883 por Almiro Álvares Afonso e Libânio da Costa Pinheiro, que foi o presidente, tivesse o título reboante de “Sociedade Antiservil dos Trabalhadores do Mar” (Cascudo, p. 51, 2002 *apud* Ramalho, p.276, 2008).

Na década de 1940 se iniciava no Recife uma das mais emblemáticas ocupações de pescadores da cidade, surgida em terreno federativo conhecido como Areal Novo do Pina, posteriormente seria midiaticamente reconhecida como Brasília Teimosa. Localidade ocupada por pescadores ainda em 1947, era pretendida por autoridades governantes para a construção de edificações públicas e militares. Após período de negociações e tensões entre poder público local e pescadores, em 1953 Getúlio Vargas concede o terreno a Federação dos pescadores para a construção de uma base de pesca no lugar. Em 1955, a mídia recifense repercutiu ato político e simbólico dos pescadores da cidade, em matéria do Diário de Pernambuco de 6 de dezembro de 1955 intitulada “Cinco pescadores recifenses irão de jangada, ao Rio de Janeiro”, conta que:

apresentarão a Juscelino, as reivindicações da classe, partida dia 15 do corrente - Memorial com apoio de doze colônias de pesca. (...) O primeiro tratado no memorial (...) é a reforma da Lei 2022 que criou a Caixa de Crédito da Pesca. (...) Em segundo lugar, procurarão liberar a verba existente, e não aplicada, que se destina a construção do Hospital dos Pescadores (...) será erguido no Areal Novo do Pina em terreno já doado à Federação das Colônias (trecho de matéria no Diário de Pernambuco, datada 6 de dezembro de 1955).

Todavia, as obras da Base de Pesca, cujo projeto previa uma estrutura moderna com pequeno cais para embarcações, frigorífico, centro de distribuição e até hospital à serviço da classe trabalhadora da pesca artesanal, jamais seriam concluídas. E o lugar, inicialmente constituído por um arruado de pescadores, transformou-se em uma grande ocupação que crescia rapidamente, apelidada de “Nova Brasília”. Cresceu também os tensionamentos entre poder público e moradores, quando a mídia local passou emitir constantes matérias questionando o alastramento dos mocambos e a sujeira da bela paisagem do Pina. Posteriormente, a Nova Brasília se tornaria a “Brasília Teimosa”: alvo de muitas ações de remoção, em que parte significativa da população relutou em deixar o lugar e seguiu vivendo em palafitas, enquanto outros dispersaram e foram ocupar outras regiões da cidade.

No ano de 1968, em pleno regime militar, era criado pelo Frei Alfredo Schnuettgen nas praias de Olinda a Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP - hoje Conselho Pastoral dos Pescadores). Organização religiosa que seguia os postulados da Teologia da Libertação, movimento sócio-político da Igreja Católica que integrou suas ações evangelizadoras à luta dos pobres e, nesta Comissão particularmente, pescadores e pescadoras artesanais. No ano de 1976⁵, com apoio de Dom Helder Câmara, a Pastoral dos Pescadores seria reconhecida nacionalmente pela CNBB, expandindo-se para outros estados do Nordeste e outras regiões do país. Para Ramalho (2019)⁶:

Ao seguir os postulados da Teologia da Libertação (movimento sócio-político-religioso), o CPP tomou como preferência integrar sua atuação à luta dos pobres, oprimidos e marginalizados, particularmente pescadores e pescadoras artesanais, colocando-se – via evangelização – como alternativa prática e simbólica ao poder capitalista, às classes e grupos dominantes e, também, à ala conservadora da Igreja Católica na América Latina. Nesse período, além do CPP, inúmeras pastorais surgiram (Operária, Indígena, da Terra, etc.), tornando-se lugares de exercício e defesa da democracia e de combate às injustiças sociais em pleno regime ditatorial (1964-1985).

Acontecimento único na história das lutas sociais das comunidades pesqueiras, a CPP participou e possibilitou ativamente a conquista de importantes marcos no reconhecimento dos pescadores artesanais e na conquista de direitos sociais. Como aponta Ramalho (2019):

o reconhecimento da profissão de pescadora em 1979; conquista de direitos previdenciários e trabalhistas; reconhecimento da autonomia da entidade representativa das pescadoras e pescadores (as colônias) frente ao Estado – confirmada com a Constituição Federal de 1988; combate aos impactos ambientais que afetavam (e afetam) a pesca e o modo de vida das comunidades pesqueiras; participação na criação de movimentos sociais de pesca; defesa da igualdade de gênero; valorização do modo de vida das pescadoras e pescadores; e, além de outras questões, apoio à Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras.

Ao longo do século XX com o avanço da modernização das cidades e dos modelos industriais capitalistas de produção de mercadorias e serviços, vê-se uma deterioração e redução dos

⁵ Informações retiradas do *website* do Conselho Pastoral dos Pescadores, disponível em <<<http://www.cppnacional.org.br/>>> Acesso em 16 de dezembro de 2019.

⁶ Informações retiradas de matéria escrita por Ramalho e publicada no Diário de Pernambuco. Disponível em: <<<https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/opiniao/2018/06/29/3429054/50-anos-da-pastoral-dos-pescador-es.shtml>>> Acesso em 16 de dezembro de 2019.

tradicionais ofícios de artesãos na cidade, como os de alfaiates, sapateiros, carpinteiros, ourives, etc. Mas, como pontua Ramalho (p. 277, 2008), “o desenvolvimento capitalista na pesca nunca se operou com a mesma força com que aconteceu em outros setores produtivos em Pernambuco, devido às implicações sociais e ecológicas peculiares ao trabalho marítimo”. E a pesca artesanal manteve sua importância econômica e social no abastecimento de pescados do estado e também de sua capital. Ao passo que no Brasil, em 2016, a pesca artesanal representava cerca de 31%⁷ da produção nacional de pescados, somente no estado de Pernambuco esta atividade empenhada principalmente por núcleos familiares em jangadas ou pequenas embarcações detinha expressivos 98% da produção estadual.

Atualmente, somente no Recife, existem onze comunidades remanescente auto-identificadas com a tradição pesqueira. São elas: Brasília Teimosa, Bode, Ilha de Deus, Coelho, Coque, Vila São Miguel, Caranguejo Tabaiaras, Vila da Imbiribeira, Vila Tamandaré, Ponte do Limoeiro e Espaço Ciência (Recife)⁸. Informações que se confirmam pela permanência e existência de organizações associativas ou núcleos familiares que se mantêm na atividade da pesca artesanal. Embora o Registro Geral da Pesca (RGP), no ano de 2012, registrou 13.128 pescadores e pescadoras no estado de Pernambuco, pesquisas independentes estimam mais de 10 mil pescadores e pescadoras - maioria exercendo o trabalho de maneira informal - vivendo somente na capital recifense (Moraes, 2019).

Deste conjunto reunido de fragmentos de significados acerca da pobreza urbana, pode-se depreender que os significados negativos que construíram essa categoria sócio-espacial no Recife colocaram sob sombras possíveis experiências sociais e culturais que caracterizaram a existência e a formação de várias comunidades e bairros da cidade. Há um só tempo, é percebido o forte papel empenhado pelos meios de comunicação na massificação de discursos e na construção de consensos sobre os significados das ocupações pobres da cidade. Sob *racionalidade indolente* ou preguiçosa da grande mídia, todas as formas de existência e ocupação da cidade se tornaram simples aglomerados de mocambos, e posteriormente de favelas. Nesta dinâmica problemática, estilos de vida urbano particulares identificados em comunidades pesqueiras permaneceram sob um longo período de silenciamento e invisibilização na cidade.

A partir dos sinais trazidos nesta seção, que reuniu fragmentos acerca de quatro ordenamentos discursivos possíveis sobre o morar do pobre no Recife, pode-se chegar ao

⁷ Dados retirados do *website* da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA. Disponível em: <<<https://www.cnabrazil.org.br/noticias/pesca-industrial-ganha-forca-no-brasil>>> Acesso em: 13/12/2019.

⁸ Informações sobre as onze comunidades auto-identificadas remanescentes de tradição pesqueira do Recife. Disponível em portal do Marco Zero Conteúdo <<<https://marcozero.org/pescadores-artesanais-reivin-dicam-regularizacao-de-territorios-pesqueiros-no-recife/>>> Acesso em 16 de dezembro de 2019.

entendimento de que os significados do Mocambo e da Favela conformam-se na continuidade de um discurso negativo sobre a pobreza urbana. Todavia, o discurso da comunidade, bastante endossado por entidades católicas e político-partidárias à esquerda, trouxeram uma nova representação possível aos assentamentos de baixa-renda. Ainda, o discurso acerca das comunidades pesqueiras urbanas, embora de origem bastante antiga no Recife, somente nos dias atuais é que vem ganhando força e visibilidade através de recente articulação popular em ZEIS que cada vez mais estão se auto-identificando com a cultura e tradição pesqueira. Ao final, através desta leitura panorâmica realizada, pode-se perceber significados específicos à cada um dos quatro ordenamentos mencionados, que são apresentados no quadro 1 que segue na página a seguir.

Quadro 1 - Fragmentos acerca dos significados da pobreza urbana no Recife

Construções discursivas	Elementos significantes		
	O habitat	O habitante	Políticas sociais e urbanas relacionadas
Mocambo	Habitações anti-higiênicas, insalubres, ameaçam a estética da cidade	Mocambeiro; Ser potencialmente bom, mas desvirtuado pelo meio; flagelado; preguiçoso, vadio	Liga Social Contra o Mocambo; Serviço Social Contra o Mocambo; URB; COHAB
Favela	Lugar de criminalidade, violência, tráfico de drogas, perigo.	Favelado ser perigoso; Violento; Traficante;	URB; Favela-Bairro; BNH; PROMORAR Recife Sem Palafitas
Comunidade	Comunidades, vilas, bairros. Valores comunitários, associativos, solidários, cristãos e católicos	Trabalhador, operário, proletário, popular, pobres e oprimidos. Pobreza, simplicidade e humildade como divino	Serviço Social Agamenon Magalhães; Associações de moradores; Liga de moradores; COHAB
Comunidade pesqueira	Corporações; Aldeamentos; Mocambos; Colônias; Vilas, Comunidades tradicionais; Territórios	Negro de ganho, Pescador; vadio, preguiçoso; Artesão, trabalhador;	Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP); Colônias de Pesca; Associação de pesca

Fontes: Lira, 1994; Ramalho, 2008; Valladares, 2018; Zaluar, 2000.

4 UMA LEITURA SOBRE A ILHA DE DEUS

Esta seção fará uma leitura possível, dentre tantas que poderiam serem realizadas, sobre a condição social e urbana da Ilha de Deus. Apoiando-se em visitas de campo, onde foram realizadas dinâmicas de pesquisa coletiva em história oral e através de consultas a publicações sobre a Ilha (Martins, 2006 e 2009; Callou e Santos, 2008; Lima, 2009; Gurgel, 2010; Sousa, 2011; Bento, 2012), realizou-se um relato sobre sua *Ocupação, formação social e histórica*. Este subtópico acompanha uma cronológica do desenvolvimento da comunidade, em que são levantados ao longo do texto importantes acontecimentos sociais que marcaram a história desta ocupação.

Já a sua urbanização e o “Plano de Ação Integrada de Investimentos para a ZEIS Ilha de Deus”, como ficou conhecido o projeto piloto que realizou a intervenção na comunidade, não serão pormenorizados. Ao passo que constatou-se a existência de trabalhos já empenhados em uma descrição e avaliação deste projeto (Silva *et al.*, 2014; Moraes, 2017; Souza e Moreira, 2017), e que oferecem uma boa posição crítica sobre a intervenção na comunidade, esta dissertação optou por apresentar *Controvérsias em torno de sua urbanização*. Neste subtópico, são apresentadas, de maneira introdutória, certas críticas dissonantes quanto aos interesses políticos que guiaram a intervenção na comunidade (de la Mora, 2013; Silva *et al.*, 2014), assim como os seus mais recentes desdobramentos: a inserção da Ilha no roteiro turístico da cidade.

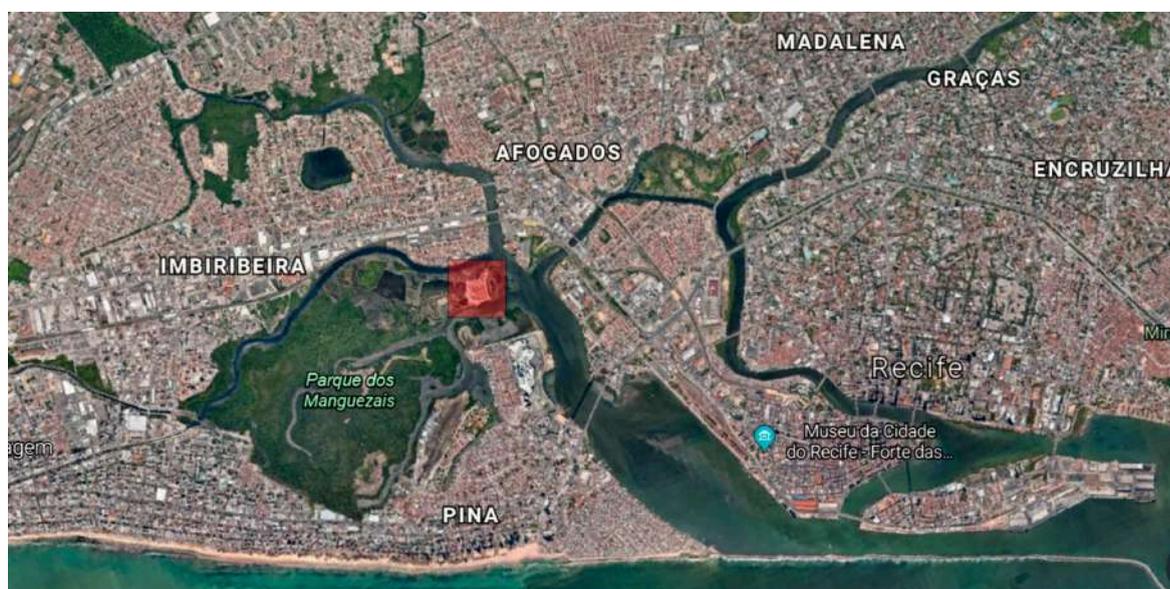
O último subtópico desta seção tenta dar conta de *Fragments acerca dos discursos atuais* presentes na realidade da comunidade. No mês de novembro de 2019 ocorreu na Ilha de Deus uma audiência pública externa sobre a situação da pesca artesanal no Recife. Na ocasião, acompanhou-se de perto relatos de moradores da Ilha sobre o recente desastre ambiental que afetou o litoral nordestino do país em agosto de 2019. Viu-se nos relatos dos pescadores, um drama cotidiano enfrentado não apenas na Ilha de Deus, mas em outras comunidades pesqueiras do Recife, que se expõem nas suas atividades profissionais à rios e mares urbanos contaminados.

4.1 Ocupação, formação social e histórica

Na zona sul do Recife está localizada a bacia do Pina, um sistema estuarino formado pelos rios Capibaribe, Tejipió, Jordão e Pina, de grande importância ambiental, social e econômica para a

população da cidade (Bento, 2012). O estuário é um ambiente de encontro entre as águas dos rios e do mar, a transição entre o doce e o salgado, onde muita matéria orgânica é depositada, arrastada pelo curso das águas fluviais que tornam este um ecossistema bastante fértil, buscado por diversas espécies marinhas como refúgio para o seu desenvolvimento. Apesar de bastante degradado devido ao intenso processo de adensamento urbano nessa região, há ainda um sobrevivente estuário e resiliente manguezal em área de proteção da Marinha localizado entre os bairros da Imbiribeira, Pina, Boa Viagem e Afogados – o Parque dos Manguezais. No ano de 1996, a Prefeitura da Cidade do Recife ratifica área de 215 hectares como Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPA), um complexo de ilhas onde a “Ilha de Deus” está localizada em seu extremo norte (figura 2).

Figura 2 - Recorde do mapa do Recife com sinalização em vermelho da localização da ZEIS Ilha de Deus. Ano 2018.



Fonte: Google Maps, 2018.

Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) da cidade desde 1995, a Ilha de Deus tem o marco de sua ocupação ainda na década de 1950 quando a localidade é feita como ponto de apoio para incursões de pescadores naquela região do manguezal (figura 3) (Lima, 2009). Relatos de moradores antigos dão conta de um paraíso de grande biodiversidade e fartura de pescados, na época ainda pouco conhecido pela população da cidade, predominantemente habitante do centro e zona oeste⁹. À medida que a informação sobre o lugar ia se espalhando, novos ocupantes iam chegando das mais diversas localidades do Recife e interior do estado. Habitações conglomeradas

⁹ Parte das informações históricas e relatos de moradores antigos, aqui apresentadas sobre a Ilha de Deus, foram documentadas no ano de 2018, em visitas durante o primeiro ano de pesquisa do mestrado. Na ocasião, participei de uma dinâmica de pesquisa coletiva - intitulada “Rio do Tempo”. Teve como objetivo conhecer e documentar oralmente a história da Ilha e os principais marcos de sua ocupação, foi realizada em uma das organizações locais e contou com a presença de antigos e importantes moradores.

flutuantes (as conhecidas palafitas) iam sendo levantadas sob as marés daquele vasto manguezal e paulatinamente a Ilha ia sendo consolidada. A beleza e a fartura daquelas águas aglutinavam pessoas esperançosas, gente humilde que migrou em busca de oportunidades na grande cidade e acabou encontrando na Ilha a possibilidade de “fincar” sua moradia e ter um melhor acesso à alimentação.

Figura 3 - Representação cartográfica do setor sul do Recife, com marcação em verde de possível localização da Ilha de Deus no ano de 1956.



Fonte: LABTOPOPE¹⁰.

Parte do terreno da Ilha, inclusive, se deve ao cotidiano trabalho de aterramento feito por seus próprios moradores (figura 4), que iam despejando às margens da ilha e debaixo de suas moradias os cascalhos, cascas e conchas de crustáceos e moluscos colhidos na região. Várias pesquisas acadêmicas sobre a comunidade (Martins, 2006 e 2009; Callou e Santos, 2008; Lima, 2009; Gurgel, 2010; Sousa, 2011; Bento, 2012;) já atestaram que desde o início de sua ocupação era predominante entre os ilhéus ofícios relacionados à pesca artesanal - com uso de anzol, rede de tarrafa, assim como a extração do marisco, sururu, unha-de-véio e caranguejo -, ratificando a identidade tradicional pesqueira da comunidade. Por muito tempo sem acesso terrestre, somente fluvial feito por pequenas embarcações, a ilha manteve-se bastante isolada da cidade, onde a chegada de serviços urbanos, como abastecimento de água, iluminação, creche e posto de saúde, ocorreriam vagarosamente ao longo dos últimos 30 anos da ocupação (Martins, 2009; Moraes, 2017).

¹⁰ LABTOPOPE - Laboratório de Topografia de Pernambuco, da UFPE. Sua página virtual reúne algumas cartografias históricas do Recife. Disponível em: <https://www.labtopope.com.br/cartografia-historica/> Acesso em 20/06/2018.

Figura 4 - Registro foto-aéreo da Ilha de Deus. Anos 1990.



Fonte: Seplag *apud* Moraes, 2017

Os primeiros dados técnicos sobre a ocupação ocorreriam somente no ano de 1974 através da Agência Estadual de Pesquisas de Pernambuco, hoje Condepe/Fidem, que realizou os primeiros mapeamentos foto-aéreos da ilha (figura 5). Posteriormente, o Censo demográfico de 1980 apontaria para uma população da Ilha estimada em 870 pessoas (Martins *et al.*, p. 07, 2006), onde muitos viviam sem sequer possuir Certidão de Nascimento. De acordo com relatos de seus moradores antigos, é nesta mesma década quando começa um grave desarranjo no equilíbrio socioambiental na Ilha. A percepção dos locais é a de um súbito aumento da poluição dos rios e da presença de lixo naquele período, e com isto, uma crescente escassez de pescados e aumento de doenças entre os ilhéus.

Figura 5 - Fotos aéreas da ocupação da Ilha de Deus.



Fonte: Condepe/Fidem *apud* Moraes, 2017. Descrição: Imagem A1: do ano de 1974. Imagem A2: ano de 1981, ainda sem a ponte, mas já com alguns viveiros identificados pelo pontilhado em cor amarela. Imagem B1: do ano de 1991, já com a ponte de madeira, e alguns viveiros identificados pelo pontilhado em cor amarela. Imagem B2: ano de 2002, aponta-se um expressivo aumento dos viveiros.

Não contraditoriamente, na mesma década de 1980, concomitante ao crescimento da poluição hídrica do manguezal do Pina, vinha ocorrendo um expressivo crescimento urbano da zona sul da cidade. Região com muitas ocupações informais que ainda hoje dejetam boa parte de seus esgotos e lixos nos afluentes da Bacia do Pina. Parte destes poluentes, dragados pelos rios, vão estacionar justamente sob as marés da Ilha de Deus. E com a crescente poluição da localidade, o estilo de vida da comunidade, baseado principalmente na pesca artesanal, ficou sob forte ameaça e sua população começou a passar grandes necessidades.

Ainda nos anos 1960, a Ilha, que inicialmente era conhecida entre seus moradores como Ilha de Santo Antônio¹¹, passou a ser reconhecida na cidade como a “*Ilha Sem Deus*”. Como será visto adiante, a mídia local não se constrangeu em explorar a impactante imagem de palafitas erguidas em meio à lama e o “mau cheiro” das marés, com seus habitantes vivendo de maneira isolada e experienciando as dificuldades da pobreza extrema no Recife (figura 6). As representações midiáticas negativas cresceriam ao longo das décadas, chegando a ser reconhecida pela imprensa como a “comunidade mais miserável que se construiu no Recife” (Matéria “Ilha sem Deus”, Diário de Pernambuco, janeiro de 1984). O que manteve o perdurante estigma de ser um dos lugares mais pobres e violentos da cidade. Vê-se em Sousa (2011) que ainda em 1995 encontram-se referências à Ilha por sua antiga “alcunha”.

¹¹ De acordo com relato de moradores antigos, a ilha era inicialmente conhecida como Ilha de Santo Antônio, nome fazia alusão a um braço de rio de mesmo nome, que se forma na Bacia do Pina e percorre quase todo o bairro de Boa Viagem, margeando a sua orla - atual Canal de Setúbal.

Figura 6 - Esquerda: palafitas nas margens da Ilha de Deus. Direita: Alagamentos entre moradias, resultante de chuvas na Ilha de Deus.



Fonte: Flickr_Leila Oliveira, 2005.¹²

Um fato importante e que mudaria significativamente a trajetória da Ilha se deve a presença da Ordem Terceira do Carmo no lugar, entidade da Igreja Católica do Recife que vinha realizando trabalhos eclesiais de base desde os finais da década de 1970. A difusão de valores humanísticos e ideários de igualdade social alimentaram um forte espírito coletivo para a luta por direitos sociais. E as melhorias da infra-estrutura urbana e a instalação dos poucos equipamentos sociais na ilha constituíram-se como verdadeiros processos de conquista comunitária. E neste sentido, a década de 1980 é um período de grande engajamento e fortalecimento dos valores comunitários na ilha, período também em que datam importantes marcos na ocupação (Gurgel, 2010; Moraes, 2017).

O abastecimento de energia elétrica na Ilha ocorre no ano de 1983, fruto de pressão popular e longas negociações entre párocos e governantes. No mesmo ano é inaugurada a Escola Saber Viver (figura 7), primeira escola comunitária da Ilha, que contou também com o suporte da Igreja Católica. A escola daria origem ao Centro Social Saber Viver¹³, ainda hoje em atividade, constituindo-se como a organização social mais antiga da Ilha. Entre os missionários que passaram pela comunidade, registra-se o importante trabalho do Frei Beda¹⁴, um padre alemão que empenhou importante atuação na Ilha. Documenta-se que em 1995 a ocupação ainda era predominantemente formada por habitações de madeira, latas, barro e palhoça, situação que mudou um pouco graças ao

¹² Imagens disponíveis em: <<<https://www.flickr.com/photos/39906736@N02/>>> Acesso em 04/04/2019

¹³ Centro Educacional Popular Saber Viver. Tem ações educativas e profissionalizantes voltadas para os moradores da Ilha de Deus. Disponível em: <<<http://centrosaberviver.org.br/>>> Acesso em 13 de julho de 2018.

¹⁴ Informações sobre frei Beda da Ilha de Deus. Disponível em: <<<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/08/05/museu-ira-contar-historia-da-comunidade-da-ilha-de-deus-299356.php>>>. Acesso em 13 de julho de 2018.

frei que reuniu donativos vindos do governo alemão e da Congregação Missionária de Jesus Crucificado, para a construção de 65 casas de alvenaria no lugar (FADE; SEPLAG, 2007b., p.17 *apud* Moraes, p.57, 2017).

Figura 7 - Esquerda: sede da Saber Viver, vê-se o frei Beda junto às crianças da ilha. Direita: frei Beda em passeio na Ilha.



Fonte: Acervo Centro Social Saber Viver, 1983.

O isolamento espacial da ilha seria finalmente rompido no ano 1986, quando uma rudimentar ponte de madeira conectando a ilha ao continente pelo bairro da Imbiribeira é construída pelos próprios ilhéus. Substituída em 2009 por uma ponte de concreto por onde finalmente podem passar veículos motorizados, ainda hoje a ponte é apelidada entre os locais, como a ponte “Vitória das Mulheres” (figura 8).

Figura 8 - Ponte Vitória das Mulheres.



Fontes: Esquerda: Autoria e arquivo de Schuster, 2005. Direita: Labastier, 2012 (Arquivo Jornal do Comercio).

É ainda no final da década de 1980, no governo de Miguel Arraes, que o Instituto de Pesquisas Agrônomas do estado, o IPA, realiza uma formação técnica junto aos pescadores e donos

de viveiros da ilha, ensinando-os a carcinicultura - o cultivo do camarão¹⁵. Inicialmente, utilizando espécie nativa da região, posteriormente substituindo-a pelo *Litopenaeus vannamei*, camarão nativo do oceano pacífico oriental, de importante valor comercial por seu grande porte, rápido crescimento e boa adaptação a ambientes menos salubres. Com a economia do cultivo deste camarão na Ilha (figura 9), e toda sua cadeia produtiva de ordem familiar, a dinâmica da comunidade mudaria bastante.

Em fins dos anos 90, a demanda do consumo do camarão aumentou substancialmente, o que culminou em grande valorização comercial desse pescado. A produção de camarão no Manguezal do Pina crescia mais rapidamente, tendo a adesão de novos pescadores e os ganhos com a venda do pescado aumentava com a nova espécie cultivada. Concomitantemente, a situação dos pescadores artesanais se agravou com a redução drástica do pescado nos estuários que compõe o Manguezal do Pina e a Bacia do Pina. Diante desta realidade é que muitos pescadores artesanais começaram a migrar para carcinicultura mais rapidamente (Bento, p. 102, 2012).

Figura 9 - Rede de arrasto dentro de viveiro de camarão na Ilha de Deus, ano de 2013.



Fonte: Flickr/luismabuia/2013.¹⁶

O decorrer das décadas de 1990 e 2000 caracteriza-se pela emergência de diversas expressões de associação e organização social dentro da ilha (Martins, 2006 e 2009; Callou e Santos, 2008; Gurgel, 2011; Moraes, 2017). Surgem articulações de mulheres em torno da creche comunitária, associação de pescadores e criadores de camarão, núcleo de evangélicos, grupo de mulheres artesãs em um projeto de poupança comunitária. E além do crescimento e

¹⁵ Informação sobre o início do cultivo do camarão exótico “*vannamei*” através de formação com o IPA foi retirada de vídeo-reportagem local produzida pela Organização Saber Viver. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=jfiSU0TjY0>>> Acesso em 13 de julho de 2019.

¹⁶ Imagem disponível em: <<<https://www.flickr.com/photos/luismabuia/9730724963/>>> Último acesso em: 13/04/2019

institucionalização do centro social Saber Viver (já existente desde 1983), também surge a Ação Comunitária Caranguejo Uçá (2001), grupo de jovens da ilha ligados ao movimento de cultura popular, em especial o teatro de rua, interessados em radiodifusão e educação socioambiental (figura 10).

Figura 10 - Sede da ação comunitária Caranguejo Uçá antes da urbanização, ano 2007.



Fonte: Flickr/estetica_da_periferia/2007.¹⁷

No início dos anos 2000, pesquisa da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) apontou para uma população de poucos mais de duas mil pessoas (Martins *et al.*, 2006). Diante da pequena dimensão espacial da ilha, este dado foi interpretado por Martins (*et al.*, 2009) como um salto populacional que se deu sobretudo devido aos fatores da desigualdade e exclusão urbana que repeliam populações mais pobres a áreas de menor interesse imobiliário. Ainda, o potencial ambiental da ilha - que permitia um maior acesso a alimentação assim como a oportunidades de trabalho e renda através das águas e agora do camarão -, somou ao interesse na ocupação do lugar. E mesmo com o crescimento da poluição da Baía do Pina entre as décadas de 1980 e 1990, a população da Ilha aumentou e se adaptou através do aperfeiçoamento da produção do camarão, marisco e sururu, que representam até os dias atuais a principal fonte de renda da maioria das casas.

De acordo com uma pesquisa¹⁸ recente realizada pela assessoria técnica do mandato do vereador recifense Ivan Moraes, do Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, em parceria com pesquisadores da UFPE e membros da organização Caranguejo Uçá, documentaram que em Recife existem 11 localidades que se autoafirmam comunidades pesqueiras. Comunidades onde uma parte significativa de sua população extrai sua renda e o seu alimento cotidiano de rios, mangues ou

¹⁷ Imagens disponíveis em: <<https://www.flickr.com/photos/estetica_da_periferia/515472317/in/photostream/>> último acesso em: 13 de julho de 2018

¹⁸ MORAES, Ivan. Recife morada de peixe: relatório de pesquisa sobre a pesca artesanal na Ilha de Deus. Facebook, 22 de novembro de 2019. Disponível em <<<https://www.facebook.com/ivanmoraesoficial/videos/564301547681044/>>>. Acesso em 29 novembro de 2019.

mares do Recife. São diversos os tipos de peixe, crustáceos e moluscos que compõem a base alimentar dessas populações e também fazem a renda das famílias. Cada comunidade acaba por se aperfeiçoar em um alimento, em um tipo de pescado. A Ilha de Deus, por exemplo, mais de 80% de sua população - que ainda não ultrapassou de 2 mil moradores -, vivem principalmente dos viveiros de camarão e da extração do marisco e do sururu. Dados desta mesma pesquisa estimam que somente nesta comunidade a economia da pesca artesanal movimentava cerca de 2,4 milhões de reais ao ano.

Na Ilha, diferente de outras comunidades pesqueiras do Recife, o caranguejo já não se encontra mais com tanta facilidade, os peixes bons de revenda têm que remar muito para encontrar. Mas felizmente, o marisco e o sururu ainda são encontrados em abundância na localidade e muitas famílias, que são em sua maioria chefiadas por mulheres, diariamente vão ao mangue encher suas *galéias* com estes tipos de molusco. E muitas casas viram um empreendimento de ordem familiar, informal e estruturado em uma rede de trabalhos: há quem vai ao mangue catar o molusco, quem fica em terra tratando o animal e extraíndo-o da concha, quem cuida de casa e das crianças e quem vai ao mercado vender o pescado e trazer de volta o apurado do dia (figura 11).

Figura 11 - Esquerda: canoa atracada cheia de mariscos. Direita: marisqueira descascando os moluscos, enquanto cuida dos filhos, ano 2006.



Fonte: Flickr/fatima_lourenco/2006¹⁹

Os viveiros de camarão, técnica que a comunidade também se especializou, certamente são os empreendimentos mais rentáveis, mas também necessitam de um elevado investimento inicial,

¹⁹ Imagens disponíveis em <<https://www.flickr.com/photos/fatima_lourenco/4528269523/>>. Acesso em 13 de julho de 2018.

assim, não são todas as famílias que conseguem ter um. Alguns poucos moradores da ilha que possuem viveiros empregam, além de seus parentes, alguns tantos outros ilhéus. Um visitante atento, percebe rapidamente a relação orgânica dos moradores da Ilha com o mangue e os rios, constituindo-se como suas fontes de lazer, trabalho, renda, locomoção, ou seja, o seu meio de vida.

Ainda assim, apesar de digna, a condição de vida na Ilha de Deus é bastante árdua. Os pescadores e marisqueiras certamente realizam seu trabalho sob condições insalubres, estando vulneráveis a diversos tipos de doenças ocasionadas pela poluição das águas. E apesar do grande mercado de marisco e camarão que a Ilha movimenta na cidade, boa parte dessa economia fica com os “pombeiros”, atravessadores que fazem o produto chegar aos mercados, bares e restaurantes da cidade. Os pescadores e marisqueiras seguem levando uma vida com pouquíssimos rendimentos, cujo estilo de vida simples, baseado na relação com a natureza, e o acesso fácil a uma base alimentar, certamente constituem-se como elementos significativos para uma existência alegre e digna na Ilha.

Em 2005, pesquisas do Atlas de Desenvolvimento Humano²⁰ do Recife identificariam a Ilha de Deus estando entre as quatro ZEIS com os piores IDHs da cidade (Moraes, 2017). A baixa renda *per capita*, o baixo nível de escolarização da população e a ausência de água encanada e esgotamento sanitário nas moradias - muitas de tipo *palafitante* -, foram os dados mais alarmantes e que chamaram a atenção do poder público à época. Somados os dados do Atlas à impactante imagem de palafitas erguidas em meio a um acumulado de lixo trazidos pela maré, tornaram a Ilha de Deus um símbolo da desigualdade social e urbana do Recife e do descaso do poder público no seu enfrentamento.

A poluição dos rios, o acúmulo do lixo, principalmente plástico, entrelaça-se na madeira das palafita, entra nos viveiros de camarões e torna a paisagem suja e desagradável aos olhos de quem chega ao local. Em seus estudos Silva, Rameh e Melo (2007) observam que a umidade das palafitas, o lixo nos diversos viveiros de camarões, nos quintais das casas e a falta de saneamento básico exalam um odor peculiar de contaminação e revela a pobreza na comunidade (Gurgel, p. 105, 2010).

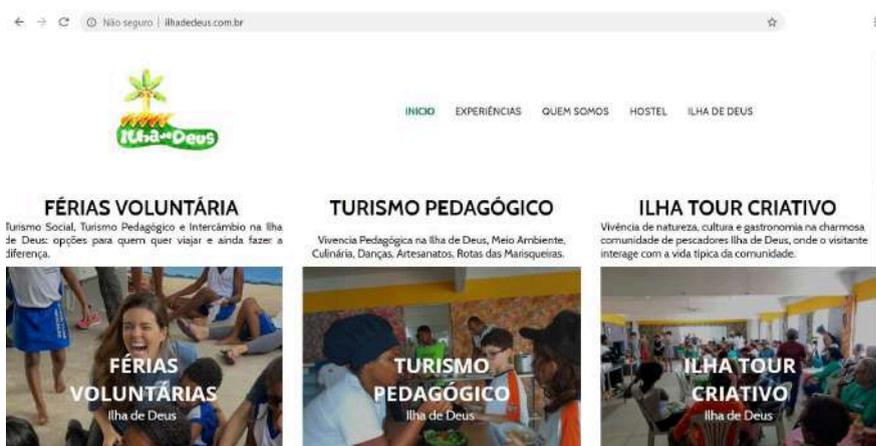
No plano de urbanização da ilha iniciado no ano de 2007, foram selecionadas duas organizações locais para serem beneficiadas com investimentos sociais integrados ao projeto, sob o critério de maior representatividade comunitária, dentre as tantas iniciativas locais foram escolhidas a Saber Viver e a Caranguejo Uçá (Moraes, 2017). As duas ganharam novas sedes, apoio financeiro

²⁰ Disponível em <<<https://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/downloads.html>>>. Acesso em 26 de julho de 2018.

para aceleração de projetos e consultorias jurídica e financeira. O Centro Social Saber Viver, que no início da urbanização já prestava assistência social e pequenos cursos de formação para os moradores, como: corte e costura, panificação, música, teatro e informática. Já a Ação Comunitária Caranguejo Uçá realizava os projetos da rádio comunitária (desde 2002), do teatro de rua, também mantinham uma biblioteca e ofereciam pequenas formações em informática, radialismo, fotografia e cinema - com a realização de pequenas produções audiovisuais.

Atualmente, ambas as organizações possuem uma ampla variedade de projetos sociais sendo gestados em suas plataformas. Dentre os tantos projetos, atenta-se para as atividades densamente relacionadas com os meios de comunicação. No caso da Saber Viver, existem em curso dois importantes projetos, o de Turismo social e o “Museu Frei Beda da Ilha de Deus”²¹. A organização mantém o *website* “www.ilhadedeus.com.br” (figura 12), por meio do qual é possível agendar visitas, comprar *tickets* para passeios de catamarã na ilha, almoçar em seu *bistrô* e reservar uma vaga no *hostel* local, mantidos pela instituição. O museu é uma iniciativa do grupo em parceria com o Porto Digital para implementação de um museu sobre a Ilha a partir de arquivos reunidos pelo frei Beda, ao longo de sua passagem pela ilha, assim como através de iniciativas de pesquisas junto aos moradores locais.

Figura 12 – Página inicial do *website* “ilhadedeus.com.br” mantido pela Saber Viver, ano 2019.



Fonte: *Website* ilhadedeus.com.br (Captura de tela).

Já a Caranguejo Uçá é um coletivo que tem em sua gênese as práticas midiáticas (Gurgel, 2010). Como confirmam em seus trabalhos Gurgel (2010) e Martins (2009), se tratava de um grupo de jovens, originalmente formado na Saber Viver, onde recebiam formação em música e teatro, que

²¹ Museu irá contar história da comunidade da Ilha de Deus. Disponível em: <<<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/08/05/museu-ira-contar-historia-da-comunidade-da-ilha-de-deus-299356.php>>>. Acesso em 28 de novembro 2019.

estavam insatisfeitos com as negativas representações midiáticas sobre a ilha e o persistente estigma de se morar no lugar. Ainda, acompanharam um contexto social e político de valorização estética e cultural das periferias, que marcou os anos 2000 de várias cidades do Brasil e também Recife. O grupo imbuíu-se da importância de se contrapor aos grandes veículos de comunicação e, se apropriando de ferramentas tecnológicas de mídia, passaram a se auto-representar e construir narrativas sonoras e audiovisuais sobre a sua realidade na cidade. Até os dias atuais, a Caranguejo realiza trabalhos com artes cênicas, música e dança, rádio-poste comunitária, cine-clube, programa de televisão, além de manter páginas em redes sociais e forte cooperação e produção de conteúdos cinematográfico junto a outros artistas e realizadores da cidade (figura 13).

Figura 13 - Esquerda: filmagem da primeira temporada do "Jornal da Maré" (2016). Direita: Capa DVD do documentário "Ilha de Deus - território em transformação" (2014).



Fonte: Acervo da Caranguejo Uçá.

As atividades empenhadas por ambas as organizações, quando reunidas e pensadas enquanto práticas discursivas, dão evidência a maneiras complexas de construção social do espaço. Construção esta que opera na dimensão cultural e simbólica, constituindo-se enquanto maneiras de produção de significados sobre o espaço habitado, onde as tecnologias de comunicação são ferramentas apropriadas de maneira criativa, para - cada organização à sua maneira - lançar outras formas de conceber a Ilha de Deus.

Uma análise preliminar vê que a Saber Viver se apropria de estratégias do “branding urbano” e busca a ativação de equipamentos turístico inteligíveis à lógica internacional de consumo do patrimônio cultural e urbano. A Caranguejo Uçá atua dentro do espectro da luta social progressista, agregando a suas práticas a valorização da cultura popular, dos saberes tradicionais, feministas, antirracistas, de direito à cidade e da comunicação livre. Por fim, ainda que um olhar aproximado às práticas destas organizações evidencie maneiras distintas de perceber e produzir simbolicamente o lugar, pode-se interpretá-las enquanto “táticas de resistência” (Agier, p. 532,

2009) ao imaginário urbano hegemônico, que reduz os sentidos sobre as formas e as condições de se viver nas margens da cidade.

4.2 Controvérsias em torno de sua urbanização

Em 2007 a Ilha recebe um projeto piloto de urbanização de áreas ZEIS, uma promessa de campanha política feita no ano anterior (figura 14) pelo recém eleito governador do estado, Eduardo Campos²² (Silva *et al*, 2014; Souza e Moreira, 2017; Moraes, 2017). Constituiu-se como um marco nas intervenções em áreas de interesse social da cidade, não apenas pelo orçamento expressivo à época, ultrapassando 50 milhões de reais, mas também por desenvolver uma metodologia de execução que seguiu um planejamento estratégico ao perfil da “gestão por resultados” que Campos buscou perfilar ao seu governo no Estado. O que deu origem ao “Plano de Ação Integrada de Investimentos para a ZEIS Ilha de Deus”, reunindo investimentos para melhorias não apenas na estrutura urbana da ilha, como também na qualidade de vida da população local - com valorização do meio ambiente e da cultura pesqueira local (Moraes, 2017).

Figura 14 - Visitas de Eduardo Campos (PSB) e prefeito João Paulo (PT) à Ilha de Deus, ano de 2006.



Fonte: Flickr/eduardocampos/2006²³

²² Eduardo Campos, filiado ao Partido Socialista Brasileiro - PSB, realizou entre os anos de 2006 à 2014, uma gestão de centro-esquerda no estado de Pernambuco, através de fortes alianças políticas com o governo federal, ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT) trouxe grandes investimentos públicos para o desenvolvimento urbano do estado. Neto e herdeiro político de Miguel Arraes, bastante popular, havia sido o último governante do estado com perfil de centro-esquerda.

²³ Disponível em : <<<https://www.flickr.com/photos/eduardocampos/>>>. Acesso em 15 de outubro de 2019.

Ao mesmo tempo, o projeto de urbanização também foi criticado por diversos setores da sociedade que alertaram para a pretensão eleitoreira e midiática da intervenção, que visava superar modelos de urbanização de ZEIS até então testados na cidade, em especial por gestões do Partido dos Trabalhadores na prefeitura do Recife (De la Mora, 2013; Silva *et al.*, 2014;).

Projeto estranhamente promovido pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Planejamento, cujo titular é na atualidade Prefeito da Cidade. Desde a Constituição de 1988 que está claramente estabelecido que é competência do município a gestão da política urbana. A Ilha de Deus é uma ZEIS, que congregada a outras 35 ZEIS, constituem o Programa de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social, que é um programa municipal. (...) Quais foram as motivações que levaram o Governo do Estado a investir recursos de diversas secretarias? (...) Por que a coordenação municipal do PREZEIS não foi nem comunicada, nem muito menos chamada a somar esforços? Este é para mim mais um fato que confirma a ideia que os programas nas favelas são programas de “habitação de interesse eleitoral”. (...) Se de um lado criticamos o caráter populista do projeto, que mesmo tentando conferir um caráter democrático, porque todas as decisões tomadas pelo governo eram anunciadas e explicadas para os moradores, por outro lado devemos reconhecer e exaltar algo que o PREZEIS não se preocupou, ou não tentou durante os seus 26 anos de existência, o caráter integral do desenvolvimento sustentável (De La Mora, p.11, 2013).

Atualmente, a Ilha está com pouco mais de dois mil moradores, distribuídos em 366 habitações e ocupando uma área de 3,65 hectares do Parque dos Manguezais (figura 15). Pouco mais de uma década após a urbanização da ilha, vê-se as estruturas físicas apresentando sinais iniciais de deterioração, quatro unidades residenciais ainda não foram finalizadas e equipamentos sociais - como a Unidade de Beneficiamento de Pescado - nunca foram entregues. Ainda, a população denuncia inexistência da creche comunitária - removida para a intervenção, porém até hoje só concluíram a fundação da edificação. Em algumas ruas, bueiros entupidos onde o esgoto volta a correr em frente às casas.

Figura 15 - Imagens aéreas da Ilha de Deus após urbanização.



Fontes: Esquerda: Quapá, 2014. Direita: Acervo Caranguejo Uçá, 2019.

Formada por diversas casas de mesmo padrão, embora a maioria já inicie pequenas adaptações, suas ruazinhas estreitas são perfeitamente desfrutadas pela vida social coletiva. Pequenos negócios vão transformando as casas e as centralidades do lugar – igrejas, mercadinhos, barbearias, depósitos. Caixas de som da rádio comunitária sediada na Caranguejo Uçá, instaladas em postes e espalhadas em vários pontos da ilha, criam uma ambiência sonora que embala o cotidiano da rua. Muitas marisqueiras nas portas de suas casas limpando moluscos e observando suas crianças brincar na rua, já que a creche segue desativada. E no entorno da ilha, diversos mirantes dão evidência a outras paisagens que também compõem a cidade.

Em tempos recentes vem ocorrendo um crescente interesse turístico pela ilha, que atrai semanalmente algumas dezenas de curiosos visitantes em passeios de catamarãs, a fim de conhecer esta “simples e autêntica comunidade pesqueira da cidade”²⁴ (figura 16). Parceria entre Prefeitura, empresa de turismo da cidade e a Ong Saber Viver²⁵, que promove ao visitante a possibilidade de ver de perto o trabalho das marisqueiras e pescadores, comprar um artesanato feito no local e saborear uma refeição à base de peixe, camarão, marisco ou sururu, principais gêneros extraídos naquela região pela comunidade. Algumas vezes, os visitantes também são recepcionados por apresentações culturais de grupos artísticos da ilha que ensaiam na mesma Organização. Ainda há um albergue social na sede da mesma Ong, que promove intercâmbio entre universitários

²⁴ Transcrição trecho de reportagem da Globo Nordeste sobre o turismo comunitária na Ilha de Deus. Disponível em: <<<http://g1.globo.com/peernambuco/videos/v/passeio-pela-ilha-de-deus-mostra-a-turistas-cotidiano-da-comunidade/5541338/>>> Acesso em 03 de julho de 2018.

²⁵ Empresa *Catamaran Tours*, em parceria com a ONG Saber Viver, realiza todos os sábados pela manhã um passeio de barco do tipo catamarã, saindo das imediações do bairro do Recife Antigo e navegando até a Ilha de Deus, onde o catamarã atraca e os turistas caminham em uma visita guiada pela ilha. Disponível em:

<<<https://www.catamarantours.com.br/passeio-abrir.php?idRoteiro=79>>>. Acesso em 03 de julho de 2018.

estrangeiros e jovens da ilha, permitindo a troca da hospedagem por algum serviço prestado à comunidade.

Figura 16 - Passeios de catamarã na Ilha de Deus.



Fontes: BBC Brasil, 2016 (A). Jornal do Commercio, 2016 (B). ONG Saber Viver, sem ano (C).

Porta de entrada para o parque dos manguezais a partir de seu extremo norte, a Ilha de fato possui grande potencial para a atividade turística. Embora uma atividade ainda discreta, não incidindo de maneira significativa na economia local, merece a nossa atenção por vermos o fenômeno associado a um processo de reconversão simbólica do lugar. Temos então a interessante trajetória da comunidade: de mocambo esquecido da “Ilha de Santo Antônio” na Imbiribeira, nas décadas de 1950 e 1960, que vivia praticamente isolado nos confins da zona sul do Recife – que se urbanizava por seus setores oeste e norte -, reaparece sob a denominação de “Ilha sem Deus” nos anos 1970, quando foi tida como um dos lugares mais pobres e violentos da cidade pela mídia local. Já nos finais dos anos 1990 e início de 2000, período também em que a Ilha conquista suas principais melhorias urbanísticas, passa cada vez mais a ser reconhecida como comunidade pesqueira. Nos dias atuais, ela vem duplamente constituindo-se como uma referência na cidade, tanto como roteiro do “turismo criativo” do Recife, divulgado pela Prefeitura, como também uma importante referência política nas lutas sociais urbanas e pela regularização do território pesqueiro da cidade.

Um inusitado processo de transformação simbólica da imagem do lugar, no qual o interesse governante pela urbanização da ilha parece ter sido elemento importante nessa transformação, mas, sobretudo, os meios de comunicação em massa e as organizações locais, que constituíram-se como importantes forças diligentes para este resultado. É diante deste entendimento que o trabalho defende uma leitura sobre a Ilha de Deus a partir de duas posições discursivas: a *grande mídia*,

constituída pelos meios corporativos de comunicação da cidade, que por vezes também expressam a opinião governante e das classes dominantes; e a *mídia independente*, constituída por organizações da Ilha e artistas independentes, que se utilizam das tecnologias de comunicação para realizar produções textuais, sonoras ou audiovisuais sobre a realidade do lugar.

4.3 Fragmentos acerca do discurso atual

Uma das últimas visitas à Ilha de Deus antes do encerramento desta pesquisa de mestrado ocorreu no mês de novembro de 2019 para comparecer a uma audiência pública externa sobre a situação da pesca artesanal no Recife, ocorrida no anfiteatro da Caranguejo Uçá. A audiência contou com a participação de um vereador do PSOL, de uma co-deputada estadual da chapa Juntas, de mesmo partido político, de assessorias de secretarias da Prefeitura do Recife, professores da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, representantes da Pastoral da Pesca e outras organizações sociais e comunitárias com agendas relacionadas às comunidades pesqueiras do Recife. Além, claro, da forte presença na audiência dos moradores da Ilha de Deus, sobretudo, das mulheres marisqueiras.

No ano de 2019 ocorreu o maior crime ambiental nos mares da região Nordeste do Brasil. Enquanto esta pesquisa junto a Ilha vinha sendo desenvolvida, no mês de agosto de 2019 chegavam ao litoral do estado da Paraíba, trazidas pelas correntes marítimas do Atlântico Sul, grandes manchas de petróleo cru. Um óleo grosso, denso, escuro, formado por substâncias altamente tóxicas à fauna e à flora marinha. Estas manchas, transportadas pelo movimento natural da corrente marinha da costa, rapidamente se espalharam pelo litoral nordestino, e em menos de dois meses chegaram a praias de todos os estados da região. Em Pernambuco, tanto o litoral sul quanto o norte foram afetados, o petróleo atingiu importantes praias turísticas do estado e da região metropolitana da capital, como: Carneiros, Porto de Galinhas, Paiva, Itapuama, Barra de Jangada, Ilha de Itamaracá e Janga. Igualmente foram afetadas muitas praias de outros municípios litorâneos fora do circuito turístico, da atenção midiática e da opinião pública, como Barra de Catuama, no município de Goiana.

A audiência pública ocorrida na Ilha era justamente sobre os efeitos da presença do petróleo no litoral e na vida dos pescadores e pescadoras artesanais da cidade do Recife. Desde outubro do mesmo ano que os congeladores das casas da Ilha de Deus estavam lotados, acumulados de

marisco, sururu e camarão, aguardando para serem comercializados na cidade. Devido a presença do petróleo no litoral do estado, a vigilância sanitária emitiu alerta para o consumo de pescados e frutos do mar no estado. A procura por esses alimentos diminuiu drasticamente na cidade. O crime ambiental, mesmo que incidindo indiretamente sob o litoral do Recife, afetou sobremaneira o mercado da pesca artesanal. Mas, como pontuaram os profissionais da área presentes na Audiência, passados quatro meses da chegada das primeiras manchas de petróleo, ainda não havia sido realizado qualquer estudo técnico sobre as condições das águas do Recife. Ou seja, até aquele momento não havia qualquer confirmação de validade científica se de fato havia contaminação e se era possível ou não o consumo dos pescados do litoral recifense.

Caso fosse impróprio o consumo do pescado e conseqüentemente a sua comercialização, era urgente a necessidade de política voltada para população que vive da pesca artesanal, talvez algum auxílio financeiro à exemplo do seguro-defeso²⁶, como foi sugerido na audiência. Todavia, as denúncias dos participantes da audiência eram a de que governos federais, estaduais e municipais, seguiam alheios a este debate. E nesse meio tempo, enquanto caminhava vagarosamente as investigações federais sobre a origem do vazamento do petróleo e os ritos burocráticos do Estado, assim como as discussões acadêmicas, técnicas e políticas, as comunidades pesqueiras seguiram longos meses sem acesso a sua principal fonte de renda e inevitavelmente se alimentando desses pescados.

A demora em saber se o marisco, sururu e camarão da Ilha de Deus eram ou não próprios para o consumo, afetou sobremaneira a vida da comunidade pesqueira, cuja população, em sua maioria, é negra e de baixa-renda, e não poucos os que vivem em situação de pobreza extrema e de vulnerabilidade social. Uma comunidade, assim como outras onze do Recife, que retira das águas o seu alimento e sustento e viveram longos meses de forte tensão social devido ao risco e as conseqüências devastadoras da presença de poluentes altamente tóxicos nas águas da cidade.

No entanto, como falaram alguns pescadores da Ilha, o petróleo não era o início da poluição, mas um elemento há mais de um longo processo de descaso com os rios da cidade, sendo os principais afetados as populações ribeirinhas. De acordo com os próprios moradores, mesmo após a urbanização, não existe esgotamento sanitário na ilha e todo o seu esgoto é despejado nos rios que margeiam a comunidade, onde vão se encontrar com os dejetos de boa parte da zona sul do Recife.

²⁶ Serviço que permite ao pescador profissional artesanal solicitar ao INSS o pagamento do benefício de Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal durante o período de defeso, ou seja, quando fica impedido de pescar em razão da necessidade de preservação das espécies. Consulta realizada em: <<<https://www.inss.gov.br/tag/seguro-defeso/>>>. Acesso em 29 de novembro de 2019.

A percepção ambiental local é a de que cada dia aumenta a presença de lixo no entorno da Ilha, trazido pelos rios da cidade que vão desaguar nas marés da Ilha.

99% de Recife não tem tratamento de esgoto. O esgoto é jogado nesse rio. Compesa não faz tratamento de esgoto, sou filho de pescador, vivi em braço de rio, pescando em rio. Esse governo que tá aí não representa as comunidade tradicionais pesqueiras. Falo isso porque todo dia eu vejo, na beira de rio. Rio Mar, qual a preocupação que Shopping Rio Mar tem? Por trás do mangue, olha a boca de lobo! Postos de saúde, Hospitais, jogados dentro do rio. Postos de gasolina, os óleos que não prestam, jogados dentro do rio. Ai quem sofre, o peixe, o sururu, o camarão. A gente não pegava por trás do palácio, a gente pegava aqui, perto de casa. Tainha, Curimã, Camurim, Carapeba, Saúna, só peixe de primeira. Sururu, marisco, unha-de-véio. E hoje, pescador tá indo lá pra trás do Palácio, da Prefeitura, que é um lugar também, que tem uma área também que todo dejetos é jogado dentro do rio. Ai é muito fácil chegar aqui e dizer “não, mas a gente tá fazendo”, o que? Vocês estão negando o nosso direito. (...) Esse braço de rio só não tá morto porque, primeiramente Deus, e secundamente esses viveiros que têm ai, porque se não fossem esses viveiros aí, já tava morto já. Mororó a gente não encontra. Mororó! Que quando eu tinha 9 anos de idade, meu pai fazia sopinha de mororó. E não tem mais não. A cada dia mais a gente vê o nosso rio morrendo. Pescador e pescaria doente. E governo vem fazendo propaganda enganosa na televisão (Transcrição da fala de pescador da Ilha de Deus, na Audiência Pública Aberta, 22/11/2019).

A mancha de petróleo chegou ao litoral pernambucano para “engrossar” ainda mais o caldo de tensão social em que vivem as comunidades pesqueiras do Recife. Comunidades ainda sem o reconhecimento devido do poder público, em uma cidade que não possui informações censitárias precisas acerca das atividades pesqueiras e os trabalhadores das águas seguem necessitando de políticas públicas específicas de saúde, educação e trabalho. Trata-se de uma população expressiva da cidade, que movimenta uma economia significativa, mas que vive e trabalha sob condições de extrema precariedade. E a chegada do petróleo ao litoral colocava naquele momento mais um entrave à vida e a cultura pesqueira da cidade. Das falas ouvidas na audiência, moradores da Ilha e membros de organizações de outras comunidades pesqueiras, o sentimento era de revolta contra a máquina pública. Compreendendo de maneira crítica a sua realidade social e sua condição de vida na cidade, os discursos enunciados entrecruzaram-se precisamente entre as questões da poluição ambiental e injustiça social, de implicações diretas com o racismo ambiental no Brasil.

A gente tá diante de diversos genocidas, assassinos, pessoas que tão provocando o holocausto (...). O povo preto rico desse país e dessa cidade está sendo exterminado toda hora e todo instante. E não é por invisibilidade, é por medo. Eles têm medo. Eles têm medo porque nós garantimos a soberania dessa cidade, a soberania alimentar dessa cidade. Essas pretas e esses pretos que tão espalhados dentro dos mangues, que foram os lugares onde colocaram depois da grande revogação de 13 de maio de 1888. Pensávamos que iam nos deixar na indignância pro resto da vida, mas nós sobrevivemos. E nós sobrevivemos e estamos vivos para lutar pelos nossos direitos. (...) O Caranguejo Uçá existe porque um movimento de pescadores e pescadoras, a CPP, a Pastoral de Pescadores, sempre esteve perto. E a gente tá aqui pra mostrar que esse espaço que foi conquistado pelas mulheres e pelos homens pescadores e pescadoras tá de fato fazendo o papel que foi designado pra ele, que é tá do lado de pescadores e pescadoras lutando por direitos. Não é possível que vão nos assassinar e a gente vai ficar com a cara virada pra parede. Uma coisa eu tenho certa, é o recado, a gente vai pra cima deles. Esses pretos e essas pretas vão pra cima deles (Transcrição da fala de membro da Caranguejo Uçá, organização comunitária hida Ilha de Deus, na Audiência Pública Aberta, 22/11/2019).

O “povo preto rico deste país”, coisa que repetiria mais algumas vez ao longo da fala naquela tarde. Possível acreditar que quando disse isso no microfone não estava pautando-se por uma condição material, estatística ou financeira, que conta e compara o acúmulo de bens entre casas, famílias e bairros da cidade, mas sim enaltecendo a história e a cultura negra nacional. Que, como falou, foi relegada aos mangues e alagados da cidade fazendo deles sua morada; dando uma nova conotação à lama, resignificando-a e inventando novas formas de olhar e se apropriar dela. Se a lama do mangue era sinônimo de sujeira e impureza aos olhos dos tradicionais moradores do Recife, para os novos ocupantes do final do século XIX ela se torna lugar de morada e fonte de alimentos e riquezas.

Ainda, vale pontuar uma situação experienciada numa das primeiras visitas realizadas à Ilha, ainda no ano de 2018. Em uma conversa informal com membros da Caranguejo Uçá, usei o termo técnico “comunidade baixa-renda” para me designar à Ilha e fui rapidamente corrigido: “aqui é uma comunidade pesqueira”. E a distinção entre os significados dos dois tipos de comunidade veio logo em seguida; ‘aqui não tem pobreza, aqui ninguém passa fome, aqui não tem violência, não tem tráfico, porque aqui os meninos sempre têm trabalho; tem os viveiros, onde conseguem 20 reais o dia, tem o mangue pra pescar, revender, conseguir alguma coisa’. Continuou ‘é muito diferente de outras comunidades do Recife que não possuem isso, lá passam necessidade’.

É neste sentido que deve-se atentar a importância de estudos urbanos que incidam justamente sobre uma revisão dos discursos e significados socialmente construídos sobre as ‘áreas de interesse social’ do Recife. De imediato, vê-se que apesar das singularidades históricas e culturais que caracterizam e particularizam parte das comunidades e ocupações da cidade, há um discurso social hegemônico sobre a pobreza que impõe significados bastante generalizantes às populações urbanas e seus distintos modos de vida. Ao tomar a Ilha de Deus como objeto da pesquisa, vê-se que sua história de pouco mais de 70 anos é caracterizada por uma profunda incompreensão acerca de sua realidade social.

Inicialmente marcada por uma forte exclusão e invisibilidade, culminando em um longo período de inexistência nos mapas oficiais e estudos técnicos sobre as moradias subnormais da cidade. A Ilha aparece no discurso midiático dos anos 1970 como uma das favelas mais miseráveis da cidade, se tornando objeto do interesse técnico, midiático e conseqüentemente político. Recebe nos finais dos anos 2000 um audacioso projeto de urbanização que reconhece a prática pesqueira da comunidade. E nos anos 2010 viria a se tornar rota do turismo criativo da cidade.

Todavia, ao seguir o discurso enunciado pelos próprios moradores e membros de suas organizações sociais, vê-se a construção de uma realidade discursiva outra, forjada em significados ainda não totalmente desvelados pelos estudos urbanos. Quando pensada a vida da comunidade da Ilha de Deus a partir de sua identidade negra e pesqueira, vê-se que parte das políticas sociais e urbanas, tanto do passado quanto do presente, ainda revela-se insuficientes. Tentando incidir justamente sobre essa problemática, a pesquisa lança mão de uma investigação sobre os enunciados midiáticos que ajudaram a construir a atual imagem politizada e turística da Ilha de Deus.

Com o pressuposto já delimitado de que tanto a “grande mídia” quanto a “mídia independente” auxiliaram na construção discursiva da realidade sobre a comunidade. A pesquisa objetivou investigar em enunciados midiáticos relacionados à Ilha de Deus quais formações discursivas atreladas aos significados da pobreza urbana estiveram presentes ao longo de sua história. Na condução deste caminho investigativo, seria possível também entender as condições de existência que permitiram a emergência de determinados discursos em detrimento de outros, e que constituem a Ilha de Deus como é atualmente reconhecida. Ainda, este esforço de pesquisa e análise se vale como uma pequena contribuição às próprias demandas comunitárias por reconstruir a sua memória, afastando-se do discurso do mocambo e da favela que dominou as antigas formas de se olhar e perceber o lugar. E criar uma narrativa potente sobre a Ilha, à luz do discurso sobre as comunidades pesqueiras remanescentes da cidade. De maneira que legitime o direito à cidade destas

populações, sendo possível como eles afirmam, através da regulação fundiária de um território pesqueiro.

5 ABRINDO A CAIXA DE FERRAMENTAS

todos os meus livros, seja a *Histoire de la Folie*, seja este (*Vigiar e Punir*) são, se você quiser, caixinhas de ferramenta. Se as pessoas querem abri-los, se servir dessa frase, daquela idéia, de uma análise como de uma chave de fenda ou uma torquês, para provocar um curto-circuito, desacreditar os sistemas de poder, eventualmente até os mesmos que inspiraram meus livros..., pois tanto melhor (Foucault, p.220, 1990 apud Lima, p. 155, 1999).

5.1 Uma introdução à arqueologia *foucaultiana*

Este trabalho de pesquisa embasa o seu método de análise e crítica no pensamento do filósofo francês Michel Foucault (1926–1984). De incontestável trajetória biográfica intelectual, seus esforços teórico-analíticos trouxeram grandes contribuições à compreensão das sociedades ocidentais contemporâneas. Para além da filosofia, sua obra repercutiu em diferentes campos do saber social e humanístico. Por convenção, costuma-se separar o seu pensamento em três fases ou momentos - Arqueológica, Genealógica e Ética da existência. A primeira, destinando-se a análises sobre a constituição do saber; a segunda, sobre as formas de exercício do poder; e a última, sobre o sujeito como portador e criador de uma conduta ética ou moral. Todavia, esta divisão possui mais um efeito didático que qualquer outra coisa, já que inexiste um início e um fim nítidos entre cada fase, mas sim um entrelaçamento entre elas. Como num espiral, a cada novo trabalho de pesquisa, Michel Foucault retoma uma questão anterior, permitindo-se rever, mudar e incluir novas afirmações e indagações (Lima, 2017).

Para os efeitos desta pesquisa, que não objetiva se aprofundar na obra e biografia do autor, concentram-se os esforços em compreender o momento arqueológico da trajetória do pensamento foucaultiano - que tem no livro *Arqueologia do Saber* (Foucault, [1969], 2016) a sua maior expressão. Nesta obra, Foucault retomou linhas soltas de seu pensamento, deixadas por fazer em pesquisas anteriores, e deu maior significação a palavra arqueologia, que até então estava um tanto

vazia. Ao final, o livro adquiriu o tamanho quase de um tratado metodológico para investigações das “estruturas” que constituem os conhecimentos e saberes, não necessariamente científicos (Machado, 1981).

A recepção crítica do pensamento foucaultiano, até o momento que antecedeu o livro *Arqueologia do Saber* (2016), vinha identificando-o ora como um estudioso da história das ideias, ora como um pesquisador estruturalista. Isto porque para muitos o interesse de suas investigações eram os modos de conhecimento da humanidade e as transições entre cosmovisões históricas. Entretanto, estas foram classificações rejeitadas pelo filósofo que via tanto na História, quanto no amplo campo das ciências vigentes, uma dificuldade em perceber-se presa tanto a lógicas do falso conhecimento objetivo quanto das “ilusões da subjetividade pura” (idem, 2016). Questionando os modos e os procedimentos de se fazer história, Foucault desprende o esforço pessoal em realizar este ambicioso tratado metodológico e analítico para as ciências humanas. Ancorando-se em importantes conceitos já introduzidos em suas obras precedentes, teve “como objetivo especificar um método de investigação que visa entender a ordem interna que constitui um determinado saber” (Giacomoni, p.121, 2010).

(...) Na verdade, trata-se de descrever discursos. Não livros (na relação com seus autores), não teorias (com suas estruturas e coerência), mas os conjuntos, ao mesmo tempo familiares e enigmáticos, que, através do tempo se tornam conhecidos como a medicina, ou a economia política, ou a biologia. Gostaria de mostrar que essas unidades formam domínios autônomos, embora não independentes; regrados, embora em contínua transformação; anônimos e sem sujeito, ainda que integrem tantas obras individuais. (...) gostaria de revelar, em sua especificidade, o nível das “coisas ditas”: sua condição de aparecimento, as formas de seu acúmulo e encadeamento, as regras de sua transformação, as discontinuidades que as escandem. O domínio das coisas ditas é o que se chama arquivo; o papel da arqueologia é analisá-lo (Foucault, [orelha do livro], 2016).

Apropriando-se do termo arqueologia e ressignificando-o a favor de uma análise histórica dos acontecimentos discursivos, Foucault inaugura - ao menos no nível metodológico - uma nova forma de se fazer historiografia. Tendo como estratégia de pesquisa centrar-se no domínio das “coisas ditas”, eleva tudo aquilo que as pessoas dizem ou disseram à qualidade de Discurso. Assim, olha para o mundo a partir de sua realidade discursiva, através da qual todo ser humano é um ser discursivo criado ele mesmo por sua linguagem. Neste sentido, a atualidade em que o saber se encontra é um acontecimento construído discursivamente ao longo da história, através do que se

fala e se sabe sobre ele. E por esta razão, “a arqueologia é uma história das condições históricas de possibilidade do saber”, (Castro, p.40, 2009).

no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições (Foucault, 2003, p.255-256).

No interior da ordem de um saber existe o que se poderia chamar por condições de existência, a arqueologia ao descrever estas condições que possibilitaram a instauração de um saber na sociedade, acaba por desvelar a experiência nua desta ordem e de seus modos de ser. Responsável pela detecção dos discursos e de sua formação histórica em um determinado campo de saber. Destina-se a responder como, em um determinado campo, dado discurso se formou; como surgiu e se configurou um discurso legitimado sobre determinado assunto. O discurso, dentro da arqueologia, possui uma ordem, uma normatividade – a ordem do discurso –, que ultrapassa as categorias linguísticas e normativas da língua.

Os linguistas também trabalham com enunciados e os descrevem, mas, nesse caso, trata-se de estabelecer aquelas regras que permitiram eventualmente construir novos enunciados. Para a arqueologia, o problema é outro: não segundo quais regras é possível construir novos enunciados, mas como aconteceu que somente tais enunciados tenham existido e não outros. A história do pensamento, por sua vez, busca encontrar, para além dos enunciados ou a partir deles, a intenção do sujeito falante, suas aditividades conscientes ou inconscientes. A análise arqueológica dos enunciados não os remete a uma instância fundadora, mas apenas a outros enunciados para mostrar suas correlações, suas exclusões, etc. (Foucault, p. 39-41, 2016)

A um só tempo, a “arqueologia é o método de investigação sobre como o homem constrói sua própria existência” (Giacomoni, p. 122, 2010). Foucault, buscando afastar-se de vez de uma comparação à história das ideias - que para ele (p. 156, 2016) “é a disciplina dos começos e dos fins” -, definiu a arqueologia enquanto procedimento que “não é uma disciplina interpretativa, não trata os documentos como signos de outra coisa, mas os descreve como práticas” (Castro, p.41,

2009). A descrição arqueológica não visa estabelecer uma transição contínua entre discursos, mas sim incidir sobre sua especificidade, de alguma maneira, oferecer uma história das práticas discursivas em suas relações especificamente articuladas a outras práticas.

Ao final, o livro “Arqueologia do Saber” encerrou a fase arqueológica do pensamento foucaultiano, entretanto, como foi dito mais acima, a obra do filósofo se revela em um continuum, com ele sempre retornando no curso de sua trajetória à problemas, abordagens, conceitos deixados por fazer em trabalhos anteriores. Colocando-se no lugar do não-saber, ou definindo-se em suas próprias palavras como um “empirista cego”, Foucault modelou um fazer científico dinâmico que caminha construindo seus instrumentos de trabalho à medida em que vai conhecendo melhor o seu objeto de estudo.

eu sou, se quiserem, um empirista cego [...]. Não tenho teoria geral e tampouco tenho um instrumento certo. Eu tateio, fabrico, como posso, instrumentos que são destinados a fazer aparecer objetos. Os objetos são um pouquinho determinados pelos instrumentos, bons ou maus, fabricados por mim. [...] Procuo corrigir meus instrumentos através dos objetos que penso descobrir e, neste momento, o instrumento corrigido faz aparecer que o objeto definido por mim não era exatamente aquele. É assim que eu hesito ou titubeio, de livro em livro (Foucault, 2006, p.229 apud Lima, p. 43, 2017).

Vê-se diante deste compêndio do pensamento arqueológico, que caracteriza o momento inicial da trajetória biográfica de Foucault, o quão difícil é a tarefa de munir-se de seus métodos e instrumentos de análise com o igual rigor em que foram construídos. Felizmente, o próprio filósofo incentiva uma livre apropriação de sua caixa de ferramentas. Assim, este trabalho recorreu aos instrumentos foucaultianos de maneira mais ou menos intuitiva. Por vezes, a singularidade do objeto e o contexto no qual se realiza o estudo impôs a necessidade de adaptações à análise, algo que será pormenorizado adiante. Em outros momentos, a pesquisa se espelhou em trabalhos mais amadurecidos, que ofereceram referências valiosas no uso da arqueologia para análises de discurso (Paiva Jr, Leão, Mello, 2011; Bastos e Mello, 2018; Leão, Ferreira, Gomes, 2016). A seção que segue apresenta a Análise Arqueológica do Discurso adaptada a esta pesquisa.

5.2 A análise arqueológica do discurso

A questão do *discurso* perpassa por quase toda a trajetória intelectual de Foucault, constituindo-se como um importante instrumento de suas pesquisas e que foi sendo adaptado à medida também que os eixos de investigação foram cambiados - do problema Arqueológico ao da Ética, passando pela Genealogia. E assim, sob o ponto de vista teórico-analítico, sempre que se pensar o discurso a partir deste filósofo, deve-se levá-lo em consideração ao seu momento arqueológico, genealógico ou ético (Castro, 2009). Por sua vez, aos efeitos desta pesquisa, toma-se emprestado a problemática do discurso contida na passagem arqueológica do autor, que se mostra de maneira melhor acabada na obra *Arqueologia do Saber* (2016), na qual situa a arqueologia enquanto a própria análise do discurso em sua modalidade de arquivo.

O pensamento arqueológico toma o discurso enquanto um “conjunto de enunciados que provém de um mesmo sistema de formação; assim se poderia falar de discurso clínico, discurso econômico, discurso da história natural, discurso psiquiátrico” (Foucault, 2016, p. 141). O discurso é “constituído por um número limitado de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência” (*idem*, p. 153). Se revela enquanto um fragmento da história, uma unidade na descontinuidade da própria história, na qual o papel da análise arqueológica do discurso seria o de desvelar os “seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo” (Foucault, 2016, p-133).

Vê-se que os *enunciados* são acontecimentos discursivos, fatos que podem ser historicamente localizados e “podem ser considerados como unidades elementares do discurso” (Bastos; Melo, p. 176, 2018). Foucault trata os acontecimentos discursivos enquanto vestígios arqueológicos e defende um procedimento de análise que não se restrinja à superfície das formações discursivas, mas que adentre a sua profundidade. Este procedimento vertical de análise do discurso torna possível visualizar as suas regras de formação - aquilo que confere a própria condição de existência dos objetos -, regras estas que encontram-se dispersas e em processos de descontinuidade no nível dos enunciados (Giacomoni, 2010).

a supressão sistemática das unidades inteiramente aceitas permite, inicialmente, restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento e mostrar que a descontinuidade não é somente um desses grandes acidentes que produzem uma falha geológica na história, mas já no simples fato do enunciado; faz-se, assim,

com que ele surja em sua irrupção histórica; o que se tenta observar é essa incisão que ele constitui, essa irreduzível - e muito frequentemente minúscula - emergência. Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente (Foucault, 2016, p. 34).

Por sua vez, as *funções enunciativas* indicam como os enunciados “agem”, o que eles enunciam (Bastos; Melo, p. 176, 2018). O que distingue o enunciado de uma simples frase ou um conjunto de palavras são as suas funções enunciativas, algo se exerce através da existência de elementos significantes que não estão escondidos, mas tampouco são visíveis: o *non-caché* (Foucault, p.142, 2016). O nível da função enunciativa se situa entre a materialidade bruta das formulações das palavras e a regularidade formal de seus significados (Castro, p. 137, 2009). E neste sentido, a descrição da função enunciativa se assemelha a descrição das formações discursivas, são correlatas. E é diante desta correlação que Foucault delimita a noção de prática discursiva: “Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram para uma época dada, e uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, p. 144, 2016).

Para o filósofo, a primeira etapa do procedimento arqueológico deve ser negativa: libertar-se, ou ao menos pôr em suspensão, tudo aquilo que faz o discurso parecer uma unidade. Ao questionar a solidez de categorias e noções que sustentam esta ideia de continuidade histórica e de aparente unidade do discurso, Foucault (2016, p 27) lança mão de um vocabulário próprio para dar conta das formações discursivas - *descontinuidade, ruptura, limiar, limite, série, transformação* etc. Sustenta a ideia de que o discurso é algo que atravessa os objetos de cada época - sejam eles autores, livros, documentos, notícias, entrevistas, conversas etc. Para ele, a especificidade do discurso não está nas palavras ditas e nem em causalidades externas ou internas a ele, por sua vez, não é possível compreender a formação de um discurso de maneira contínua e linear. Uma possibilidade para delimitar a formação discursiva está na atenção aos sistemas de *dispersão* e suas possíveis regularidades, assim como seus jogos e regras de funcionamento.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos,

por convenção, que se trata de uma **formação discursiva** [destaque pelo autor] (Foucault, 2016, p. 47).

A segunda etapa da análise arqueológica do discurso consiste justamente na atenção às **regras de formação** de um discurso, que perpassam por quatro níveis: o dos *objetos*, o das *modalidades enunciativas*, o dos *conceitos* e o das *estratégias discursivas* (Foucault, p.55-93, 2016). Esta etapa da análise visa, em meio aos movimentos de dispersão dos enunciados e de diferenciação e singularização dos discursos, a descrição das regularidades existentes de cada formação discursiva. Por definição, os *Objetos* são históricos, uma vez que ninguém diz uma palavra em qualquer época. Os objetos não preexistem a eles mesmos e surgem sob “condições positivas de um feixe complexo de relações” (Foucault, p. 2016, p. 55). Estas relações, integradas às “instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização (*idem*, p. 55), estão no limiar entre o discurso e o que se pode falar sobre determinado objeto. O movimento destas relações é o que caracteriza o próprio discurso enquanto prática.

A formação de um único discurso se dá por uma variada gama de *Modalidades Enunciativas*. Foucault (p. 64, 2016) cita o exemplo do discurso médico, no qual a prática discursiva se apoia em variados tipos de enunciados: descrições qualitativas, narrativas biográficas, demarcação, dedução, estimativas estatísticas *etc.* Não existindo uma única forma enunciativa, estando os tipos postos em coexistência e de maneira dispersa no espaço-tempo, deve-se descrevê-los atentando justamente a uma determinação de regras que permitem a existência de enunciações diversas. Tais interrogações auxiliam a compreender em meio à dispersão dos enunciados, a regularidade de um sistema de relações articulado ao *status*, lugar e posição ocupados pelos sujeitos do discurso.

Já a atenção ao nível dos *Conceitos* visa desvelar o sistema de regras que dá sustentação e sentido ao conjunto de enunciados de uma formação discursiva. Em suma, os conceitos são os elementos que tornam um enunciado diferente de uma simples frase gramatical. Ao passo que Foucault já demonstrou a impossibilidade de organizar os conceitos como um conjunto permanente e estruturado coerentemente - “um edifício conceitual dedutivo” (Castro, p. 179, 2009), deve-se buscar a sua organização a partir do *campo* em que os enunciados emergem e circulam.

É preciso ter em mente que em cada formação discursiva os conceitos são dispostos de certa forma e utilizados conforme o campo de saber e o modo como se relaciona, se diferencia, se associa ou não a outros campos de saber. Ou seja, devem-se definir as suas regras de formação, que os permitam relacionar a um

sistema comum, sendo que este sistema deve dar conta da emergência simultânea ou sucessiva de conceitos dispersos, heterogêneos e mesmo incompatíveis (Giacomoni, p. 125, 2010).

A última das regras de formação, *as estratégias discursivas* (Foucault, p.76-83, 2016) dão conta de como os processos de formações discursivas dão lugar a certos temas, conceitos, teorias, tipos de organização que se formalizam e institucionalizam retroalimentando e legitimando a própria formação do discurso:

Uma formação discursiva será individualizada se se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolaram; em outros termos, se se puder mostrar como todas derivam (malgrado sua diversidade por vezes extrema, malgrado sua disposição no tempo) de um mesmo jogo de relações (Foucault, p. 80 - 81, 2016).

Um único discurso pode ser formado por diferentes estratégias e escolhas temáticas adotadas pelos sujeitos da enunciação do discurso. Necessário descrever como as estratégias gerais estão ligadas a função exercida pelo discurso em sua prática, ao processo de apropriação de que é objeto e o papel que pode desempenhar na realização dos interesses e dos desejos (Foucault, 2016). Assim, o sistema será definido se puder descrever como os pontos de difração do discurso derivam uns dos outros, se comandam e se pressupõem.

O procedimento de análise arqueológica caminha não apenas sobre documentos científicos, mas também jurídicos, jornalísticos, literários, nas falas dos políticos e na vida cotidiana. O curso de uma formação discursiva, o processo de constituição das condições de existência de um objeto, percorre os mais variados *campos* da sociedade. É neste sentido que a identificação das regras de formação passa por uma descrição mínima dessas quatro categorias. A análise do discurso arqueológica permite o entendimento de como complexos sistemas de saber - a exemplo da economia, medicina e a própria ciência - podem tomar corpo e existir enquanto tais.

Por fim, vê-se que Foucault fez uso de um vocabulário próprio e muito particular, por meio do qual cada novo conceito desenvolvido ou ampliado pelo filósofo, está amparado em um sistema de pensamento no qual ele vem paulatinamente construindo em sua trajetória. Neste sentido, para que seja possível visualizar a Formação Discursiva é necessário antes munir-se da noção das Regras de Formação que, por sua vez, sem o conceito de Enunciados não se sustenta. Diante desta complexidade analítica, vários pesquisadores vêm realizando esforços de sistematizar as

ferramentas arqueológicas do pensamento *foucaultiano*, a exemplo do trabalho empreendido por Leão, Ferreira e Gomes (2016) que elaboraram o quadro que finaliza esta subseção e segue na página adiante (quadro 2).

Quadro 2 - Ferramentas analíticas da Análise de Discurso Foucaultiana

Conceito	Descrição
Enunciado	São funções de existência que pertencem aos signos, não se tratando de uma estrutura ou de certas unidades, mas de funções que cruzam domínios de estruturas e análises, revelando temas concretos, delineados num tempo e num espaço. Assim, apesar de se referir a signos, não encontramos os enunciados em signos ou agrupamentos de signos particulares. Por outro lado, os enunciados podem não ser identificados de forma isolada, uma vez que é comum que haja relações entre enunciados.
Função Enunciativa	Indica que o enunciado “age” de certa maneira: em vez de ser encontrado na gramática ou na lógica, localiza-se nos espaços de diferenciação do discurso, produzindo a própria diferença; em vez de ser proferido por um sujeito da enunciação, encontra-se nas diferentes vozes de uma dada posição de subjetividade; coexiste num campo associado com outros enunciados; não se refere a uma substância, mas a uma materialidade, com inúmeras possibilidades de uso.
Regras de Formação	As formações discursivas seguem certas regras de formação, que são existência, coexistência, manutenção, modificação e desaparecimento. Foucault (2016) apresenta quatro regras de formação: os objetos, que são definidos pelos lugares, delimitações e especificações dos enunciados; as modalidades enunciativas, que se referem ao estilo, à maneira como os sujeitos, a partir de sua posição, proferem enunciados; os conceitos, que dizem respeito a como o sentido atribuído a certas noções é sempre delineado num campo enunciativo; por fim, as estratégias, dizem respeito a como o discurso é guiado por certas ideias, temas, teorias, que determinam seus pontos de difração (incompatibilidade e equivalência) e revelam as escolhas do que foi integrado ao discurso e as funções desse discurso sobre um campo de práticas não discursivas.
Formação Discursiva	Os agrupamentos de enunciados que estabelecem as formações discursivas passam pela maneira como as funções enunciativas possibilitam as condições dessas regras. Foucault (2016) entende que os discursos estão sempre dispersos. A análise do discurso, no entanto, propicia que entendamos o discurso a partir de certa regularidade, identificável em suas formações.

Fonte: Foucault *apud* Leão; Ferreira; Gomes, 2016.

5.3 A construção do arquivo midiático

Viu-se na seção anterior que a análise arqueológica do discurso pressupõe que a realidade social é uma construção discursiva. Por sua vez, o procedimento arqueológico *foucaultiano* visa

justamente descrever e entender as regras que produziram os discursos, assim como desvelar a construção de objetos por esses discursos. Ao exemplo do objeto desta pesquisa, a Ilha de Deus, a análise arqueológica destina-se justamente a entender o “como” a realidade discursiva da Ilha cristalizou-se em seu estado atual. Quais condições permitiram que determinadas ideias se tornassem fortes em detrimento de outras, quais discursos foram produzidos e quais materialidades foram produzidas por estes discursos. Portanto, não se busca entender nem a origem e nem o fim em si, neste caminho arqueológico, tateia-se a dimensão pós-discursiva da realidade (Foucault, 2016).

Para dar conta de tais questões, adota-se como tática de pesquisa o procedimento de construção do *Arquivo*. Defendido por Foucault (2016) como o caminho metodológico da arqueologia do saber, o Arquivo constitui-se por todos os sistemas de enunciados documentados e selecionados durante uma pesquisa a fim de serem analisados. O arquivo é o “sistema geral da formação e transformação dos enunciados” (*idem*, p.159, 2016), que, mesmo diante da impossibilidade de se dar conta da totalidade de um discurso, busca desvelar as regularidades do *funcionamento* e das *regras* em meio a dispersão e multiplicidade dos acontecimentos enunciativos. Por sua vez, este procedimento realiza um recorte vertical nos dados, a fim de conter o ordenamento discursivo em um dado momento histórico.

O arquivo é o que faz com que as coisas ditas se mantenham, segundo regras específicas, no corpo enunciativo, cuja existência e materialidade se concretizam no acontecer, e é, também, o que designa o sistema de funcionamento que possibilita a diferenciação de uma multiplicidade de existências discursivas e especifica a duração de cada uma destas existências (Bastos e Mello, p.174, 2018).

Diante da problemática de pesquisa exposta, em que se percebe a imagem da Ilha de Deus densamente construída por práticas discursivas midiaticizadas, buscou-se a formulação do arquivo através de documentos selecionados e organizados a partir da delimitação de duas posições discursivas distintas sobre a Ilha, que são: *grande mídia* e *mídia independente*. Ainda, delimitou-se um recorte temporal para o arquivo que, de certa forma bem ambicioso, buscou reunir documentos da década de 1950 até o ano de 2019, último ano do curso de mestrado deste autor. E este procedimento, que se destinou a documentação dos acontecimentos midiaticamente enunciados, acabou sendo “apelidado” de *arquivo midiático*.

A primeira posição discursiva mencionada, a *grande mídia*, corresponde aos meios de comunicação em massa da cidade, verdadeiras corporações de informação e entretenimento. Viu-se ainda no *Prólogo* desta dissertação a capacidade quase monopolista que estes veículos de

comunicação têm de inundar de sentidos a vida cotidiana das cidades, auxiliando na “organização” do mundo social, ao passo que ocupam um “lugar de referência” para os sujeitos em seus processos intersubjetivos de construção de verdades sobre o espaço habitado. Aqui, chama atenção como a grande mídia tem protagonismo na representação hegemônica ou “oficial” sobre a cidade, no limite, revelando-se um espelho dos interesses das classes dominantes.

O segundo posicionamento discursivo, o da *mídia independente*, refere-se às produções textuais e audiovisuais de duas organizações da Ilha já anteriormente mencionadas: Saber Viver e Caranguejo Uçá. Agrupam-se, ainda, a esta posição produções audiovisuais de realizadores independentes, muitas vezes efetivadas com a produção ou o apoio de uma dessas organizações locais. Longe de possuir a mesma capacidade que tem a grande mídia de massificar um discurso, pode-se dizer que as práticas discursivas da mídia independente revelam significados sobre a cidade ainda subterrâneos ao seu cotidiano. As apropriações tecnológicas e as práticas discursivas destes sujeitos da mídia independente, muitas vezes realizadas de maneira autoral e amadora, são percebidas na pesquisa enquanto atos de resistência a um discurso hegemônico sobre a Ilha de Deus e a cidade.

Bem ou mal concebido o arquivo midiático até o momento, os procedimentos de pesquisa e construção do arquivo seguiram o modo de fazer *foucaultiano*, que prevê a importância de um envolvimento e um comprometimento do pesquisador com o objeto analisado. Afinal, é justamente na relação com a prática que os conceitos do filósofo têm melhor incidência (Lima, p.44, 2017). Assim, foram conduzidas importantes aproximações e vivências junto à comunidade da Ilha de Deus e as práticas cotidianas de uma das organizações sociais mais importantes do lugar, a Caranguejo Uçá.

A *observação direta*, realizada ainda no ano de 2018, no primeiro ano do mestrado, trouxe grande valor qualitativo à escrita do trabalho. Foram realizadas sistemáticas visitas à Ilha de Deus ao longo de três meses, com participação *in loco* de atividades realizadas pela Caranguejo Uçá (figura 17). Através de conversas informais com membros da organização e moradores da comunidade, foi possibilitada a construção de um *diário de campo*, onde eram anotadas informações, falas e impressões pessoais que os dias na Ilha causavam. Ao final, as observações e anotações de campo revelaram-se procedimentos valiosos de registro descritivo da realidade social da comunidade, fundamental na construção de um olhar crítico, mas igualmente sensível e empático aos problemas cotidianos e às causas defendidas por esta organização social da Ilha.

Dentro destas visitas à comunidade, em um domingo ensolarado, ao longo de uma manhã e tarde inteira do dia 17 de junho de 2018, foram realizadas Oficinas com moradores e visitantes da Ilha de Deus, as dinâmicas consistiram em três procedimentos de *pesquisa participante*, que foram: *i. Visita Guiada; ii. Linha do Tempo; e iii. Análise de Conjuntura*. A primeira, visita guiada por membros da Caranguejo Uçá, levou os participantes da dinâmica para conhecer boa parte do território da Ilha, sob um ‘olhar crítico’ para a realidade socioambiental do lugar (figura 18).

Figura 17 - Observação direta das práticas do Caranguejo Uçá



Fonte: Caranguejo Uçá Blogspot, 2018.²⁷

Figura 18 - Visitas guiadas ao território da Ilha de Deus



Fonte: Caranguejo Uçá Blogspot, 2018.²⁸

²⁷ Disponíveis no website da organização: <<<http://caranguejouca.blogspot.com/2018>>> Acesso em 06 outubro 2019.

²⁸ Disponíveis no website da organização: <<<http://caranguejouca.blogspot.com/2018>>> Acesso em 06 outubro 2019.

A segunda atividade, promovida por pesquisador externo convidado, realizou a dinâmica coletiva história oral - *Linha do Tempo*, renomeada na ocasião para “Rio do Tempo”, na qual elencou-se os principais fatos e personagens da história da comunidade pesqueira até os dias de hoje (figura 19). A terceira, a partir dos elementos das dinâmicas anteriores, foi uma conversa coletiva sobre os rumos da comunidade, da cidade e das políticas socioambientais e urbanas para o território pesqueiro. Produtos destas dinâmicas participativas de pesquisa foram transcritos e estão presentes ainda na *Parte I* desta dissertação, quando se realizou *Uma Leitura sobre a Ilha de Deus*.

Figura 19 - Pesquisa participante de história oral (dinâmica "Rio do tempo") na sede na Caranguejo Uçá



Fonte: Caranguejo Uçá Blogspot, 2018.²⁹

Em paralelo a estes procedimentos mais ou menos livre de observações, vivências e pesquisas participativas junto à comunidade e sua organização, desenvolveu-se uma extensa *pesquisa bibliográfica e documental* sobre a Ilha de Deus. Com o foco na trajetória social e histórica da ocupação, seus principais acontecimentos e personagens, tendo como pano de fundo a história da cidade do Recife. Nesta etapa, foram realizadas sistemáticas consultas ao Banco de Teses & Dissertações da CAPES, Repositórios e Bibliotecas da UFPE e UFRPE, Arquivo Público de Pernambuco, Centro de Estudos da História Brasileira - CEHIBRA na FUNDAJ, Acervo da Biblioteca Nacional, Agência Condepe-Fidem, Portal do IBGE. Ao final, tal procedimento que

²⁹ Disponíveis no website da organização: <<<http://caranguejouca.blogspot.com/2018>>> Acesso em 06 outubro 2019.

reuniu diversas publicações acadêmicas e relatórios técnicos sobre a ocupação, possibilitou uma maior contextualização e refinamento do olhar sobre o objeto da pesquisa.

O procedimento de construção do *arquivo midiático*, que se prolongou ao longo de todo o curso da pesquisa de mestrado (2018-2019), se deu pela reunião de diversos acontecimentos midiáticos relacionados à Ilha de Deus. Os documentos, no geral, tratam-se de: matérias impressas de jornais de grande circulação do Recife; reportagens textuais e vídeo-reportagens presentes nos portais *on line* destes veículos; publicações independentes de textos, cartas e manifestos em *blogs e* redes sociais virtuais; vídeos autorais amadores realizados pelas organizações da Ilha; assim como produções audiovisuais sobre a Ilha de Deus realizadas por produtores independentes disponíveis em distintas plataformas digitais, como *Youtube, Facebook e Vimeo*.

O recorte temporal do arquivo, que buscou acontecimentos midiáticos sobre a Ilha desde o início de sua ocupação (datada na década de 1950, sem um registro preciso de data) até os dias atuais, só foi possível através de consultas ao acervo digital do jornal Diário de Pernambuco, disponível no *website* da Fundação Biblioteca Nacional. Neste acervo virtual estão digitalizadas todas as edições do Diário desde o ano de sua fundação,³⁰ em 1825, até o ano de 1984, permitindo sistemáticas consultas por palavras-chaves. Constituindo-se também como uma importante base de dados para diversas consultas desta pesquisa, ainda auxiliando na seção de problematização do trabalho sobre *Significados da Pobreza Urbana no Recife*.

Mas conforme a pesquisa ia sendo aprimorada, documentos iam sendo agrupados, descartados e reagrupados novamente. Ainda, o procedimento de construção do arquivo seguiu recomendações levantadas por pesquisadores que já utilizaram a análise arqueológica do discurso em seus estudos sobre cidade (Paiva Jr, Leão, Mello, 2011; Bastos e Mello, 2018; Leão, Ferreira, Gomes, 2016). Na ocasião lembraram a importância de

atender aos princípios fundamentais da raridade, exterioridade e acúmulo propostos por Foucault (2008): raridade, para evitar sobreposições e a pletora de significados; exterioridade, para que o contexto possa dizer o que é permitido e o que não é; e acúmulo, para se procurar as regularidades dos enunciados e não suas origens ou fundamentos últimos (Bastos e Mello, p. 175, 2018)

Ao final, o arquivo que foi organizado a partir de duas posições discursivas (“grande mídia” e “mídia independente”), reuniu um total numérico amostral (*n*) de **101 documentos**, organizados

³⁰ Disponível em: <<<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=>>> Acesso em 06 outubro 2019

de acordo com o quadro 3 - e referenciados no *apêndice* deste trabalho. Composto principalmente por documentos posicionados na grande mídia (80 documentos de um total de 101), sendo o Diário de Pernambuco a sua principal base de dados (reunindo 53 dos 80 documentos). Fato principalmente devido à digitalização de parte substancial do acervo do Diário, o que facilitou as consultas e a construção deste arquivo. Ainda, foram reunidos 27 documentos encontrados no Jornal do Commercio, Folha de Pernambuco, portal G1 Pernambuco (Rede Globo Nordeste), Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo e a BBC Brasil, identificados no quadro 3 como “Outros veículos”.

Dos 21 documentos agrupados como mídia independente, 14 estão relacionados à organização local Caranguejo Uçá (quadro 3). Tratam-se de textos, manifestos, notas à imprensa, assim como vídeos autorais - documentais, jornalísticos ou ficcionais - produzidos pela organização, todos relacionados à Ilha de Deus. Encontrados através de consultas ao acervo da organização, assim como pesquisas em seu *blog*, canal na plataforma digital *Youtube* e perfis mantidos em redes sociais virtuais, como o *Facebook* e *Instagram*. Ainda, os 7 documentos restantes são referentes aos achados na produção de conteúdo da organização local Saber Viver e das produções audiovisuais de realizadores independentes externos à Ilha - identificados no quadro 3 como “Outros produtores”.

Quadro 3 - A construção do arquivo midiático e distribuição dos documentos a partir das posições discursivas grande mídia e mídia independente

Número de documento analisados (n): 101			
Posição Discursiva	Sujeitos do Discurso	Modalidade do Documento	
		Vídeos	Reportagens textuais
Grande Mídia (80)	Diário de Pernambuco (53)	1	52
	Outros veículos (27)	1	26
Mídia Independente (21)	Caranguejo Uçá (14)	5	9
	Outros produtores (7)	2	5

Fonte: o autor

Ainda, vale dispor o arquivo sob outra organização, com o mesmo número de documentos reunidos, só que desta vez a partir de um recorte temporal e uma organização distinta dos dados. No quadro 4, estão apresentados os acontecimentos midiáticos (cada documento) a partir de como a Ilha de Deus foi referenciada - quer seja uma matéria nomeando-a como “Ilha sem Deus” ou um

documentário referenciando o lugar como uma comunidade tradicional pesqueira. Destaca-se que as ocorrências reunidas entre a década de 1960 até 1980 são somente referentes a registros encontrados no acervo digital do Diário de Pernambuco. Contudo, ficará evidente a ausência nesta pesquisa de documentos da década de 1990, devido a indisponibilidade de tempo do pesquisador em realizar consultas manuais ao acervo físico dos jornais da cidade. Todavia, mesmo diante de certas lacunas que o quadro 4 apresenta, pode-se a partir dele perceber certos momentos históricos em que ordenamentos de significados sobre a Ilha surgem ou desaparecem na mídia da cidade. Assim como notar também a sua longa invisibilidade entre as décadas de 1950 e 1960.

Quadro 4 - Referências à Ilha, ocorrências midiáticas e os recortes temporais

Década	Ilha Sem Deus	Ilha de Stº Antônio	Ilha de Deus	Comunidade pesqueira
1950 - 1959				
1960 - 1969	02			
1970 - 1979	11	01		
1980 - 1989	22	04	04	
1990 - 1999				
2000 - 2009			11	9
2010 - 2019			13	24

Fonte: o autor

A descrição do arquivo se iniciou por uma identificação nos documentos de seus diversos **Enunciados** e as possíveis relações entre eles. Em seguida, a identificação de suas **Funções Enunciativas**, que são as ações exercidas pelos enunciados. “Vale mencionar que funções mesmas podem se referir a diferentes enunciados e, por sua vez, um mesmo enunciado apontar para mais de uma função” (Leão, Ferreira e Gomes, p. 666, 2016). Na sequência, a descrição das **Regras de Formação**, que são as condições de existência dos enunciados e seguem quatro critérios: *objetos*; *modalidades*; *conceitos* e *estratégias*. Por fim, após a descrição destas três categorias de análise, buscou-se situar as **Formações Discursivas** constituídas como a unidade macro que guarda as possibilidades de verdade do objeto (Santos, Mello, p. 428, 2018). Ainda vale pontuar que

A formação discursiva não é, no entanto, um elemento fixo. Ela não desempenha o papel de uma figura que para no tempo. E sim determina uma regularidade própria de processos temporais, colocando o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos, transformações, mutações e processos (Bastos e Mello, p. 176, 2018)

Assim, a Análise Arqueológica do Discurso juntamente ao procedimento de construção e “curadoria” de um Arquivo midiático, constituem-se como importantes procedimentos para o entendimento da realidade discursiva e midiaticamente construída sobre a Ilha de Deus. Ainda, através deste procedimento analítico de descrição das formações discursivas sobre o lugar, como será visto adiante, abriu a compreensão para as condições de possibilidade que permitiram a emergência de certos discursos sobre a Ilha e a supressão de antigas ordens de significados sobre o lugar.

PARTE II



Fotografias *pin-hole* na Ilha de Deus antes da urbanização (ano 2005). Copyright: Brigitte Schuster. License: Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International (CC BY-SA-NC 4.0)

6 MANUSEANDO O ARQUIVO

Nesta seção, serão descritos os resultados obtidos na pesquisa. Para tanto, optou-se por subdividi-la em cinco tópicos nos quais serão identificados e descritos os elementos constitutivos das formações discursivas. Nas subseções a seguir, serão apresentados os *enunciados midiáticos*, *funções enunciativas*, as *regras de formação* identificadas, bases das *formações discursivas* - que serão apresentadas e discutidas na subseção final. A opção por apresentar os resultados desta maneira, mais objetiva e direta, seguiu referências de autores supracitados (Leão, Ferreira, Gomes, 2016), que visam alcançar um maior foco na descrição de cada formação, assim como nas relações destas com suas regras, enunciados e funções enunciativas. Por sua vez, esta penúltima seção da dissertação, que realiza apenas uma apresentação objetiva das bases constituintes das formações discursivas, deve ser lida como o preâmbulo - seção que apresenta os elementos precedentes que embasaram a seção final da dissertação. Afinal, é somente após o *manuseio do arquivo*, bem ou mal formulado e descrito por este pesquisador, que se poderá analisar de maneira mais estendida as formações discursivas encontradas sobre a Ilha de Deus.

6.1 Enunciados midiáticos

Referenciando-se especificamente ao modelo desenvolvido por Leão, Ferreira e Gomes (p. 668, 2016), os Enunciados serão definidos “como proposições afirmativas, de modo a revelar não só suas características, mas também uma ideia clara de significação em seu contexto”. Neste modelo, palavras, frases, expressões, argumentos presentes nos documentos que construíram o arquivo midiático desta pesquisa serão reconvertidos em proposições afirmativas que dão uma noção mais precisa do significado do enunciado. Este levantamento seguiu “os critérios de regularidade e repetição de significados que aparecem no discurso e, ao mesmo tempo, apontam para diferenças que demarcam a unidade de cada enunciado” (Santos e Mello, p. 421, 2018). Ainda, a construção dos enunciados levou em consideração o contexto histórico e a posição discursiva do sujeito que o enuncia - quer sejam grande mídia ou mídia independente.

Mais do que realizar uma transcrição literal das palavras encontradas nos documentos do arquivo, tenta-se dar evidência ao significado contido nas expressões. Desta maneira, ao deixar

evidente a ideia de significação do enunciado, também é possível localizar, em diferentes documentos, um mesmo enunciado, não obstante, um mesmo documento também pode dar evidência a mais de um enunciado. Para exemplificar a forma como foram construídos os enunciados midiáticos presentes neste trabalho, vê-se, em um dos documentos do arquivo, o recorte de matéria sobre a Ilha de Deus encontrada no acervo do Diário de Pernambuco do ano de 1976:

O Recife é realmente uma grande cidade, cheia de segredo e contrastes. Um deles é um lugar chamado Ilha Sem Deus, ou Ilha de Santo Antônio. Qualquer um dos dois nomes é usado para denominar esse pedaço de terra no qual vivem cerca de 200 famílias. A miséria dos casebres agride a beleza da paisagem, ou vice-versa (“Você conhece a Ilha Sem Deus?” reportagem de Ana Maria Guimarães, no Diário de Pernambuco, ano 1976).

Deste recorte, pode-se construir o enunciado “**A existência da Ilha agride a beleza da paisagem**”. A partir de uma leitura profunda, que considera estudos sobre os significados sociais que a pobreza urbana assumiu no Brasil e em especial no Recife, pode-se depreender do trecho da matéria a existência de um enunciado que afirma que a miséria dos casebres (mocambos) da Ilha Sem Deus são uma mácula na bela paisagem natural da cidade. Do mesmo recorte, construiu-se o enunciado “**O ambiente da maré e do mangue degrada a vida dos moradores da Ilha**”, momento em que deixa evidente uma percepção sobre a condição socialmente degradante de se viver nos mangues e alagados do Recife. Estes enunciados foram validados não apenas tomando como referência o trecho acima, mas também por sua regularidade e repetição ao longo da análise do arquivo da pesquisa.

Outro enunciado identificado no arquivo se forma pela afirmação “**A relação com a pesca e com a Ilha é ancestral**”, uma vez que se percebe a recorrência de frases, expressões ou argumentos emanando tal sentido em distintos recortes que compõem a parte do arquivo midiático referente aos enunciados encontrados na mídia independente. Como exemplo, o documentário de Oscar Malta, “Quando a maré encher” (PE, 31’, 2006), sobre a Ilha de Deus, em que traz falas de vários moradores, dentre eles, a de uma jovem marisqueira:

Meu avô veio pra cá ainda novo, não tão jovem, teve minha mãe, meus outros tios aqui na ilha, meu avô vivia de maré, de sururu, de pesca, de siri, também pecava peixe, pescava de mangote. (...) Do que ela se alimentava, eu me alimentava e meus irmãos também. Tudo que ela comia, no caso, siri, sururu, vem da lama, né, então faz bem a gente também. (Doc.: Quando a maré encher, Dir.: Oscar Malta, 30’56”, 2006)

Em outro trecho do mesmo documentário, mas vindo da fala de outro morador da Ilha, homem negro, dono de um viveiro de camarão:

A minha avó. Isso veio de muito longe. Sabe como é, negro, pobre, excluídos. Jogados no mangue, né, fizeram isso no passado, né. Não tinha escolaridade. Ela não sabe a idade dela exatamente, ela não teve registro. A minha avó. Imagina a minha bisavó. Todas pescadoras. Vieram lá de longe, do recife antigo mesmo. Acredito que minha bisavó seja neta de escravos já (Doc.: Quando a maré encher, Dir.: Oscar Malta, 30'56", 2006).

Ao todo, foram identificados 60 enunciados ao longo da análise do arquivo midiático do trabalho. Durante este procedimento de análise, foram encontrados enunciados posicionados tanto nas práticas discursivas da grande mídia como nas da mídia independente. Evidenciando que os sujeitos dos discursos são portadores de interesses ora divergentes, ora convergentes em suas práticas discursivas sobre a Ilha de Deus. Para a apresentação dos enunciados, os separamos em três agrupamentos: os enunciados encontrados somente na grande mídia (quadro 5), os encontrados tanto na grande mídia quanto na mídia independente (quadro 6) e os encontrados somente na mídia independente (quadro 7). Os quadros que seguem abaixo, 5, 6 e 7, além de apresentar os enunciados também são seguidos de uma sucinta descrição que introduz o contexto no qual foram formulados. Ao final da descrição de cada enunciado, são referenciadas as fontes ou documentos de onde eles foram retirados, podendo ser consultados individualmente no *apêndice* deste trabalho.

Quadro 5 - Enunciados encontrados na Grande Mídia, enumerados de 1 a 29, analisados a partir de um n amostral igual a 60

Enunciados encontrados na grande mídia		
Enunciados		Descrição
E01	A Ilha Sem Deus é um lugar carente e de população menos favorecida	Trata da constatação de que a Ilha é uma comunidade que carece de assistência social ou religiosa. Sua população é menos favorecida que outras na cidade e carece de benefícios da sociedade civil ou do Estado (Fonte: DP: 1968, 1969, 1982d, 1984c).
E02	Os mocambos são insalubres e alagam com as chuvas	Assevera que o assentamento é precário, insalubre ou insustentável em tempos mais adversos (como os de chuvas intensas). Ao mesmo tempo, aponta para a insustentabilidade da ocupação (Fonte: DP: 1973, 1976, 1984b).
E03	A existência da Ilha agride a beleza da paisagem	Afirma que a miséria dos casebres, mocambos e palafitas da Ilha degradam a beleza natural daquela localidade da cidade (Fonte: DP: 1976).
E04	O ambiente da maré e do mangue degrada a vida dos moradores da Ilha	Evoca que a vida nos mangues e alagados da cidade é uma vida socialmente degradante e moralmente desvirtuada (Fonte: DP: 1976, 1984b).

E05	Sua população consome muita cachaça	Sugere um alto consumo de álcool no lugar. Por vezes invoca que o uso da substância alivia a difícil vida no lugar ou desqualifica o morador por associá-lo a um hábito moralmente negativo (Fonte: DP: 1976, 1982c).
E06	Os moradores do lugar levam uma vida de vadiagem	Profere que os moradores da Ilha são preguiçosos, levam uma vida lenta ou de ociosidade. Ainda, afirma que os moradores não têm interesse de exercer uma profissão ou estudar. Ainda, não percebe a pesca como uma profissão e a associam à vadiagem (Fonte: DP: 1976, 1982c).
E07	A Ilha Sem Deus é poluída e propensa a diversos casos de doença	Reitera a insalubridade e sujeira da Ilha, a falta de higiene do ambiente e de seus moradores e a frequência de casos de doenças no lugar (Fonte: DP: 1976, 1980e, 1980f, 1980g, 1980h, 1982c, 1984b).
E08	A pobreza não pode se alastrar na cidade	Defende que a pobreza é um mal para a cidade, algo que desvirtua o ambiente e que necessita sua erradicação (Fonte: DP: 1983c, 1983h, 1984b, 1984d).
E09	Residentes da Ilha Sem Deus cometem crimes violentos	Notícia de crimes violentos ocorrido na Ilha Sem Deus e a punição de seus infratores. Associa o lugar à criminalidade, violência, perigo e falta de humanidade (Fonte: DP: 1978a, 1979a, 1979b, 1980a, 1981a, 1982e, 2005).
E10	Poder público deve buscar soluções para áreas subnormais e aglomerados populacionais baixa-renda da cidade	Evoca com uso de vocabulário técnico e pretensa neutralidade que o poder público deve buscar ou está buscando soluções para os lugares de moradia dos pobres na cidade (Fonte: DP: 1978b, 1979c, 1979f, 1980b, 1980d, 1984d, 1984e).
E11	Ilha sem Deus é um lugar violento e perigoso	Sugere de maneiras generalizantes que a Ilha Sem Deus é um conhecido local de criminalidade e violência da cidade (Fonte: DP: 1978a, 1979a, 1979b, 1982a, 1982b, 2005; JC: 2011a).
E12	Governo quer erradicar favelados	Evoca de maneira persecutória que o poder público compartilha das ânsias do veículo de comunicação e almeja, - com o uso dos termos - <i>erradicar as favelas</i> do Recife. Muitas vezes, seguido de uma lista, na qual a Ilha de Deus quase sempre está inserida (Fonte: DP: 1978b, 1979c, 1979f, 1980c).
E13	A marginalidade, miséria e fome, levam os desesperados moradores da Ilha a cometerem crimes	Alega de maneiras exageradas que as causas geradoras de tensão, conflitos e crimes na Ilha são em decorrência de sua condição de pobreza e marginalidade (Fonte: DP: 1979e, 1982f, 1984b).
E14	Ilha Sem Deus, e outras, consideradas as maiores áreas problemas do Recife	Sugere a Ilha como uma das áreas mais problemáticas da cidade e a associa a outras áreas igualmente estigmatizadas, como Coque, Santo Amaro, Caçote (Fonte: DP: 1979c, 1979f, 1980c).
E15	A comunidade carece de serviços e assistência do Estado	Evoca a Ilha como uma comunidade e relata a ausência de serviços e assistência básicas à população (Fonte: DP: 1982d, 1983a, 1983d, 1983f, 1984c, 1984d, 1984e).
E16	Os pescadores e marisqueiras da Ilha viviam abandonados	Reconhece a atividade da pesca na Ilha e a percebe como resultado da pobreza e do abandono do Estado (Fonte: DP: 1983c, 1983g, 1984a).
E17	A comunidade recebe várias ações, mas ainda não são suficientes para solucionar os problemas vividos pelas famílias	Reitera a Ilha como uma comunidade carente, onde ações dos governos foram realizadas, mas ainda são insuficientes (Fonte: Folha PE: 2007a, 2007b).

E18	Moradores da Ilha e donos de viveiros são acusados de destruição do manguezal	Diz respeito ao crescimento dos viveiros que desmatam o mangue e dos esgotos das habitações da Ilha que são dejetados nas marés. Ressalta que a comunidade está degradando o meio ambiente (Fonte: JC, 2015).
E19	Moradores da comunidade da Ilha de Deus promovem passeios ecológicos e dão exemplo de consciência ambiental	Atesta que a comunidade trabalha com consciência ambiental e está interessada na preservação do manguezal (Fonte: JC Online: 2007a).
E20	Comunidade de pescadores sofre com poluição dos rios da cidade	Reconhece a atividade pesqueira da comunidade e aponta o sofrimento em que é exercida a atividade em decorrência da poluição dos rios (Fonte: JC: 2007a, 2007b, 2007c; DP: 2007; Folha PE: 2007a, 2007c, 2008).
E21	Governador Eduardo Campos articulou a urbanização da Ilha de Deus	Invoca que o ex-governador do estado Eduardo Campos têm o mérito da execução do projeto de urbanização da Ilha (Fonte: O Estado, 2007; JC, 2009; Folha SP: 2014; DP: 2019).
E22	Lugar pouco conhecido antes da urbanização por Campos	Diz que a Ilha era um lugar pouco conhecido entre os moradores da cidade e seus visitantes, até o momento em que Campos a visitou (Fonte: JC: 2009; Folha SP: 2014; DP, 2014, 2019).
E23	Projeto piloto de Urbanização da ZEIS Ilha de Deus torna-se experiência modelo	Afirma com linguagem técnica e pretensa neutralidade que a urbanização da Ilha foi uma experiência exitosa e pode vir a ser modelo para urbanizações de outras áreas (Fonte: Folha SP: 2014; BBC: 2016; DP: 2019).
E24	Ilha de Deus é roteiro dos passeios de catamarã do Recife	Destaca articulação de Ong local para a ativação do turismo comunitário na Ilha de Deus (Fonte: JC, 2016b; DP, 2016; G1, 2016b).
E25	A Ilha de Deus é exemplo de transformação social no Recife	Invoca que a Ilha de Deus foi urbanizada, requalificada, recuperada, transformada e integrada à cidade. E sua população agora pode exercer sua cidadania (Fonte: TV Jornal, 2011; G1, 2016; BBC, 2016).
E26	População da Ilha de Deus sofre com paralisações da obra de urbanização	Objeta que a urbanização da Ilha ainda não foi concluída e sua população sofre na espera da conclusão das obras e entrega de moradias e equipamentos sociais, como a creche e a unidade de beneficiamento de pescados (Fonte: JC, 2011a, 2011b).
E27	Projeto de urbanização da Ilha de Deus é criticado por opositores políticos do PSB/PE	Reitera que o projeto de urbanização da Ilha não foi completamente exitoso, principalmente devido à má gestão subsequente a do governo Eduardo Campos. Se apoia em falas de antigos aliados políticos de Campos, que desejam desassociar a imagem da Ilha a atual gestão do estado (do mesmo partido que Campos) (Fonte: JC, 2018a).
E28	Comunidade vive da pesca, do camarão, do marisco e do sururu	Destaca a atividade pesqueira da comunidade, ao mesmo tempo que pondera a difícil vida de seus moradores. Especifica as principais especiarias que a população da Ilha extrai da pesca (Fonte: DP, 2008, 2014a, 2014b).
E29	Ilha de Deus é parte do roteiro de turismo criativo da Prefeitura da cidade	Reitera a Ilha de Deus como um ativo turístico da cidade. Diversas matérias relatam que o lugar é uma opção de roteiro de ‘turismo criativo’ da cidade, apoiada oficialmente pela Prefeitura do Recife (cuja gestão é do mesmo partido do ex-governador Eduardo Campos) (Fonte: JC, 2018b).

Fonte: o autor.

No processo de construção dos enunciados midiáticos, notou-se que certas ideias de significação, presentes em matérias de jornais de grande circulação da cidade, estavam também presentes em falas e expressões encontradas em produções da mídia independente. O que em

seguida impôs a necessidade de uma revisão do arquivo com um olhar mais atento à identificação e análise de seus enunciados, gerando o quadro 6, que se segue adiante. Ele expõe um número de 10 enunciados identificados não apenas na grande mídia, como também na mídia independente, o que sugere uma certa compatibilidade entre as práticas discursivas presentes nos dois sujeitos de enunciação do arquivo midiático. Tais compatibilidades entre as práticas serão analisadas na seção 6 do trabalho, destinada a uma análise mais pormenorizada das formações discursivas apresentadas.

Quadro 6 - Enunciados encontrados na grande mídia e na mídia independente, enumerados de 30 a 40, analisados a partir de um n amostral igual a 60.

Enunciados encontrados na grande mídia e na mídia independente		
Enunciados		Descrição
E30	O nome da Ilha é incorreto	Invoca fala de moradores da Ilha ou mediadores religiosos, que divergem sobre o nome do lugar, que não deveria ser Ilha <i>sem</i> Deus (Fonte: DP: 1984c, 1984e; ACCU, 2008a; 2014).
E31	A Ilha é um lugar bonito e traz renda	Destaca fala de morador da Ilha, que afirma gostar do lugar, achá-lo bonito e ainda prover renda para sua população (Fonte: DP, 2014b; Malta, 2006; Saber Viver, 2017).
E32	A Ilha Sem Deus está localizada em um lugar de muita beleza natural	Ressalta a beleza natural e o potencial ambiental e paisagístico em que a ocupação está localizada (Fonte: DP, 1976, 1984e, 2008; Malta, 2006; Saber Viver, 2017).
E33	Ilha tem vizinhança amiga e que procura ajudar uns aos outros	Enaltece os valores de coesão e solidariedade pertencente entre os ilhéus (Fonte: DP, 1977; 1984c; ACCU, 2014).
E34	A comunidade sobrevive da pesca	Ressalta a pesca como alternativa à fome e meio de subsistência da comunidade (Fonte: DP, 1977, 1983g, 1983f, 1984a, 2008, 2014a, 2014b; Saber Viver, 2010).
E35	A profissão de pescador é exercida por falta de oportunidades melhores para estudar e ter outra profissão	Reitera que a atividade pesqueira é exercida por sujeitos que não tiveram oportunidades melhores na vida para exercer outras profissões (Fonte: DP, 1983g, 1984e, 2014a, 2014b; Malta, 2006; Saber Viver, 2010).
E36	A organização local surge da ausência do poder público	Afirma que as diversas organizações sociais e comunitárias existentes na Ilha, surgiram em resposta a ausência do Estado ou em resposta a injustiça social (Fonte: DP, 2008; Lourenço, 2011; ACCU, 2014; Folha PE, 2019).
E37	Eduardo Campos é um amigo da Ilha de Deus	Defendem Eduardo Campos como um amigo da Ilha. Diversos enunciados prestam homenagem ao ex-governador após sua morte trágica. Ou ratificam o apadrinhamento da Ilha por Campos (Fonte: Folha de SP, 2014; Saber Viver, 2014; JC, 2009).
E38	A Ilha de Deus tem uma história de resistência	Invoca que a comunidade possui uma grande resiliência, um forte <i>ethos</i> comunitário e uma história de luta e conquista coletiva de direitos (Fonte: ACCU, 2016a; G1, 2016; JC, 2017; DP, 2018; Marco Zero, 2018, Andrade, 2018).

E39	Ilha de Deus tem reconhecimento internacional	Atesta que a Ilha de Deus recebe visitas internacionais e seus moradores também viajam ao exterior para apresentar as experiências associativas e comunitárias do lugar (Fonte: Lourenço, 2011; JC, 2016c; DP, 2017a, Saber Viver, 2017).
E40	A comunidade pesqueira oferece passeios para conhecer o maior manguezal urbano do país	Reitera que os moradores da Ilha de Deus oferecem passeios turísticos para conhecer o manguezal. Tanto na grande mídia, como na mídia independente, foram encontrados enunciados divulgando o turismo social (Fonte: JC, 2016b; DP, 2016; G1, 2016b.; Saber Viver 2017).

Fonte: o autor.

O último agrupamento realizado (quadro 7) refere-se aos enunciados posicionados somente na mídia independente. Reúne um número de 20 enunciados, nos quais pode-se perceber distintos significados sobre a Ilha, a população local, suas demandas e reivindicações. Destoando dos significados de enunciados anteriormente encontrados e apresentados nos quadros 5 e 6, estes enunciados elaborados via mídia independente apontam para outras funções e regras de formação. Ainda, vale dizer, que os elementos desta subseção serão analisados mais adiante no trabalho, na seção referente à análise das formações discursivas.

Quadro 7 - Enunciados encontrados apenas na mídia independente, enumerados de 41 a 60, analisados a partir de um n amostral igual a 60.

Enunciados encontrados somente na mídia independente		
Enunciados		Descrição
E41	A profissão de Pescador é mais digna e mais rentável que muitos empregos formais de carteira assinada	Objeta que a atividade pesqueira seja realizada por falta de oportunidades em assumir um emprego formal na cidade ou melhor remunerado. Afirma que os empregos existentes na cidade são muito vezes mais degradantes que a atividade pesqueira (Fonte: Malta, 2006; ACCU, 2014).
E42	Mesmo em momentos de dificuldade financeira, através da pesca não falta alimento para a família	Defende que graças ao mangue, as famílias não passam por situações de vulnerabilidade extrema, como a fome (Fonte: Malta, 2006; Freire, 2009; Andrade, 2018).
E43	A relação com a pesca e com a Ilha é ancestral	Invoca que a atividade pesqueira está tradicionalmente presente na família há gerações. E a relação com a Ilha ou a Bacia do Pina se iniciou através de seus antepassados que ocuparam a Ilha de Deus (Fonte: Malta, 2006; ACCU, 2012; Andrade, 2018)
E44	O rio, a maré e a lama são as fontes de riqueza que permitem o sustento da família	Reitera que a lama dos mangues, representa uma fonte de alimentos, de riquezas e de prosperidade para a população da Ilha (Fonte: Malta, 2006; Freire, 2009; ACCU, 2012).
E45	A natureza é uma dádiva divina que Deus deixou para os pobres	Invoca que o manguezal, os rios, as marés, são uma dádiva de Deus aos habitantes da terra. E a pesca é uma atividade respaldada pela fé (Fonte: Malta, 2006; Lourenço, 2011).

E46	A profissão de pescador é exercida com alegria e conformação	Diz que a profissão de pescador poderia ser melhor se os rios ainda fossem abundantes de pescaria e menos poluídos, mas ainda assim, sentem felicidade com a atividade (Fonte: Malta, 2006; Freire, 2009; Andrade, 2018).
E47	A Ilha de Deus é o único lugar onde seus moradores querem estar	Pronuncia que a Ilha de Deus é o melhor lugar para se viver, que não existe lugar no mundo igual e que seus moradores são felizes em morar na ilha (Fonte: Malta, 2006; ACCU, 2014).
E48	Através do trabalho nas águas, os pescadores têm sua independência financeira	Reitera que a atividade pesqueira é uma profissão e que possibilita autonomia e independência financeira de mulheres e jovens (Fonte: Malta, 2006; Freire, 2009; Saber Viver, 2010).
E49	A violência na Ilha vem de fora, à começar pela violência da poluição dos rios	Assevera que a violência vista na Ilha não é praticada por seus moradores, ainda invoca que o crescimento da cidade é violento para as populações ribeirinhas que têm o seu meio de vida ameaçados (Fonte: Malta, 2006; Freire, 2009).
E50	A localidade era muito mais rica em diversidade e quantidade de animais e vegetação	Aponta para a degradação, poluição e assoreamento dos rios, consequentemente vem perdendo sua diversidade e quantidade de pescados. Assim como contaminando e adoecendo o pescador e a pescaria (Fonte: Malta, 2006; Saber Viver, 2010; ACCU, 2012).
E51	Somos pescadores adaptados à cidade	Diz que cada dia fica mais difícil exercer a atividade pesqueira na cidade, que os pescadores urbanos vão se adaptando - seja utilizando novas técnicas, tecnologias e locais de pesca (Fonte: Malta, 2006; Freire, 2009).
E52	A cidade polui os seus rios	Reitera que a cidade polui de maneira indiscriminada os rios da cidade. E entra gestão e sai gestão, todos os governantes se omitiram da responsabilidade de promover o saneamento básico da cidade (Fonte: Malta, 2006; ACCU, 2007, 2014, 2016a; 2018b; Lopes, 2008).
E53	A cidade antes de tudo era um território pesqueiro	Invoca a relação histórica de formação da cidade com os trabalhadores do mar, assim como o seu processo de desenvolvimento que se deu sobretudo através do aterramento de áreas de alagados e mangues (Fonte: Lourenço, 2011. ACCU, 2018b, 2019).
E54	O governo não faz nada pela população pesqueira da cidade	Denuncia a falta de políticas voltadas para a população pesqueira da cidade. Faltam desde estudos censitários mais precisos, quanto políticas de saúde, trabalho e educação específicas (Fonte: Malta, 2006; Lopes, 2008; ACCU, 2008b, 2016a, 2016c).
E55	Pescadores são os guardiões dos rios e mares da cidade	Invoca a figura do pescador na cidade, como os verdadeiros vigilantes e brigadistas dos rios urbanos. Conhecedores da geografia aquática da cidade e dos principais focos de poluição. Removem grandes quantidade de lixo da cidade (Fonte: ACCU, 2007, 2012, 2017a, 2017b, 2018b; Andrade, 2018).
E56	A pesca artesanal garante a soberania alimentar da cidade	Enaltece a importância econômica e alimentar que a atividade pesqueira artesanal representa para a cidade. Enunciados lembram que o setor prover uma expressiva fatia do mercado, embora seja realizado por núcleos familiares em pequenas embarcações (Fonte: ACCU, 2016a, 2017a, 2017b, 2019).
E57	As conquistas na Ilha de Deus vieram com muita luta coletiva, em especial, das mulheres marisqueiras	Pronuncia que as conquistas da Ilha, como a escola, ponte, iluminação e mesmo a urbanização, vieram com muita luta comunitária, especialmente das mulheres da Ilha, principais chefes de família (Fonte: ACCU, 2008a, 2016; Marco Zero, 2018; Andrade, 2018).
E58	Urgente realizar o saneamento básico da RMR para parar com a poluição dos fluviais	Reitera, com uso de vocabulário técnico, a necessidade de se realizar o saneamento básico na cidade para evitar futuros agravamentos de caso de doenças, seja pelos pescadores ou consumidores do pescado (Fonte: Lopes, 2008; Lourenço, 2011; ACCU, 2016c, 2017a, 2017b, 2018b, 2019).

E59	A Ilha de Deus é um território tradicional pesqueiro	Afirma que a Ilha de Deus é uma comunidade tradicional pesqueira e está inserida em um território pesqueiro urbano. Enaltece o <i>ethos</i> pesqueiro, com sua cosmovisão sobre o meio ambiente integrado à vida na cidade. O que simplesmente a distingue tecnicamente de uma Zapa ou mesmo uma ZEIS (Fonte: Lourenço, 2011. ACCU, 2017a, 2017b, 2018a, 2018b, 2019; Andrade, 2018).
E60	Necessário a Regularização Fundiária de um Território Pesqueiro	Defende a demarcação e a regularização fundiária de um território pesqueiro na cidade, onde seja realizado o saneamento básico, recuperação de pontos assoreados e despoluição dos rios (Fonte: ACCU, 2016c, 2017a, 2018a, 2018b, 2019)

Fonte: o autor

6.2 Funções Enunciativas

A segunda etapa da análise foi a de identificar as Funções Enunciativas a que os Enunciados denotam. Seguiu-se mais uma vez o modelo utilizado por Leão, Ferreira e Gomes (p. 670, 2016) e adaptado por Santos e Mello (p. 424, 2018), tendo sido escritas orações iniciadas por um verbo no infinitivo para enfatizar as “ações” às quais os enunciados se relacionam e descrevendo-os visando exprimir sua definição conceitual e sua referência empírica na pesquisa. Cabe destacar como as Funções Enunciativas foram identificadas e sintetizadas em “ações” específicas.

A exemplo da FE2, “**Desqualificar a Ilha e seus habitantes**”, na qual constata-se a existência de um número expressivo de enunciados presente na grande mídia, desempenhando a função de construir uma representação negativa que desqualifica a Ilha e seus moradores. Ação constatada a partir de uma mesma função encontrada em distintos enunciados, como: “E02: Os mocambos são insalubres e alagam com as chuvas”; “E04: O ambiente da maré e do mangue degrada a vida dos moradores da Ilha”; “E06: Os moradores do lugar levam uma vida de vadiagem”; “E07: A Ilha Sem Deus é poluída e propensa a diversos casos de doença”; “E09: Residentes da Ilha Sem Deus cometem crimes violentos”; “E11: Ilha sem Deus é um lugar violento e perigoso”. Os enunciados apresentados se agrupam por uma função semelhante, ainda que possam também se agrupar a outras funções enunciativas.

A existência de tal função de desqualificar o lugar é também passível de compreensão a partir de um contexto social e histórico da cidade, anteriormente apresentado nesta pesquisa. Não por acaso, esta função enunciativa “FE2” opera conjuntamente a FE3: “**Convencer a necessidade de erradicação do lugar**”, na qual mais uma vez foi encontrado um número expressivo de enunciados presente na grande mídia que ora constata as precárias condições sanitárias do lugar,

ora emitem valorações negativas acerca da moral, dos costumes e do estilo de vida de sua população, cobrando, por vezes, ações mais enérgicas por parte do governo. Foram identificadas um total de 11 funções enunciativas, citadas e descritas no quadro 8.

Quadro 8 - Funções Enunciativas

Funções Enunciativas		Descrição
FE1	Significar a Ilha como lugar carente e de população menos favorecida na cidade	Desempenha a função de evidenciar a Ilha como uma comunidade pobre porque tem a carência de assistência ou de benefícios sociais, de ações do Estado ou da sociedade civil organizada no local.
FE2	Desqualificar a Ilha e seus habitantes	Exerce a função de negativar a imagem da Ilha e de sua população, como ambiente feio, anti-higiênico, inóspito, moralmente desvirtuado, violento ou perigoso.
FE3	Convencer a necessidade de erradicação do lugar	Encarrega-se da função de apresentar, defender ou convencer a necessidade ou a vontade do poder público em extinguir, erradicar, remover da cidade, lugares como a Ilha.
FE4	Denunciar o abandono, a ausência ou má gestão pública de assistência a Ilha	Cumprir a função de apontar para a ausência, abandono ou má gestão do Estado em prestar assistência à população da ilha. Ao mesmo tempo, apresenta a Ilha como um lugar esquecido por todos.
FE5	Defender a urbanização da Ilha de Deus como símbolo da gestão eficiente do ex-governador Eduardo Campos	Exerce a função de associar o projeto de urbanização da Ilha de Deus como uma ação de sucesso, fruto da gestão eficiente e estratégica protagonizada pelo ex-governador Eduardo Campos.
FE6	Reconhecer a beleza natural, paisagística e a atividade pesqueira da população da Ilha	Cumprir a função de demonstrar a beleza do meio ambiente em que a Ilha está localizada, ainda reconhece o potencial natural, paisagístico e econômico da região.
FE7	Evidenciar a transformação social da Ilha de Deus	Desempenha a função de reconhecer e identificar as melhorias urbanísticas e sociais experienciadas pelos moradores da Ilha, principalmente graças a urbanização do lugar. Por vezes, reconhece a transformação social como fruto da articulação comunitária.
FE8	Promover o turismo na Ilha	Exerce a função de divulgar ou promover o turismo social, comunitário e criativo na Ilha de Deus. Destaca os seus potenciais naturais, culturais e gastronômicos.
FE9	Denunciar o descaso público quanto a degradação dos rios e mares e a falta de assistência à população pesqueira urbana	Desempenha a função de destacar que a poluição dos rios e mares não é de responsabilidade das populações ribeirinhas, mas sim do Estado ausente ou omissor. Ainda expõe a falta de políticas assistenciais e de segurança à população pesqueira, que segue invisibilizada na cidade.
FE10	Enaltecer a identidade e cultura tradicional pesqueira de Recife	Executa a função de apresentar as qualidades da atividade pesqueira artesanal, defendê-la como uma identidade cultural e patrimônio imaterial da cidade. Afasta-se dos signos negativos da pobreza urbana e evidencia uma moral e ética própria dos trabalhadores das águas, que possuem um estilo de vida integrado com o meio ambiente.

FE11	Defender a regularização fundiária de um território pesqueiro na cidade	Encarrega-se da função de defender a necessidade de regularizar um território pesqueiro na cidade, para assegurar a soberania alimentar, a saúde pública e a continuidade do exercício da pesca artesanal.
-------------	---	--

Fonte: o autor.

As três ações mais exercidas nas práticas discursivas foram as FE2 “Desqualificar a Ilha e seus habitantes”, FE7 “Evidenciar a transformação social da Ilha de Deus” e FE10 “Enaltecer a identidade e cultura tradicional pesqueira de Recife”. Vários enunciados convergiram para essas três funções. Ainda, constatou-se que a FE2 - formada por enunciados encontrados principalmente até a década de 1980 - está contida em um período histórico da Ilha de Deus que antecedeu à sua urbanização, ainda no período em que era conhecida como “Ilha Sem Deus”. A FE7 aparece tanto em enunciados posicionados na grande mídia quanto na mídia independente, demonstrando que ambos os sujeitos discursivos estavam interessados em demonstrar a superação dos antigos signos negativos que caracterizaram o lugar. Já a FE10, foi principalmente percebida na mídia independente, especialmente nas produções de conteúdo ligadas à organização Caranguejo Uçá.

6.3 Regras de Formação

As regras do discurso, como afirmou-se anteriormente, definem as condições de existência dos enunciados. São práticas sociais desveladas a partir dos enunciados midiáticos relacionados à Ilha de Deus e suas funções. As regras construídas partem de um entendimento teórico-analítico referenciado em trabalhos de AD supracitados e foram definidas a partir de quatro critérios pré-estabelecidos por Foucault (p. 49-76, 2016), que são: *Objetos*, *Modalidades Enunciativas*, *Conceitos* e *Estratégias*. Os critérios de existência ajudam a explicar o funcionamento das regras. Vale pontuar que o entendimento *foucaultiano* sobre tais critérios já foram pormenorizados na seção do trabalho referente à “análise arqueológica do discurso”. No quadro 9, os critérios serão apresentados e descritos de maneira objetiva e, seguindo Leão, Ferreira e Gomes (2016), utilizou-se substantivos ou locuções substantivas.

Como pontua Foucault (p. 70, 2016), as regras de formação não residem na mentalidade nem na consciência dos sujeitos, ao contrário, estão nas práticas discursivas e se impõem a todos aqueles que falam ou tentam falar dentro de um determinado campo discursivo. Neste sentido, ao se analisar o campo do discurso midiático, os critérios para as Regras de formação submetem a todos

os enunciados e funções enunciativas, quer estejam posicionados na grande mídia ou na mídia independente.

Quadro 9 - Critérios das Regras de Formação

Objetos	
Morador desvirtuado	Diz respeito à práticas discursivas que endossam a ideia de que o morador da Ilha é moralmente desvirtuado ou potencialmente perigoso.
Habitação insalubre	Diz respeito à práticas que entendem a habitação como anti-higiênica, insalubre ou precária.
Comunidade carente	Revela o entendimento do <i>ethos</i> comunitário de um lugar carente de assistência.
Identidade pesqueira	Trata-se da valorização da cultura e tradição pesqueira da população local.
Meio ambiente ameaçado	Faz referência a uma preocupação com a degradação do meio ambiente, seja por ações da comunidade ou do crescimento da cidade.
Modalidades enunciativas	
Linguagem apelativa	Revela uma posição firme e persuasiva a respeito de valores morais, por vezes também sem ética.
Vocabulário técnico	Exprime um uso de vocabulários técnicos e de pretensa neutralidade para lidar com a realidade social e urbana da Ilha.
Leniência	Revela uma posição tolerante e branda, que suaviza a realidade social e urbana da Ilha.
Ativista	Está expressa em tom crítico e contundente quanto à condição social da Ilha, mas empático e valorizador da identidade pesqueira local.
Conceitos	
Erradicação	Evidencia a necessidade “genuína” de extinguir, erradicar ou remover a população da Ilha de Deus do ambiente onde está localizada.
Assistência	Diz respeito a carestia da população em receber assistência na saúde, educação, habitação, <i>etc.</i>
Desenvolvimento integral	Evidencia a possibilidade de transformação da Ilha, sem realocar sua população, a partir do desenvolvimento de suas potencialidades locais.
Regularização	Refere-se à luta pela regularização do território pesqueiro no Recife.
Estratégias discursivas	
Desqualificação	Demonstra a existência de práticas que negativam, desqualificam ou criminalizam a ilha e seus habitantes.
Denúncia	Acusa a atuação ou ausência do Estado em realizar determinadas ações. Ainda, acusa a grande mídia de representar negativamente a comunidade.

Empatia	Revela práticas que constroem uma relação de identificação e solidariedade com a Ilha de Deus e sua população.
Mediação	Revela uma posição de representação, coordenação de ações e mediação da voz da população local.
Valorização	Enaltece a comunidade pesqueira, a profissão da pesca artesanal ou a regularização fundiária do território pesqueiro na cidade.

Fonte: o autor.

A partir dos critérios de formação delimitados, serão apresentadas as cinco regras de formação encontradas no arquivo (quadro 10), seguidas de uma breve descrição. Para intitulá-las, optou-se por frases que permitem uma noção mais precisa das condições de existência desveladas e presentes nas práticas discursivas midiáticas em torno da Ilha de Deus. Por sua vez, as regras estão diretamente ligadas às Funções Enunciativas.

Quadro 10 - Regras de Formação

Regras de Formação		Descrição
R01	Pobreza urbana como o mal da cidade	Essa regra de formação inspira a lógica de que os ambientes de pobreza são danosos à saúde urbana e a moral civil. Defende a remoção de populações pobres de áreas ou estratégicas para a cidade ou tidas como indignas à existência humana.
R02	Pobreza resultado da falta de ação do Estado	A regra reflete a ideia de um <i>ethos</i> comunitário de solidariedade e comunhão entres os moradores. Em geral, população pobre fruto da carestia de ações do Estado e compaixão da sociedade.
R03	Estado eficiente promove desenvolvimento	Essa regra focaliza que uma gestão eficiente do Estado pode promover transformação social e desenvolvimento urbano integrado.
R04	Pesca como alternativa à pobreza e a fome	A regra exprime a noção de que a pesca é um meio de subsistência do pobre, uma forma de driblar a fome e a miséria. Por vezes, também associada à vadiagem ou a carência de oportunidades melhores.
R05	Pesca artesanal como identidade cultural	A regra pressupõe o trabalho de pesca artesanal como identidade e tradição cultural do Recife. Enaltece o ofício da pesca, lembra sua importância econômica e a defende com resistência cultural na cidade.

Fonte: o autor.

Já o quadro 11, que segue adiante, apresenta a forma como os critérios de existência se relacionam com as regras de formação identificadas na análise do arquivo. Tal cruzamento entre os critérios e as regras de formação, possibilitou perceber certas regularidades entre as regras de formação do discurso, assim como também identificar certas rupturas e discontinuidades nos critérios de formação e as condições de existência do discurso. Na ocasião, percebe-se que a *RF5* -

Pesca artesanal como identidade cultural possui critérios de existência próprios, já apontando para outras condições de existência e novas formações discursivas sobre a Ilha e sua população.

Quadro 11 - Relação entre Regras e seus Critérios

		ESTRATÉGIA				
		Valorização	Mediação	Empatia	Denúncia	Desqualificação
CONCEITO	Regularização					
	Desenvolvimento					
	Assistência					
	Erradicação					
MODALIDADES ENUNCIATIVAS	Ativista					
	Leniência					
	Vocabulário técnico					
	Linguagem apelativa					
OBJETO	Meio ambiente ameaçado					
	Identidade pesqueira					
	Comunidade carente					
	Habitação insalubre					
	Morador desvirtuado					
		RF1	RF2	RF3	RF4	RF5
		Pobreza urbana como o mal da cidade	Pobreza resultado da falta de ação do Estado	Estado eficiente promove desenvolvimento	Pesca como alternativa à pobreza e a fome	Pesca artesanal como identidade cultural

Fonte: o autor.

As cinco regras foram identificadas seguindo procedimento lógico semelhante ao da relação estabelecida entre enunciados e funções. A primeira regra **“R01: Pobreza urbana como o mal da cidade”** é identificada em meio a funções enunciados que desqualificam a Ilha de Deus, ora por ser um lugar anti-higiênico e moralmente desvirtuado, ora por ser um lugar de miséria e abandono e ora por ser um ambiente perigoso e violento (grupamento referente a FE2). Nesta mesma R01,

argumentam a favor de sua erradicação (FE3) e criticam o caráter inepto do Estado em agir diante do alastramento da pobreza urbana (FE4).

A segunda regra, **“R02: Pobreza resultado da falta de ação do Estado”**, foi identificada estruturada a partir de funções enunciativas que percebem a Ilha como uma comunidade carente e de população menos favorecida na cidade (FE1). Ao mesmo tempo, fruto do abandono e ausência do Estado em prestar assistência à população pobre (FE3). Não contraditoriamente, nesta regra de formação, a pesca é reconhecida como uma atividade de subsistência da população, uma forma de driblar a fome e a miséria (FE6).

Em **“R03: Estado eficiente promove desenvolvimento”**, trata-se de uma regra introduzida mais recentemente nas práticas discursivas em torno da Ilha (a partir dos anos 2000). Ancora-se em funções enunciativas que conferem a ideia de que a comunidade foi por muito tempo uma das mais carentes da cidade (FE1) por falta de eficiência de gestões passadas (FE4). Defende um projeto de urbanização estratégico e integral para a comunidade (FE5), reunindo os potenciais ambientais do lugar e a cultura pesqueira local (FE6). De maneira, a apresentar um projeto de transformação social de assentamentos pobres que se torne simbólico ou marca de uma gestão partidária específica da cidade (FE7 e FE5, novamente). Nesta regra, o turismo é incentivado como estratégia de desenvolvimento urbano integrado (FE8) e como monumento à uma gestão eficiente (FE5).

A quarta regra de formação identificada corresponde a **“R04: Pesca como alternativa à pobreza e a fome”**. Nesta regra, viver da pesca artesanal é percebido como uma questão de injustiça e desigualdade social e urbana (FE1 e FE4). Ao mesmo tempo, viver em um assentamento ribeirinho, sob marés, mangues ou alagados, é percebido como algo simbolicamente degradante à condição de vida do morador (FE2). Nesta regra, a pesca é percebida como uma atividade precária e de subsistência do pobre, uma arte de sobrevivência encontrada por uma população que não teve alternativas melhores (FE6). Não obstante, políticas assistenciais e sociais são sempre voltadas para retirar o trabalhador das águas de sua atividade pesqueira. Esta regra foi percebida posicionada tanto nos enunciados encontrados na grande mídia quanto na mídia independente.

A última das regras, **“R05: Pesca artesanal como identidade cultural”**, relaciona-se aos enunciados realizados de maneira independente, muitas vezes por membros da Caranguejo Uçá munidos de distintas tecnologias de comunicação. Nesta regra, vê-se um discurso que enaltece a pesca artesanal como uma atividade digna, de importante função econômica e alimentar para o Recife, ao mesmo tempo, de grande valor cultural numa cidade historicamente formada por trabalhadores do mar (FE11). Denuncia a falta de uma política para os rios e mares da cidade,

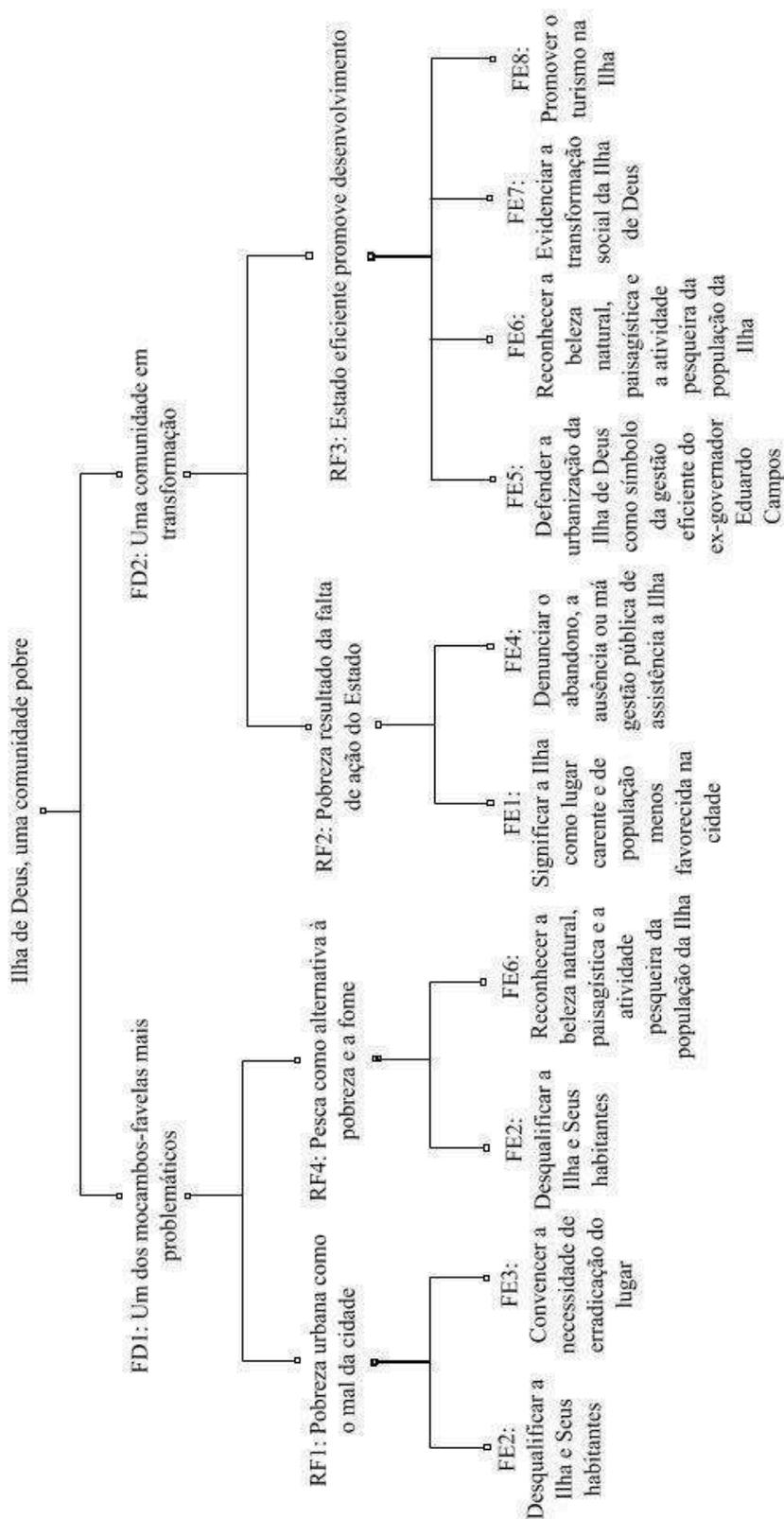
protegendo-os contra a poluição dos esgotos, o assoreamento e a ocupação irregular (FE9). Defende, além disso, a regularização fundiária de um território pesqueiro no Recife, assegurando assistência e continuidade da atividade pesqueira artesanal na cidade (FE11).

6.4 Formações Discursivas

Após apresentar e descrever os enunciados, funções e regras que constituem os discursos acerca da Ilha de Deus, esta subseção que segue ocupou-se em evidenciar a última das etapas da descrição arqueológica: as formações discursivas. Com uma análise aprofundada do arquivo midiático, a partir das relações encontradas entre funções e regras, foram inicialmente identificadas três formações (quadro 12): *FD1* - “Ilha sem Deus, um dos mocambos-favelas mais problemáticos da cidade”; *FD2* - “Ilha de Deus, uma comunidade em transformação”; *FD3* - “Ilha de Deus, um território pesqueiro”. Durante a análise constatou-se que as duas primeiras formações (*FD1* + *FD2*) se conectam por condições de existência e regras de formação semelhantes. Diante da noção de que as formações discursivas são unidades macro, que guardam em si a possibilidade de verdade (Santos e Mello, p. 427, 2018), viu-se que essas duas *FDs* constituem uma grande formação que ordena o discurso sobre a pobreza urbana. Esta grande formação encerra a Ilha de Deus em um único espaço de significados possível para ela na cidade: “**Ilha de Deus, uma comunidade pobre**”.

FD1, “Ilha sem Deus, um dos mocambos-favelas mais problemáticos da cidade”, articula-se com as regras de formação: *RF1* - Pobreza urbana como o mal da cidade; e *RF4* - Pesca como alternativa à pobreza e a fome. Vê-se que esta formação está fortemente alinhada às regras do discurso que desqualificam aprioristicamente o habitar do pobre na cidade, alinhadas a funções enunciativas que exercem ações de negativar ou criminalizar as ocupações informais e seus moradores. Ao mesmo tempo, nesta formação, veem-se enunciados na grande mídia que cobram ações mais enérgicas do Estado no sentido de extinguir e erradicar ocupações problemáticas como a Ilha.

Quadro 12 - Mapa do sistema da formação discursiva "Ilha de Deus, uma comunidade pobre"



Fonte: o autor.

Não obstante, nesta ordem discursiva, a pesca não é percebida como uma profissão e sim como uma alternativa de subsistência daqueles que levam uma vida de miséria e de vadiagem. Além disso, percebeu-se que a FD1 estava contida em um momento histórico em que o próprio uso do termo “mocambo” ou “favela” havia caído em desuso no vocabulário técnico de planejadores, assim como no da grande imprensa, para se referir ao lugar. De maneira geral, atualmente há uma predileção pelo termo “comunidade”, que aponta tanto para sentidos menos estigmatizantes quanto para novas estratégias discursivas dos sujeitos de enunciação.

A segunda formação “FD2: Ilha de Deus, uma comunidade em transformação”, evidenciou-se a partir de sua relação com as regras RF2 - Pobreza resultado da falta de ação do Estado; e RF3 - Estado eficiente promove desenvolvimento. Vê-se que este discurso é construído tanto por enunciados presentes na grande mídia, como também na mídia independente. Construída por funções e regras que concebem a Ilha como uma comunidade de pescadores carente e por muito tempo esquecida pelo Estado; localizada em uma área de grande riqueza e beleza natural que, após sua urbanização, vêm demonstrando ser um grande exemplo de superação das dificuldades, promovendo o seu desenvolvimento local de maneira criativa, através da extração do marisco e do sururu, da criação do camarão, assim como do artesanato e do turismo social.

Ao mesmo tempo, dentro da FD2, vê-se agrupamento de enunciados que têm a função de alçar o ex-governador do estado, Eduardo Campos e a gestão do PSB-PE na Prefeitura do Recife e no estado de Pernambuco, como os gestores responsáveis pela transformação social da Ilha de Deus. Este gancho enunciativo é encontrado em enunciados posicionados tanto na grande mídia quanto em enunciados da organização local Saber Viver. Atualmente, a Saber Viver mantém parceria com a Prefeitura na divulgação da Ilha de Deus como roteiro de turismo criativo na cidade. Vê-se, nesse entrecruzamento das práticas discursivas dos dois sujeitos, interesses comuns: tanto no nível local, na atração de recursos para os moradores, quanto político-partidário, em alçar a Ilha como símbolo de uma gestão urbana eficiente que promove desenvolvimento integrado. É através dessa articulação que a análise do arquivo dimensiona as duas FDs como uma única ordem discursiva, na qual a FD1 se revela como sendo a continuidade da FD2.

Todavia, também se constatou no arquivo midiático a existência de enunciados divergentes da função supracitada, que alça Campos e o PSB como responsáveis pela transformação do lugar. Veem-se enunciados na grande mídia formados pela voz de antigos aliados políticos e atuais opositores à gestão do PSB na cidade, que passaram a criticar o projeto de urbanização da Ilha, em especial, o alto valor empregado na obra e o atraso na entrega de casas e equipamentos sociais previstos no projeto. Ainda, parte dos enunciados midiáticos independentes, ligados à organização

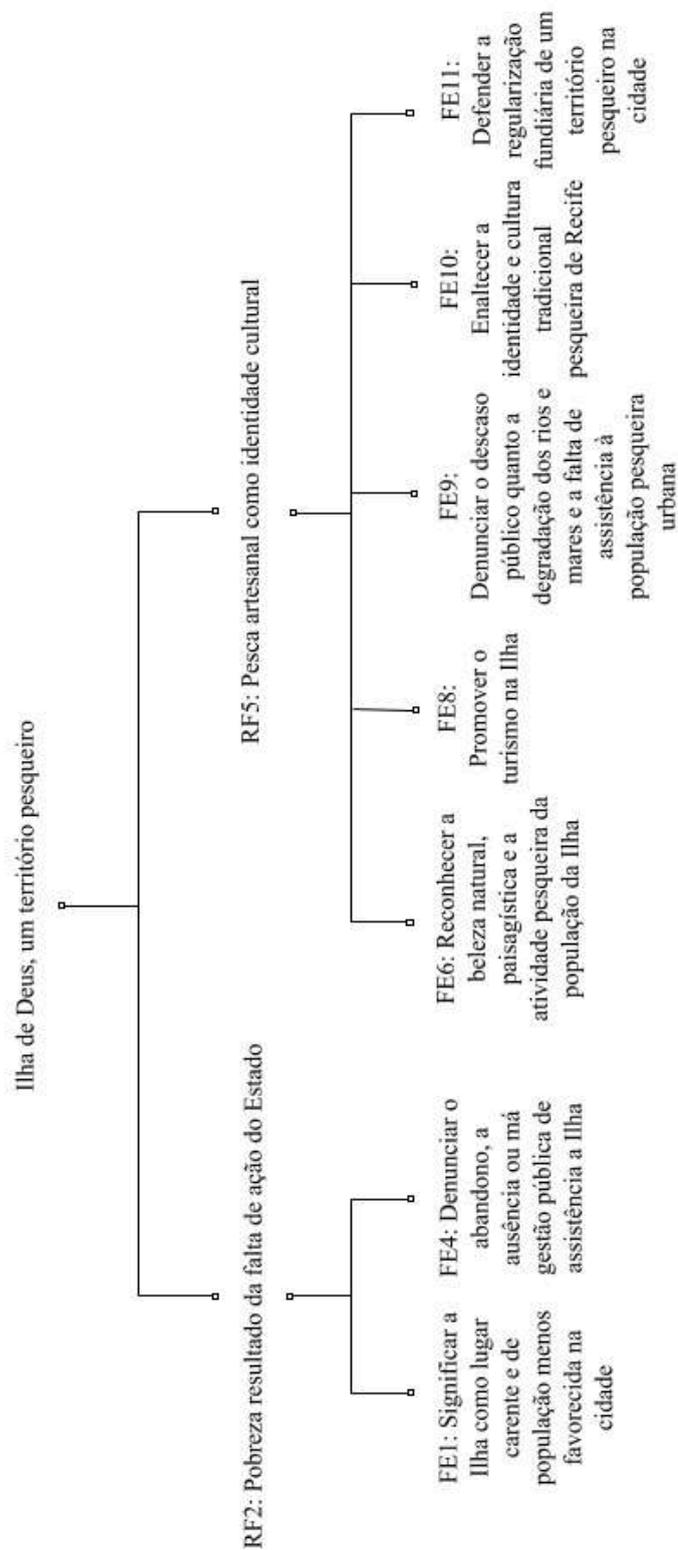
local Caranguejo Uçá, reivindicam a transformação social da Ilha como fruto dos esforços comunitários dos pescadores, especialmente das mulheres marisqueiras, e não de agentes políticos externos à comunidade.

Já a FD3, “**Ilha de Deus, um território pesqueiro**”, vê-se que está formada por critérios e regras de formação distintas, relacionadas à capacidade de autorrepresentação da comunidade e de suas organizações locais, além da produção de conteúdo por realizadores independentes da cidade e ainda conta com a mediação de importantes entidades religiosas e organizações sociais externas ao lugar (quadro 13). A formação articula-se com as regras RF2: Pobreza resultado da falta de ação do Estado; e RF5: Pesca artesanal como identidade cultural.

Construída por funções e regras presentes em enunciados encontrados sobretudo na mídia independente, este discurso enaltece o trabalho da pesca artesanal, alçando-a como identidade cultural de uma cidade historicamente marcada pela atividade de trabalhadores do mar. Ao mesmo tempo, reconhece a precária condição socioambiental em que é exercida a atividade no Recife e acusa o poder público de negligenciar o setor, deixando a população que vive da pesca desamparada. Recorrentes enunciados exercem a função de denunciar a poluição e degradação dos rios e mares urbanos, pedem o saneamento básico na cidade e a regularização fundiária de um território pesqueiro na Região Metropolitana do Recife.

Dentro dessa formação, a Ilha de Deus é percebida por outra ordem de significados que não a reconhece como uma comunidade pobre, mas sim como um território tradicional pesqueiro. Ademais, a identidade pesqueira não vê o pescador como um sujeito carente de assistência e passivo da mediação de religiosos, intelectuais ou políticos, mas sim como um sujeito ativo, politizado e articulado que está em crescente conquista de reconhecimento, visibilidade e direitos.

Quadro 13 - Mapa do sistema da formação discursiva "Ilha de Deus, um território pesqueiro"



Fonte: o autor.

7 REALIDADES DISCURSIVAS EM TORNO DA ILHA DE DEUS

A partir do procedimento arqueológico de construção, descrição e análise do arquivo midiático, constatou-se a formação de dois sistemas discursivos sobre a Ilha de Deus. O primeiro sistema de formação discursiva, que se pode tomar como o discurso hegemônico ou dominante sobre a realidade da Ilha, é o que a encerra dentro dos significados possíveis que o lugar da pobreza urbana pode adquirir no pensamento social brasileiro. Neste sentido, viu-se a existência de uma “Ilha estigmatizada”, marcada pelas insígnias negativas de mocambo e favela, ser sobreposta por uma “nova Ilha”, tida na grande mídia como uma “comunidade em transformação”. Ao buscar as condições de existência que permitiram a “transição” dos discursos sobre a Ilha, viu-se a existência de interesses político-governantes em associar a “nova Ilha” à imagem de uma gestão urbana eficiente e estratégica no desenvolvimento de assentamentos informais da cidade.

A segunda formação discursiva encontrada diz respeito a um sistema de enunciados regido por critérios e regras distintos da formação anterior. Não contraditoriamente, esta formação, que enseja a Ilha enquanto um território pesqueiro da cidade, é percebida, sobretudo, em enunciados posicionados na mídia independente. Nesta prática discursiva, vê-se mais de perto os processos criativos, as apropriações tecnológicas e os modos de significação elaborados pelos sujeitos da ilha. Assim, o discurso sobre o território pesqueiro lança novos significados sobre o mangue e o seu habitante. Ao mesmo tempo que se enaltece o trabalho da pesca artesanal no Recife - elevando-a à condição de identidade cultural da cidade -, critica-se a alarmante poluição das águas urbanas e a ausência de uma política para os rios, mangues e seus habitantes. Por fim, a Ilha e os seus moradores deixam apenas de ser uma simpática e turisticamente receptiva comunidade pesqueira, para também ser uma protagonista política da luta pela regularização fundiária de um território pesqueiro na cidade.

Os dois subtópicos que seguem esta seção lançam mão de uma leitura panorâmica dessas duas formações discursivas encontradas. Parte dos enunciados midiáticos documentados no arquivo ao longo da pesquisa, que serão apresentados sob uma leitura social e histórica. Na ocasião também lançam-se pequenas análises e contextualizações à luz dos elementos empíricos e teóricos trazidos ao longo do trabalho sobre os significados da pobreza urbana, a Ilha de Deus e as formações discursivas.

7.1 O discurso sobre a comunidade pobre

Por um longo período histórico a Ilha de Deus se desenvolveu de maneira discreta, quase despercebida aos meios de comunicação da cidade. A comunidade, que existia desde a década de 1950 e era conhecida entre os ilhéus como a Ilha de Santo Antônio, aparece pela primeira vez no Diário de Pernambuco somente em dezembro de 1968. Este período de invisibilidade da Ilha é quebrado, todavia, já sob a alcunha de “Ilha Sem Deus”. Uma matéria noticiava ações natalinas do *Rotary Club* do Largo da Paz, situado na região de Afogados, que realizava, no mês de dezembro daquele ano, ações solidárias em várias localidades carentes da região, dentre elas, a ilha. Uma nova aparição, desassociada da associação humanitária internacional, seria em julho de 1973. O Diário de Pernambuco noticia fortes chuvas que alagaram a Bacia do Capibaribe, onde vários mocambos foram inundados e seus moradores desabrigados. Na matéria, o relato traz uma localização imprecisa da ilha:

“Vários mocambos da Ilha Sem Deus – ao lado da Avenida Agamenon Magalhães – em Santo Amaro, foram invadidos pelas águas, enquanto cem moradores eram atendidos pela Codécipe, que os alojou no Grupo José Maria, em Santo Amaro, com 80 pessoas que vieram de Olinda” (Matéria do Diário de Pernambuco, 22 de julho de 1973: acervo Biblioteca Nacional)

Mas é somente em meados da década de 1970 quando a Ilha começa a ter uma maior atenção midiática na cidade, fato percebido pelo substancial crescimento de notícias sobre o lugar nos jornais do Diário de Pernambuco. Entretanto, o reconhecimento da Ilha não se dá por sua condição cultural e identitária marcada desde sua origem pela atividade pesqueira, mas sim por sua vulnerável condição econômica, sanitária e social. A “Ilha sem Deus”, como passou a ser reconhecida pela grande mídia, figurava nas notas, matérias e reportagens como um dos mocambos mais pobres e sofridos da cidade. O que rendeu uma emblemática matéria no Diário do ano de 1976 – “Você conhece a Ilha sem Deus?” (figura 20).

Figura 20 – Matéria “Você conhece a Ilha sem Deus?”



Fonte: Diário de Pernambuco, 04 de junho de 1976.

Tratou-se da primeira reportagem daquele veículo, no qual a Ilha foi o assunto principal da matéria, o jornal ainda dedicou uma página inteira ao lugar, e a jornalista escreveu longas colunas externando a sua surpresa em conhecer um “pedaço de terra” como aquele na cidade. Não obstante, a reportagem deu evidência a um memorável relato de um jovem remador da Ilha, que, em sua simplicidade, externou seu descontentamento quanto ao nome do lugar.

O Recife é realmente uma grande cidade. Cheia de segredos e contrastes. Um deles é um lugar chamado Ilha Sem Deus, ou Ilha de Santo Antônio. Qualquer um dos dois nomes é usado para denominar esse pedaço de terra no qual vivem cerca de 200 famílias. A miséria dos casebres agride a beleza da paisagem, ou vice-versa. (...) Para chegar a Ilha sem Deus você toma um bote. Depois que passa a ponte

Motocolombó, como quem vai para a Imbiribeira, entre à esquerda. Na quinta entrada terá um bote à sua espera. Nele um menino de 13 anos, queimado de sol, com os cabelos louros soltos ao vento, fica sentado esperando os passageiros que geralmente nunca são estranhos. A viagem custa Cr\$1,00. Mas vale. A paisagem é repousante e o remador bota muita força. Aliás ele acha que o nome da Ilha não é correto. Deveria ser Terra Com Deus e ele explica porque: “A gente aqui é feliz. Não há cheia como nos outros cantos. Quando a maré enche não entra nas casas e se entra é pouco não derruba nenhuma. O lugar é bonito e eu ganho dinheiro remando no barco. Faço Cr\$74,00 por semana”. Seu nome é José mas ele diz entusiasmado que só lhe chamam de Dario. Muito forte, o garoto já faz parte da paisagem e dá a impressão de que foi feito para ela. [...] A pequena comunidade sobrevive na sua maioria da pesca. A maré fornece o pão de cada dia. [...] A cachaça não falta, é claro. Nem poderia. Ajuda o pessoal a ir levando a vida ou a ser levado por ela. As mocinhas não trabalham nem estudam. Nem querem. Os rapazes idem. Por muito favor quando estão ficando mais velhos usam também a maré, e dela tiram o sustento (“Você conhece a Ilha Sem Deus?” reportagem de Ana Maria Guimarães, no Diário de Pernambuco, em 04 de junho de 1976. Acervo: CEHIBRA/FUNDAJ).

Em se tratando daqueles tempos e de uma localidade pobre, pode-se dizer que a jornalista dirigiu em sua reportagem uma abordagem bastante incomum à época: ela adentrou o lugar, percorreu suas ruas e conversou com transeuntes. E o documento hoje oferece um importante relato histórico sobre a Ilha, que permite imaginar o cotidiano do lugar naquela época, ainda que seja importante lê-lo de maneira crítica sobre como a jornalista visitante percebeu a Ilha, pois ficam evidentes, na descrição do lugar e de seus moradores, certos signos do *Mocambo*, tão característicos, na época, à percepção social coletiva sobre a pobreza urbana.

A única casa de alvenaria pertence ao dono da venda e chama-se Vila [*Inelegível*]. Todas as outras são de madeira. Os “banheiros” são externos e se limitam a um cubículo ladeado de tábuas. Entre as casas existem muitos viveiros. Ali os moradores pescam sem precisarem se afastar da família. [...]

Indagado sobre o número de filhos, olhou calmamente para dentro do mocambo e foi contar um a um. Eram cinco. Três estavam com sarampo. O mais velho tem 12 anos e não sabe ler; o mais novo está com nove meses. Cícero disse conformado: “Morar aqui é muito bom, seria melhor se o dinheiro entrasse mais...” [...]

Os casos de doença são tratados no posto de saúde de Afogados. Todos sabem o horário dos dentistas e médicos e como têm pouco o que fazer não se atrapalham para serem atendidos. Podem perder parte do dia que não vai atrapalhar em nada (“Você conhece a Ilha Sem Deus?” reportagem no Diário de Pernambuco, ano 1976).

Ao passo que era percebido nas reportagens a predominância da atividade pesqueira entre os ilhéus, o lugar jamais seria reconhecido e valorizado na mídia por sua condição social e cultural particular. Sempre recaindo sob o discurso social do mocambo, juntamente a suas representações negativas e associações à vadiagem, anti-higiene, doença, miséria e imoralidade. Na mesma linha, a partir da década de 1980, cresceria a cobertura midiática sobre a Ilha, todavia, com matérias agora ocupando principalmente os cadernos de polícia. E o discurso midiático do ser *mocambeiro* anti-higiênico e vadio que recaia sobre a Ilha e seus habitantes foi sendo substituído pelo do ser *favelado* potencialmente perigoso.

Uma das primeiras reportagens no Diário de Pernambuco, dentro deste tema da violência urbana envolvendo a Ilha, ocorre ainda em maio de 1979 (figura 21). A matéria narra a incrível história de uma madrugada de tiroteios e perseguição na zona portuária da cidade, cujo desfecho ocorre justamente na “Ilha Sem Deus”. Policiais obtiveram a denúncia anônima de que homens fariam a “desova” de mercadorias de bordo contrabandeadas de navios internacionais atracados no porto do Recife. Os policiais ficaram “à espreita” e deram “voz de prisão” quando avistaram os contrabandistas, que reagiram. Houve troca de tiros e perseguição em botes rio adentro. Quando finalmente foram interceptados, os contrabandistas presos levaram os policiais a um porto na “Ilha sem Deus, também conhecida como local de desembarque de contrabando, onde foi apreendido outro barco abarrotado de mercadorias”.

Figura 21 - Matéria: “Federais prendem contrabandistas”



Toca-fitas, gravadores, perfumes, rádios e usqueas foram retirados dos navios gregos "Manuela" e "Maria da Penha".

Federais prendem contrabandistas

Os contrabandistas reagiram à voz de prisão e trocaram tiros com os agentes federais. Mas terminaram sendo dominados e levados ao xadrez

A Justiça Federal recebeu, ontem, os autos do flagrante remetidos pelo DPF, relacionados com a perseguição e tiroteio envolvendo agentes federais e contrabandistas, na madrugada de ontem, e que resultou na apreensão de munições, prisão dos responsáveis e ferimento grave num deles, que se encontra internado no Hospital da Restauração.

Os contrabandistas reagiram à voz de prisão dada pelos policiais, nas imediações da ponte de Motocombô, após uma perseguição que se desenvolveu desde a faixa portuária. A mercadoria foi recolhida (desovada) dos navios gregos "Manuela" e "Maria da Penha", que foram vistoriados entre de manhã, pela Polícia Federal, em conjunto com a Capitania dos Portos, objetivando apreender mercadorias ilegais.

CONTRABANDISTAS

Nas imediações do tiroteio, na ponte Motocombô, foi apreendida grande quantidade de usqueas sucoas, de várias marcas, toca-fitas, gravadores, perfumes e rádios. Na sede do DPF também se encontraram dois automóveis pertencentes aos contrabandistas.

Os responsáveis pela "muamba" apreendida e recolhidos à Polícia Federal para posterior transferência para o presídio Mourão Filho são o guarda portuário Hélio Inácio Sales, Manoel Amaro do Nascimento, Antônio Tavares, vulgo "Piada", "Cara de Cavalo", José Francisco Tavares, Amaro Laurindo da Silva, vulgo "Calista", e Antônio de Tal, este ferido gravemente na cabeça, e internado sob custódia no Hospital da Restauração.

A ESPREITA

A ação policial teve início quando agentes federais cumpriam missão na faixa portuária, em virtude de a Polícia Fazendária do DPF ter sido informada de uma possível "desova" de mercadorias de bordo dos navios "Manuela" e "Maria de Fátima", ancorados no porto. Dois agentes ficaram na faixa do cais, em local estratégico, de onde podiam observar qualquer movimento em torno dos navios.

Dois outros agentes ficaram numa viatura, com rádio, comunicando-se com os policiais que estavam no cais. As 2h10m, um bote tipo "baiteira" se aproximou do "Manuela" e, horas após, se deslocou em direção ao norte da cidade. Avisados pelo rádio, os agentes postados nas viaturas se deslocaram para os locais costumeiros de "desova" de contrabando. Na ponte de Limoeiro foram logo detidos Antônio Piada, "Cara de Cavalo" e José Francisco Tavares, quando atracavam o bote.

Outros dois agentes se deslocaram para a localidade de **Ilha sem Deus**, na Imbiribeira, onde se haver a desova, segundo contaram os detidos, que também acompanharam os policiais para mostrar o local. Ali foram presos o guarda portuário Sales e Neco, que proclamaram nada ter com o contrabando. Enquanto dois agentes iam para a Ilha, dois outros seguiam Antônio Piada.

Estacionaram a Vezario nas margens do rio, e momentos após surgiu o bote com o contrabando, conduzido por Amaro Laurindo da Silva, "Calista", e Antônio de Tal. Um dos agentes já com pé na água, advertiu ser da Polícia Federal, deu voz de prisão aos condutores do contrabando, que reagiram a tiros, tendo os policiais revidado, e seguido o bote em direção à ponte Motocombô. Ali, dois outros agentes, alertados pelo rádio prenderam os contrabandistas, constatando estar um deles, Antônio de Tal, gravemente ferido na cabeça, sendo providenciado o seu internamento no Hospital da Restauração.

Fonte: Diário de Pernambuco de 19 de maio de 1979.

Histórias como essa retratada acima, interessadas nos episódios extraordinários, quase cinematográficos, de violência e criminalidade presentes no cotidiano urbano, ganhariam cada vez mais a atenção midiática, ocupando maiores espaços nos cadernos de notícia dos veículos de comunicação das cidades brasileiras (figura 22). Não por acaso, estes acontecimentos midiáticos do Recife tinham um cenário reiteradamente explorado e uma narrativa pré-fabricada, importada da cobertura midiática das favelas cariocas.

Figura 22 - Recortes de matérias do Diário de Pernambuco dos anos 1 - 1978, 2 - 1979, 3 - 1980 e 4 - 1982, respectivamente.



Quando se pensa a Ilha a partir do referencial teórico-analítico foucaultiano, da arqueologia do saber e as formações discursivas da realidade, vê-se que a condição de “favela” alcançada pela Ilha de Deus - antes reconhecida na mídia como “mocambo” -, passou muito mais por uma recursiva associação midiática da pobreza urbana como lugar da violência, criminalidade e perigo da cidade do que propriamente pela tipologia das habitações ou as características sociais, culturais e econômicas dos assentamentos. Tais como os exemplos abaixo:

Trinta favelas em morros e alagados do Recife serão urbanizadas nos próximos 35 meses, de acordo com um convênio assinado ontem, entre a Prefeitura do Recife e a Secretaria de Habitação do Estado que executará os benefícios. (...) As áreas que integram o Projeto Recife são: Coque, Torrões, Brasília Teimosa, Boa Viagem, Mauricéia, Coelhoos, Alto da Favela, Imbiribeira, Mata Sete, Pina, **Ilha Sem Deus**, Alto do Mandu, Apipucos (...) (Matéria “Favelas são urbanizadas” no Diário de Pernambuco, março de 1980, destaque pelo autor.)

Na **Ilha sem Deus**, favela localizada entre o Pina e a Imbiribeira, onde a população vive da pesca e de biscates e tendo uma das mais baixas rendas da cidade, o esquema de vacinação funcionou organizadamente, imunizando as crianças contra a paralisia infantil, bem como contra a tuberculose, difteria, coqueluche e tétano. (...) as barracas como é rotina, estavam cheias de consumidores de “pinga”. Os rádios ligados em alto volume. As peladas sendo jogadas nas áreas ainda não tomadas por mocambos ou palafitas. Tudo muito calmo na Ilha que, apesar de ser denominada “Sem Deus”, quase sempre apresenta uma tranquilidade “celestial”, segundo um morador, o biscateiro José (Matéria: “Ilha sem Deus é imunizada” no Diário de Pernambuco, agosto de 1982, destaque pelo autor).

Ao passo que crescem ao longo da década de 1980 narrativas midiáticas negativas sobre a Ilha, este é um período também caracterizado pelo início de um dissenso quanto ao nome e a representação midiática do lugar. Em dezembro 1983, quando a Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) estrutura pela primeira vez a comunidade com o abastecimento de energia elétrica - a *Ilha sem Deus* é nomeada oficialmente como a *Ilha de Santo Antônio*. Na ocasião da inauguração do sistema de iluminação na ilha, o governador do estado Roberto Magalhães junto ao prefeito do Recife, Joaquim Francisco, fizeram um discurso para a população local, trecho do discurso aparece em matéria do Diário de Pernambuco que se remete ao lugar:

Lá no Recife, por trás dos manguezais da fábrica Bacardi, por trás do bairro mais grafino que é Boa Viagem, o governador foi o mês passado, de bote, com o secretário dos Transportes e outros auxiliares, inaugurar a luz elétrica de uma ilha chamada Ilha Sem Deus. “Onde a pobreza era maior do que a do Massangano e mais de 200 não tinham sequer a certidão de nascimento”. Era a pobreza agressiva da periferia das cidades, que não tendo nada, ou tendo apenas o rio para pescar, a lua, o peixe ou os mangues, para sobreviverem, não precisavam agradecer pelo benefício que estavam recebendo. “Se querem me agradecer eu só quero um agradecimento: que a partir de hoje quando esta Ilha receber luz elétrica e que vai receber a escola que eu prometo agora, nunca mais se chame Ilha Sem Deus, mas “**Ilha de Deus**”, porque Deus lhe deu a terra e tudo aquilo em que vocês subsistem embora numa pobreza muito grande”, recordou Magalhães [destaque pelo autor] (*Matéria Diário de Pernambuco, datada de 06 de fevereiro de 1984. Acervo: Cehibra-Fundaj*)

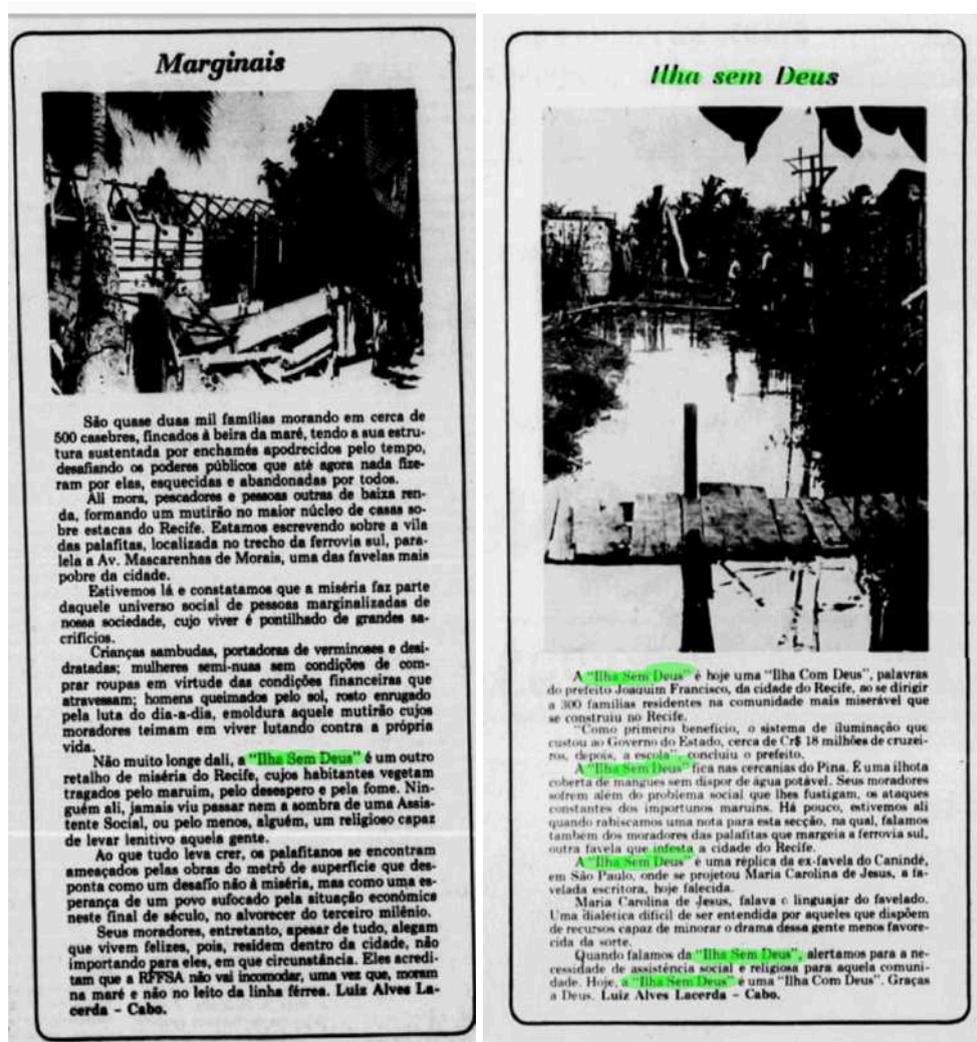
Apesar da mudança do nome da ilha realizada por órgão estadual oficial e do endosso feito em discurso pelo governador do estado para que ela se chamasse agora *Ilha de Deus*, vê-se através do acervo do Diário que a grande mídia insistiria na referência ao lugar pelo seu antigo nome. Conjuntamente, matérias continuariam reportando cenas de violência e de pobreza extrema no lugar, empregando uma repetitiva associação da ilha a palavras carregadas de sentidos negativos, como: miséria, marginalidade, pobreza e violência. No início do ano de 1984, ocorre um caso bastante emblemático que evidencia a grande insatisfação que vinha se instaurando quanto à representação negativa da Ilha na imprensa local, por parte de quem acompanhava de perto o dia-a-dia da Ilha. O jornalista do Diário de Pernambuco, Luiz Alves Lacerda, que escrevia regularmente notas sobre o cotidiano do Recife, sob o intervalo de quase um ano, escreveu duas notas sobre a Ilha.

A primeira, intitulada “Marginais”, refere-se à Ilha como “um retalho de miséria do Recife”, onde “habitantes vegetam dragados pelo maruim, pelo desespero e pela fome”. A segunda nota, em 05 de janeiro de 1984, intitulada “Ilha sem Deus”, o jornalista traz um relato sobre a precária situação da ilha e, de certa maneira, ironiza a sua mudança de nome.

A “Ilha Sem Deus” é hoje a “Ilha Com Deus”, palavras do prefeito Joaquim Francisco, da cidade do Recife, ao se dirigir a 300 famílias residentes na comunidade mais miserável que se construiu no Recife. “Como primeiro benefício, o sistema de iluminação que custou ao Governo do Estado, cerca de Cr\$18 milhões

de cruzeiros, depois, a escola”, concluiu o prefeito. A “Ilha Sem Deus” fica nas cercanias do Pina. É uma ilha coberta de mangues sem dispor de água potável. Seus moradores sofrem além do problema social que lhes fustigam, os ataques constantes dos maruins. (...) uma réplica da ex-favela do Canindé, em São Paulo, onde se projetou Maria Carolina de Jesus, a favelada escritora, hoje falecida. (...) Quando falamos da “Ilha Sem Deus”, alertamos para a necessidade de assistência social e religiosa para aquela comunidade. (*Matéria Diário de Pernambuco, datada de 05 de janeiro de 1984. Acervo: Cehibra-Fundaj*)

Figura 23 - Colunas de autoria do jornalista Luiz Alves Lacerda sobre a “Ilha Sem Deus”, publicadas no Diário de Pernambuco nas datas de 03 de maio de 1983 e 05 de janeiro de 1984, respectivamente



Fonte: Acervo CEHIBRA/FUNDAJ.

O *enquadramento noticioso* realizado pela mídia acaba por funcionar como uma representação, à medida que destaca certos aspectos, acaba também por ocultar outros. No caso da

Ilha de Deus, vê-se que por muito tempo deu-se demasiada ênfase aos aspectos negativos relativos à condição social e ambiental do lugar. Nesta matéria, ao mencionar a ausência de assistência social e religiosa na Ilha, o jornalista tocou especialmente a atenção de cristãos católicos presentes no cotidiano do lugar. Em consequência disso, naquele mesmo mês de janeiro de 1984, o frei Carmelo Viana Lavra, superior da Ordem Terceira do Carmo pertencente à Igreja Católica do Recife, escreveu uma extensa carta ao Diário de Pernambuco, intitulada “A Ilha e a Ordem”. Publicada como um direito de resposta à coluna anteriormente veiculada no jornal, na qual o frei assina:

(...) foi publicada reportagem sobre a ilha de Deus, informando que, naquele local, somente havia miséria e abandono, inclusive com ilustração fotográfica. Entretanto, como a situação vem atingir bem de perto a sensibilidade dos que ajudam e trabalham para o bem da comunidade local, estamos vindo, através desta mesma coluna, esclarecer e colocar ao conhecimento público, tudo o que de real acontece e se realiza na **Ilha de Deus**, também chamada Ilha de Santo Antônio (...) Na Ilha de Deus funciona há mais de 15 anos uma assistência social, religiosa e cultural, através de um plano de ação executado pela Ordem Terceira do Carmo do Recife a qual mantém sob sua responsabilidade e com atuação constante: a) - Assistência Escolar a mais de 50 crianças (...); b) - Assistência Social, com atendimento de grande parte da população da Ilha (...); c) - No sentido religioso, mensalmente, é celebrada a Santa Missa (...), com participação numerosa de pessoas, especialmente de crianças (...) Além do acima exposto (...), está a O.T.C. em adiantados entendimentos junto a Prefeitura da Cidade do Recife, através de sua Secretaria de Educação e Cultura, bem como da Secretaria de Obras, para firmação de convênio, quando será construída em terreno de propriedade de nossa ordem, uma Escola Capela com duas salas de aulas, com todos os requintes modernos e necessários para o atendimento de curso do 1º Grau, assim como a transformação do nosso prédio em um ambulatório médico [destaque pelo autor] (*trecho de nota na seção “Cartas à Redação” do Diário de Pernambuco, datada de 26 de janeiro de 1984, acervo: CEHIBRA-Fundaj*).

Esta carta do frei evidencia um dissenso que vinha se instaurando quanto ao nome da Ilha, e de maneira menos ruidosa, um outro discurso sobre o lugar. Nas entrelinhas, esse discurso destoa daquele até então difundido midiaticamente na cidade, e aponta de certa maneira para um elevado nível organização presente no local. Lançando novas palavras e sentidos para a Ilha, como os de “comunidade”, “assistência”, “participação” e “religião”, constroem, discursivamente, uma outra Ilha *de* Deus. É digno de nota, esta não é ainda uma representação da ilha construída pelos ilhéus,

mas por importantes mediadores: missionários católicos que realizavam trabalhos eclesiais na Ilha.

No mês seguinte, o jornalista do Diário fazia uma retratação à carta do frei Carmelo Viana. Nela, ele afirma ter lido “com devotada atenção e respeito a missiva do frei”, onde pondera que “talvez tenhamos sido exagerado ao emitir conceito negativo sobre aquela gente, sem levar o outro lado, o lado bom, (...) a exemplo dos que fazem ação comunitária naquele pequeno universo social”. Adiante se defende, escreve que suas notas são um grito em favor de que algo maior aconteça para os ilhéus - “aquela gente sofrida, estava a precisar de algo mais e até mesmo de Deus em razão do próprio nome da Ilha”. Ao final, o jornalista conclui:

O que nos faz ficarmos alegres é sentir que aquela gente está sendo descoberta. Há pouco, por ali, passou o prefeito Joaquim Francisco que levou energia elétrica e prometeu escolas. Um dia, quem sabe, uma ponte será construída ligando a Ilha ao continente. O que não acreditamos é na mudança do nome: Ilha de Santo Antônio. Ela será sempre a Ilha Sem Deus. *(trecho de nota publicada no Diário de Pernambuco, datada de 03 de fevereiro de 1984, acervo: CEHIBRA-Fundaj).*

As duras palavras do jornalista, desacreditando uma possível mudança do nome da Ilha, revelam o quanto era improvável uma reconfiguração simbólica da imagem da Ilha de Deus. Diante da impossibilidade de superar as mais profundas ordens de significados que formam os discursos negativos sobre a pobreza e a encerram em um lugar social e simbólico de grande isolamento e segregação na cidade. Ao mesmo tempo, há de se notar que a capacidade de proferir *discursos verdadeiros* era inacessível aos pobres da cidade, à mercê da mediação de sua voz por organizações civis-religiosas ou políticos sensíveis aos problemas da comunidade. No sentido *foucaultiano*, os meios de comunicação concentravam um forte *Poder de verdade* e são, até os dias atuais, recorrentemente utilizados pelas elites econômicas para promover seus interesses, que com frequência transmutam-se em mudanças no ordenamento socioespacial urbano.

Neste ponto, a pesquisa é levada a realizar um corte abrupto na cronologia dos relatos. Este corte se deu pela ausência de documentos encontrados durante a década de 1990 - 1999. Para dar conta desse período, seria necessário um aprofundamento de que, infelizmente, o tempo de curso de um mestrado não dispõe. Os próximos enunciados midiáticos sobre a Ilha seriam encontrados principalmente a partir do ano de 2005. Já consensualmente referenciada como a “Ilha de Deus”, no entanto, continuaria a ser lembrada em matérias de jornais como uma das “favelas” ou “comunidades” mais sofridas do Recife. Em consequência, a atividade pesqueira de seus moradores seria tida como uma ameaça ao desmatamento do mangue, devido ao crescimento dos viveiros na

região. Acrescenta-se a isso que, com frequência, a comunidade seria lembrada em matérias de jornais pela precária condição de sua infraestrutura, notícias que levantavam o tom de denúncia sobre a ausência ou ineficiência das autoridades públicas em solucionar os problemas vividos por seus habitantes:

Moradores da Ilha de Deus, na Imbiribeira, lutam por melhores condições de vida na comunidade. A falta de infraestrutura, como saneamento básico e calçamento, e as várias promessas não cumpridas pela Prefeitura do Recife vêm atormentando, há 35 anos, a população que não aguenta mais esperar pelas melhorias desejadas (...) O mau cheiro e a água poluída que corre entre os becos da Ilha é a maior preocupação das famílias. Elas temem pela integridade dos filhos e parentes que vivem, diariamente, em meio aos ratos, baratas e mosquitos (causadores de doenças como leptospirose e dengue) (Folha de Pernambuco, datado de 20/05/2007).

Este longo período de reconhecimento midiático como um espaço negativo da cidade sofreria uma curva sinuosa principalmente a partir do ano de 2009, quando começaria a ser percebida de outros modos. É neste mesmo ano que o então candidato a governador do estado de Pernambuco pelo partido do PSB, Eduardo Campos, visita a Ilha de Deus com ampla comitiva, incluindo o prefeito da cidade do Recife, João Paulo (PT). Lá, Campos é muito bem recebido pela população, que já possuía uma boa lembrança de seu avô, o ex-governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes, que manteve boa relação com a entidade católica Saber Viver e os criadores de camarão da Ilha. Na ocasião da visita, que recebeu ampla cobertura midiática, Campos faz uma promessa de que, se eleito, traria investimentos para a Ilha. A promessa é cumprida e, em 2009, a Ilha se torna um “grande canteiro de obras” que passou a ser acompanhado de perto por importantes veículos de comunicação da cidade.

No dia 22 de julho de 2010, com a urbanização da Ilha quase finalizada, Campos inicia a sua campanha de reeleição ao cargo de governador do Estado na comunidade. Na ocasião, em entrevista, realiza a seguinte fala:

É uma Ilha de Deus já diferente, com as marcas da conquista de um governo que voltou aqui, que ouviu o povo, que debateu em assembléias, que discutiu um problema complexo que era fazer a revitalização do mangue. Estruturar a atividade econômica, fazer a acessibilidade para a Ilha. (...) Essa era uma comunidade símbolo, a gente tinha aqui em 2006 só 20 pessoas que tinham carteira assinada das duas mil pessoas que aqui moram. Tem 200 pessoas sendo qualificadas em diversos cursos e já coladas no mercado de trabalho, tem um núcleo de artesanato (...) que já

mantêm 30 famílias. (...) Começou um tempo em Pernambuco em que os que sempre perderam começaram a ganhar.³¹ (Datado em 22/06/2010)

É consenso que o projeto de urbanização da Ilha foi uma experiência bastante exitosa, diferenciando-se de outros modelos de intervenção em assentamentos informais do Recife, principalmente por assumir em suas ações de planejamento e execução procedimentos um pouco mais participativos e contemplativos às características socioculturais e ambientais locais. No entanto, não sendo a urbanização da ilha o objeto desta pesquisa, apenas buscou-se atentar para certos enunciados que “colaram” junto ao desenvolvimento da comunidade. E neste sentido, notou-se a partir da análise do arquivo midiático que a “nova Ilha” passou a ser símbolo da gestão eficiente e do planejamento estratégico que Eduardo Campos (PSB) buscou associar a sua passagem no governo do Estado de Pernambuco

Tal prática discursiva, que apresentava a “nova” comunidade da Ilha de Deus, associando-a à gestão do PSB no estado e município, veio à tona principalmente no ano de 2018, quatro anos após a morte do ex-governador. Antigos aliados políticos de Campos passaram a disputar com os atuais gestores do estado, membros do mesmo PSB, o legado da urbanização da Ilha de Deus. Tal dinâmica evidencia-se em cobertura midiática de uma visita à ilha realizada por antigo aliado do ex-governador:

o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB) visitou, nesta manhã de sexta-feira, a Ilha de Deus, local que foi o símbolo da administração do ex-governador Eduardo Campos. O objetivo aparente da visita foi destacar que vai seguir os passos de Eduardo e por outro lado, chamar a atenção da ilha como ‘símbolo da inoperância de Paulo Câmara’ ou ‘nada foi feito em quatro anos’ (Blog do Jamildo. Portal *web* do Jornal do Comércio, datado de 01/05/2018)

Decerto, desde a sua urbanização, a Ilha vem recebendo uma crescente visibilidade de seus potenciais ambientais, culturais e gastronômicos: “A Ilha de Deus, dos camarões, dos mariscos, dos homens e das mulheres”, título de reportagem do Diário de Pernambuco em que narra como pescadores e marisqueiras da Ilha “resistem a acusações de destruição do mangue e batalham pelo próprio sustento” (Diário de Pernambuco, datado de 29/12/2014). E, com isso, também veio o reconhecimento da transformação social vivida no lugar - “Como um antigo esconderijo de criminosos se tornou exemplo de transformação social no Recife” (título reportagem BBC Brasil, data 18/12/2016).

³¹ Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=MZGdEGRMrjU>>> Acesso em 21 agosto de 2019.

Acompanhado a esta visibilidade e valorização da Ilha, presentes na grande mídia desde a sua urbanização, seus próprios moradores - em especial, uma de suas organizações locais, a Saber Viver - vêm articulando-se para transformar o lugar em roteiro turístico da cidade. Percebeu-se no arquivo, principalmente a partir do ano de 2012, enunciados presentes tanto na grande mídia quanto na mídia independente, que cumprem a função de promover e divulgar um turismo local, reconhecido como “pedagógico”, “social” ou “de base comunitária”. Em 2016, a Ilha passou a ser um reconhecido roteiro turístico da cidade, que recebe semanais passeios de catamarã - “Passeio para desbravar a Ilha de Deus, comunidade pesqueira do Recife” (título reportagem Jornal do Comércio, datado de 01/09/2016).

Em tempos ainda mais recentes, a organização Saber Viver articulou parcerias com *startups* do Porto Digital, empresas de turismo da cidade, assim como grandes redes hoteleiras, para realizar formações em empreendedorismo para os moradores da ilha, criar produtos culturais e fortalecer o turismo local. Percebeu-se uma prática discursiva conjunta entre Saber Viver e Prefeitura da Cidade do Recife - que defende o legado e continuidade do modelo de gestão estratégica na cidade -, que evidenciam um interesse comum em transformar a Ilha de Deus em um ativo turístico da cidade. E em 2018 passou a ser roteiro oficial do “turismo criativo” do Recife.

Localizada no centro de um dos maiores manguezais urbanos do Brasil, a Ilha de Deus começou a ser ocupada nas primeiras décadas do século XX, onde desde o início de sua formação, a pesca constitui a atividade econômica predominante, sejam camarões, caranguejos e unhas-de-véio, a siris e sururus. (...) Passeios de catamarã pelo rio, oficinas de gastronomia e artesanato, intercâmbio social e circuitos pedagógicos são apenas alguns dos produtos turísticos que podem ser adquiridos e que põem pessoas de diversas partes do país e do mundo em contato com o que a ilha possui de mais fascinante: o cotidiano de seu povo (Portal *web visit.recife* da Prefeitura do Recife para promoção do turismo na cidade)

Por fim, esta formação discursiva apresentada sobre a Ilha, que tem o seu início ainda em enunciados midiáticos da década de 1960 e revela a forma perversa e até exagerada de como a comunidade era representada, evidencia a mudança sinuosa na forma como a comunidade passou a ser enunciada na grande imprensa. Ao mesmo tempo, percebe-se o uso político-governante da imagem da “comunidade em transformação”. A realidade discursiva sobre a Ilha de Deus, de ter sido um dos mocambos/favelas mais problemático da cidade, foi reiterada por governantes da cidade ora para se distanciar de Partidos e práticas políticas de gestões passadas, ora para justificar a defesa de um modelo de gestão e desenvolvimento mais eficiente e estratégico em assentamentos

pobres da cidade. Assim, na trama deste grande ordenamento de significados sobre a Ilha, como quer que seja percebida - mocambo, favela ou comunidade -, sua população seguiu assujeitada. Sujeitos, cujo reconhecimento e visibilidade na cidade dependem de importantes mediadores políticos, econômicos ou simbólicos.

Em contrapartida, seguindo o referencial teórico foucaultiano, a pesquisa pressupõe a coexistência, no pensamento social de cada época, de distintas *realidades discursivas* e *significados* sobre o lugar de morar dos pobres na cidade. No caso da Ilha de Deus, pode-se depreender que além dos discursos midiáticos, governantes e religiosos, que marcaram a formação discursiva sobre a Ilha enquanto uma comunidade pobre, também existiram discursos outros sobre o lugar e seus moradores. Entretanto esses discursos mantiveram-se por um longo período silenciados ou invisibilizados na grande mídia, tornando-se mais legíveis, principalmente, a partir do século XXI. Dentre a tantas condições de existência que permitiram a emergência do discurso das próprias populações pobres da cidade, destaca-se a via tecnológica da comunicação.

Os expressivos avanços tecnológicos do campo da comunicação, atrelados à expansão do “capitalismo informacional” (Castells, 2009), permitem não apenas o barateamento dos custos para aquisição de equipamentos e crescimento do consumo de bens simbólicos, como também a produção e transmissão de subjetividades a partir de populações de baixa-renda. E, como foi possível ler na carta do frei Carmelo (DP, 1984), trazida ainda neste subtópico do trabalho, havia desde o início da organização comunitária na Ilha uma atenção ao que a grande mídia dizia sobre o lugar. Uma grande vontade de verdade, de poder enunciar discursos e saberes sobre si e mudar a imagem da Ilha diante da cidade. Não apenas superar antigas representações negativas sobre o lugar, mas também de criar novas e ainda não percebidas representações e significados sobre a Ilha e a identidade de seus moradores. Vê-se na formação discursiva a seguir, do território pesqueiro, o tecer de novos fios de significados possíveis sobre a Ilha e sua população.

7.2 O discurso sobre o território pesqueiro

A gente tá aqui há muito tempo e nossa discussão é urbanizar isso da forma que a gente quer viver, porque a cidade é urbana, mas é pesqueira e é mangue

A formação discursiva sobre a Ilha de Deus enquanto um território pesqueiro do Recife acompanha lado-a-lado a trajetória de crescimento de uma de suas principais expressões de ativismo e articulação social local, a Ação Comunitária Caranguejo Uçá. Surgida na virada do século XXI, em meados do ano de 2001, através de um grupo de jovens residentes da comunidade já envolvidos em diversas expressões artísticas, dentre elas o teatro de rua (Gurgel, 2010). O grupo Trilha – Teatro de Rua da Ilha, como é conhecido, encena peças que relacionam o cotidiano dos pescadores urbanos a questões da saúde pública, do meio ambiente e da difícil integração da população pobre à cidade. Uma de suas peças, “O martírio na saúde”, retratava o sofrimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), e foi encenada durante os anos de 2008 a 2009 na cidade.

Nossa fome não é visceral, nossa fome é intelectual. Destituída, drogada e alcoolizada. Pelos filhos seus, marginalizada. Pela política, descartada. Pela mídia, difamada. Mas vêm, irmã, conhecer esse lugar que eu vou te mostrar. Não é tão ruim como você ouviu falar. Aqui tem gente boa, comunidade simples, diversificada (...) Mas tem irmão que tira onda que não tá com nada. Eu nao tou aqui para criticar. Nem aos meus irmãos julgar. Por favor. Deixa eu. Na Ilha ficar (Trecho encenação de peça teatral do grupo Trilha, datado 19/12/2007).

Este grupo percebia o forte preconceito existente na cidade em relação a Ilha de Deus e o quanto isto vinha afetando a vida local. Insatisfeitos com a representação que a grande mídia fazia da comunidade e pescadores, fundaram no ano de 2002 a rádio-poste Boca da Ilha - “aquela que não tem papas na língua”, como é o seu *slogan*. A rádio funciona até os dias atuais com muita música e programas realizados pelos próprios membros da organização. Entre os programas, destaca-se o “Ciranda de Mulheres” (figura 24).

Figura 24 - Imagem direita: gravação do programa Ciranda de Mulheres. Imagem esquerda: cartaz de divulgação do programa



Fonte: Acervo Caranguejo Uçá, 2019

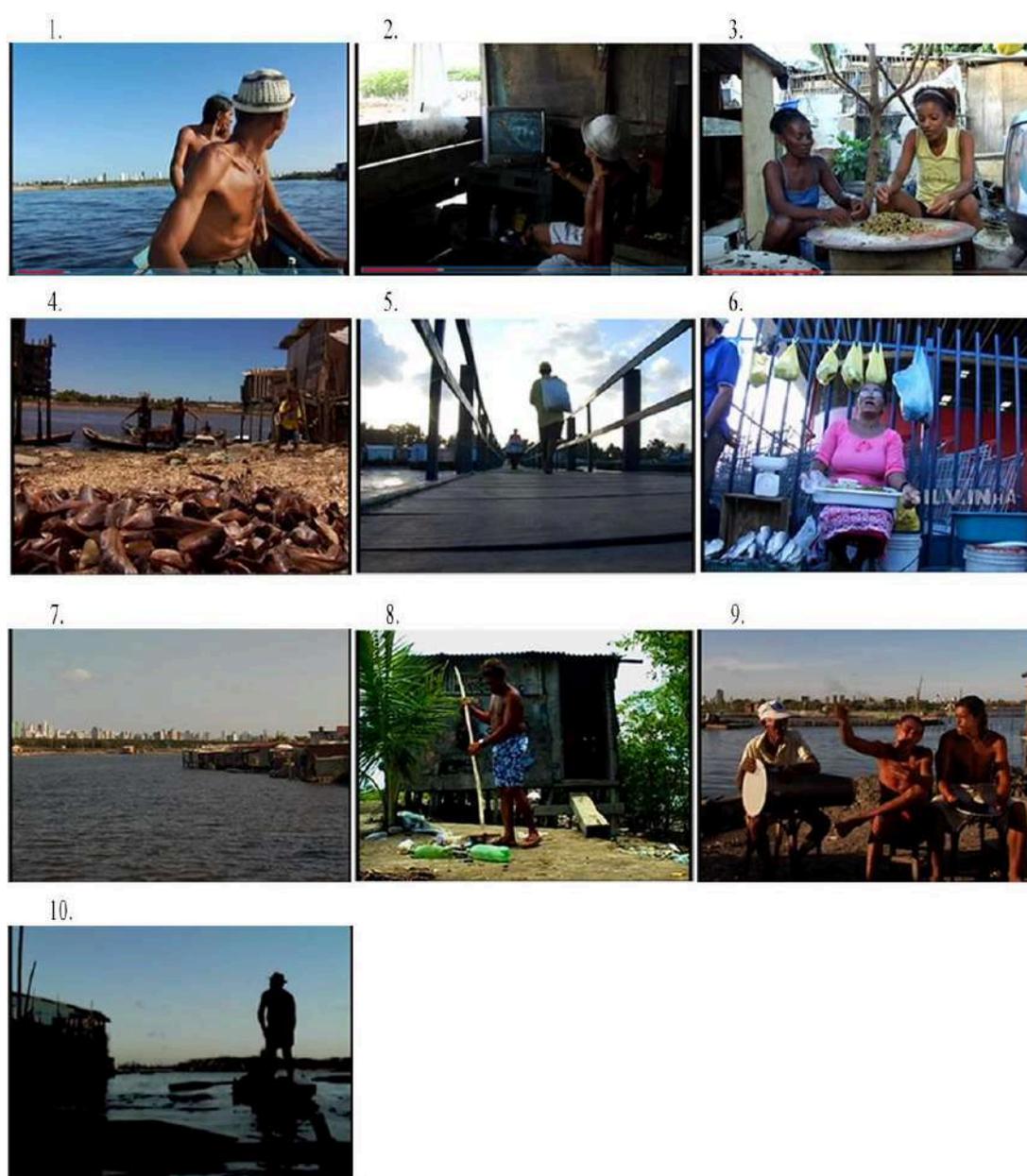
Com diversos temas abordados que atravessam o cotidiano das mulheres pescadoras da Ilha, o programa semanalmente entrevista convidadas que ocupam posição de referência em uma dada profissão ou área de conhecimento. Entre os programas que foram ao ar no ano de 2018, viu-se temas abordados, como os da visibilidade da mulher negra; violência contra a mulher; saúde das populações do campo e da floresta; entrevistas com lideranças feministas e de movimentos e organizações sociais, como a CPP - Comissão Pastoral dos Pescadores, entre outras.

A ação comunitária também desenvolve o CineMocambo, antes com o formato de tv comunitária, realizava em ruas da ilha pequenas exibições noturnas de filmes, curtas-metragens e clipes musicais. Atualmente com o formato de cineclube, no qual acontecem, no próprio anfiteatro da organização, exibições de produções audiovisuais locais, contando, muitas vezes, com a presença de seus realizadores, seguidas de debates que problematizam o contexto social e ambiental experienciado na ilha. Ao longo de sua trajetória, a organização articulou diversas formações e oficinas em rádio, fotografia e cinema para os seus membros e demais moradores locais. Parte dos produtos destas atividades audiovisuais da organização estão disponíveis na internet, como “O Pai do Manguê” (18’, 2012) - filme de ficção que retrata a lenda urbana de um habitante do manguezal do Recife, que protege a região contra importunos poluidores; “Ilha de Deus, território em transformação” (2014) - documentário histórico gravado durante a urbanização da ilha, que entrevistou moradores antigos e pessoas de referência do lugar; “Encontro de Pescadores e

Pescadoras do Recife” (2017) - vídeo resultado do registro documental de evento de mesmo nome realizado em Setembro de 2017.

No ano de 2006 o filme-documental "Quando a maré encher" (2006, 31'; figura 25), dirigido por Oscar Malta, foi lançado no Recife e contou com o apoio e produção da Caranguejo Uçá. Embalado pelas provocações éticas e estéticas do movimento cultural *manguebeat* que influenciou gerações de artistas da cidade, o diretor adentrou a comunidade da Ilha de Deus para demonstrar o cotidiano de seus pescadores. Local onde o grupo musical Chico Science & Nação Zumbi gravou parte do videoclipe da faixa “A Cidade” (1994, 4'46”), de seu importante álbum “Da Lama Ao Caos” (1994), a Ilha matinha sua paisagem de palafitas e mangue pouco alterada. A película, que perfilou distintos perfis de moradores da Ilha de Deus, acabou por colocar em evidência uma população pesqueira urbana até então pouco dimensionada no Recife.

Figura 25 - Compilação de imagens do documentário “Quando a maré encher”



Fonte: Frames de “Quando a maré encher”, 31’, 2006, Oscar Malta.

Como fio condutor da narrativa do documentário, o diretor questiona seus interlocutores *o que fazer quando a maré encher?* Ao responderem a pequena provocação, os personagens da Ilha de Deus - duas mulheres, mãe e filha marisqueiras, um homem negro criador de camarão, um caranguejeiro experiente, um habilidoso catador de unha-de-véio e um jovem pescador -, acabam por revelar uma certa “identidade da maré”.

Quando a maré encher eu venho pra casa deixar o sururu porque só pode ir pra maré quando ela tá seca. (...) Da maré a gente tem a certeza de onde vem o sustento da gente, entendeu. Quando ela tá seca gente fica só na expectativa, pra ela encher e o pessoal voltar. Eu fico só na expectativa da minha mãe vir logo da maré que ela já tá muito acabadinha, a bixinha, trabalha muito na maré e o sol, e acho, a maresia acaba muito com a pessoa (Fala de marisqueira; Doc.: Quando a maré encher, 31', 2006).

Ao longo do filme é percebida a forte influência da maré na vida desses pescadores, onde a natureza muitas vezes encarada como divino, é o que fornece o sustento de suas vidas. E as práticas da pesca, juntamente a suas relações com o meio ambiente habitado, são ensinadas e repassadas através de gerações como uma atividade familiar. Alguns personagens do documento tornam evidente tal relação entre eles e com o espaço habitado:

A gente não deixa nada, só faz buscar. Isso aí já é uma dádiva de Deus que acho que ele não se esqueceu do pobre não, né. (...) Tudinho é criado assim. Todo dia eu dou pirão de siri, de guaiamum, de caranguejo, pirão de peixe. Faço um pirãozinho de peixe, ela já come, bem molinho, eu boto na boca dela e ela come. Tudo isso é do fruto da natureza que Deus criou pra gente buscar. Deus fez a natureza e ele deu a inteligência pro homem pescar. Pra ganhar o pão de cada dia e eu vou lá e trago em nome de Jesus. (Fala de catador de unha-de-veio; Doc.: Quando a maré encher, 2006).

(...) Do que ela se alimentava, eu me alimentava e meus irmãos também. Tudo que ela comia, no caso, siri, sururu, vem da lama, né, então faz bem a gente também. Hoje em dia a gente também se alimenta disso, eu alimentei meu filho porque eu dei de mamar também então me alimentei de crustáceos, coisas de maré, que vem da lama. (Fala de marisqueira; Doc.: Quando a maré encher, 2006).

As falas trazem à tona o mangue e sua riqueza de alimentos, trazida pelo movimento das marés. Elementos que passam a cultivar significados de autonomia e independência financeira para a juventude que cresce em uma cidade extremamente desigual, hostil e excludente para parte de sua população, que não possui possibilidades efetivas de ingresso no mercado de trabalho formal.

Eu não tenho precisão de pegar uma arma e ir ali botar um ferro no cara roubar um relógio, um celular, uma carteira. Não, cara. Porque se eu tiver liso, eu tiver com vontade de ir curtir um funk, curtir um pagode. Não, bicho. Eu vou na maré, tiro duas galéias, três galéias. Boto minha mãe pra catar, pago minha mãe, minhas irmãs. E vou pro pagode. Porra, tou a fim de comprar uma bermuda, eu tenho que o

que? Eu tenho que ir na maré. Tirar um sururu, tirar um marisco. Levar a rede, tirar um peixe. Vai no viveiro de um amigo, faz uma oia, ganha dois quilos de camarão, três quilos de camarão e compra uma bermuda de 28 reais, uma chinela havaiana ou senão uma alparca também. O dia-a-dia daqui é esse, a vivência da gente aqui é essa. Eu digo assim, eu não troco essa Ilha por nada nesse mundo. Porque a sobrevivência da gente é essa cara. (Fala de jovem pescador; Doc.: Quando a maré encher, 2006)

É, possivelmente, por causa desta relação constituída com a natureza e o meio ambiente em volta, que os pescadores da Ilha de Deus apresentam uma percepção bastante crítica quanto ao desenvolvimento e os rumos da cidade. Esta que cresce poluindo e degradando os seus rios e mangues ou se assenhorando de suas margens e beiras de rios e praias, em favor de um desenvolvimentismo elitista e excludente. Nesta dinâmica de crescimento em curso, percebem que a pesca artesanal é uma profissão com risco de extinção:

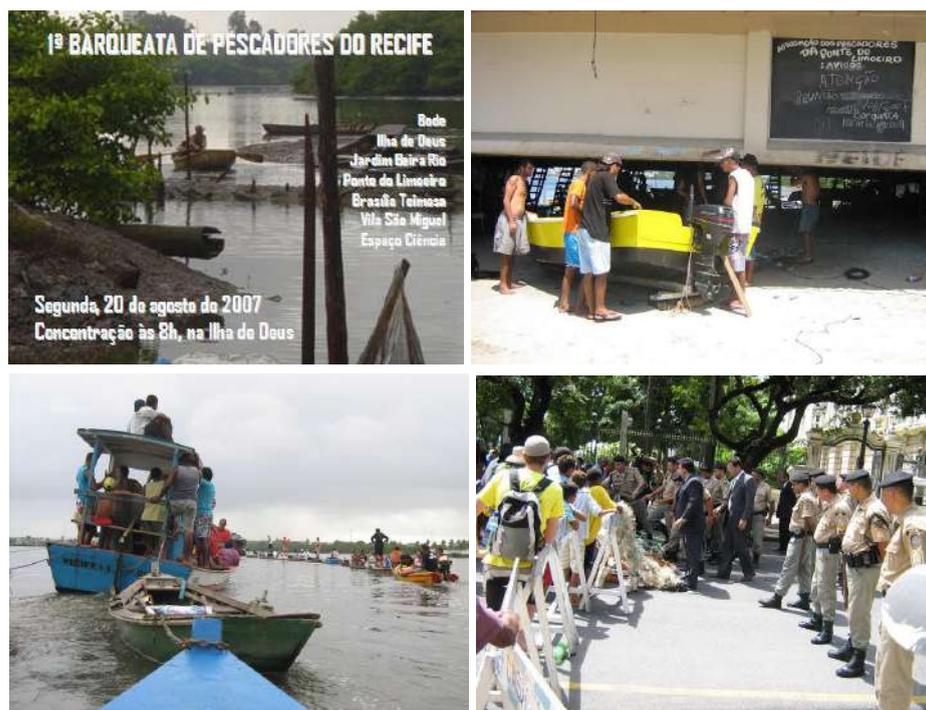
Tinha muita coisa aqui. Tinha camarão, tinha sururu. Dava pra sustentar. Tinha muito peixe. Somos pescador. Adaptados, né. Nos adaptamos ao novo método de pesca pra sobreviver. São várias famílias que vivem aqui da pesca. (...) Que sejamos mais respeitados, né. Que a cidade não polua, que não jogue o lixo pra não vir aqui. O lixo chega aqui. Poluição direto no rio, diretamente na maré, onde a gente tira o nosso sustento. Nós tiramos ainda o sustento na maré.

De certa maneira, o documentário exibiu à época uma fissura na homogênea representação do habitante do mangue, constituída no imaginário urbano dominante. Representada tal qual uma lama maligna, na qual, uma vez enfiados os pés, seu habitante é engolido por um antro de miséria, fome, sofrimento e violência. Essa imagem é, então, rebatida pela de um mangue divino, provedor de alimentos e habitado por sujeitos de uma rica consciência humana. De grande beleza natural, originária, que antecede o crescimento desigual e desordenado do Recife. O documentário em questão teve uma boa recepção na cidade, recebendo indicações a prêmios e sendo exibido em festivais, salas de cinemas públicos, cineclubes, chegando mesmo a entrar na grade de programação da televisão pública estadual.

No ano seguinte, precisamente no dia 20 de agosto de 2007, um inusitado protesto tomou a atenção midiática do Recife: a 1ª Barqueata de Pescadores do Recife (figura 26). Saindo em pequenas embarcações pelo rio Capibaribe, cerca de 400 populares ocuparam rua em frente ao Palácio do Campo das Princesas – sede do governo estadual, despejando toneladas de lixo recolhidos dos rios da cidade. Eram pescadores de diversas comunidades do Recife protestando

contra a poluição dos rios urbanos, o seu assoreamento e reivindicando uma política de assistência à população pesqueira da cidade. O protesto pela preservação ambiental dos rios sensibilizou a opinião pública que deu visibilidade aos pescadores articuladores do protesto, em sua maioria moradores da Ilha de Deus – até então ainda fortemente estigmatizada e pouco reconhecida por sua atividade pesqueira -, e membros de sua organização local Caranguejo Uçá.

Figura 26 – 1ª Barqueata de Pescadores do Recife



Fonte: Acervo Caranguejo Uçá.

O diferencial inaugural deste protesto foi a cobertura midiática realizada de maneira independente pelo núcleo de comunicação da Caranguejo Uçá. No *blog* da organização foi encontrada, além de muitas imagens e vídeos, uma postagem de 17 agosto 2007, com carta-manifesto direcionada à população do Recife e seus gestores governantes:

Recife é a capital de Pernambuco, uma cidade com aproximadamente 1 milhão e 500 mil de habitantes, que nasceu na foz dos rios Capibaribe e Beberibe. Cortada por cinco rios e 66 canais, é conhecida como a Veneza brasileira. (...)

Hoje, o pescador joga a rede e dentre os poucos peixes arrastados, avoluma-se o lixo, a sujeira de nossa cidade que é despejada sem dó, nem piedade e que ali permanece, por falta de investimentos, por falta de vontade política de cumprir o seu papel e instituir ações que visem incentivar a preservação ambiental. (...)

É fundamental, que toda a sociedade saiba que os grandes hospitais do Recife despejam seus dejetos de forma irregular e covarde nesses mesmos rios que cercam a cidade, e que essa prática leva à morte uma soma considerável de pescadores e pescadeiras, como é o caso da Sra. Dalva do Siri, extrativista de sururu, que faleceu vítima de uma “furada de seringa” que infeccionou, há aproximadamente dois anos.

Cercado por concretos e poluição desmedida, os pescadores são desrespeitados e oprimidos pelos governantes, que não reconhecem a importância da sua profissão e não lhes outorga direitos sociais específicos.

As repercussões midiáticas, no dia seguinte ao ato (Figura 27), dariam uma importante visibilidade à Ilha de Deus e sua organização local. Percebe-se, a partir de então, o surgimento de enunciados na grande mídia que passam a reconhecer na Ilha e em seus moradores - pescadores - uma preocupação ambiental e uma luta particular pela preservação de seus mangues e rios:

[N]uma das áreas mais pobres do Recife, moradores da comunidade da Ilha de Deus, na Imbiribeira, dão um exemplo de conscientização ecológica promovendo passeios e atividades educativas sobre a preservação da fauna e da flora locais (JC Online, junho de 2007).

Figura 27 - Repercussões na grande midiática sobre a 1ª Barqueata de Pescadores do Recife



FOLHA DE PERNAMBUCO DIGITAL

Grande Recife

21/08/2007

Pescadores cobram despoluição dos rios
Comunidades do RMR realizaram barqueata em protesto

Jadson Nobre

MANIFESTANTES saíram da Ilha de Deus até o Palácio do Campo das Princesas

AMANDA SEABRA

Representantes de diversas comunidades de pescadores da Região Metropolitana do Recife (RMR) realizaram, ontem pela manhã, uma barqueata em protesto contra a poluição dos rios e cobrando políticas públicas voltadas para quem vive da pesca. O passeio teve início na Ilha de Deus, no Imbinibeira, pelo rio Capibaribe, até chegar ao Palácio do Campo das Princesas. Cerca de 300 pessoas, segundo a Polícia Militar, em 70 embarcações participaram da manifestação. O objetivo do grupo era apresentar reivindicações dos pescadores e das comunidades ao governador Eduardo Campos.

A barqueata chegou ao Palácio por volta das 11h30. Os representantes das comunidades de pescadores se aglomeraram ao lado da sede do Governo, onde já havia uma barreira de policiais. Eles levaram um saco gigante repleto de lixo que foi recolhido de rios do Recife como forma de simbolizar a situação em que vivem. Os manifestantes chegaram a bloquear as ruas do Sol e da Aurora e a Ponte Princesa Isabel. Muitos ônibus tiveram que retornar daquele ponto.

Houve um impasse inicial porque os pescadores queriam colocar o lixo recolhido em frente ao Palácio, como condição para negociar. Cerca de uma hora depois, a categoria acabou cedendo e uma comissão com 11 representantes foi recebida pelo secretário executivo de Recursos Hídricos, Almir Cirilo, e o chefe de gabinete da Casa Civil, Adilson Gomes.

No encontro, foi apresentada uma carta de intenções dos pescadores. Nela os manifestantes reivindicavam o desassoreamento dos rios da RMR; o saneamento básico e o tratamento do esgoto; a formulação de uma lei estadual que proteja e defenda os pescadores; a criação de uma comissão com representantes da pesca para elaborar políticas e estratégias para a categoria; e a inclusão de uma política de limpeza dos rios.

Os pescadores e suas famílias que estavam no protesto reclamavam do esgoto que é jogado sem qualquer tratamento. "É um absurdo, a gente vê os dejetos da cidade inteiros no rio de onde tiramos o nosso sustento", disse o representante da Ilha de Deus, Edson Fly. Pescadores do Porto Jatobá, em Abreu e Lima, também reclamaram da situação do rio Timbó. "Toda a vida do rio está morrendo. Além do esgoto, indústrias jogam seu lixo no rio e isso também está prejudicando a nossa saúde. Trabalho há pelo menos 30 anos com a pesca. Estou ficando velho, mas como ficam os meu filhos e netos?", questionou Emanuel Vicente, 44.



Jornal Online

PRESERVAÇÃO

Lixo pescado em rio é levado para frente do Palácio

Publicado em 21.08.2007

Pescadores recolhem garrafas PET para protestar contra a poluição e o assoreamento dos rios e tentam, sem sucesso, falar com o governador

Pescadores artesanais do Grande Recife jogaram ontem de manhã suas redes na água, mas no lugar de peixes recolheram garrafas PET. Juntaram o lixo num imenso saco e levaram, de barco, até o Palácio do Campo das Princesas, no Centro da capital. A idéia era deixar os resíduos na frente da sede do governo estadual, em protesto contra a poluição e assoreamento dos rios, e falar com o governador do Estado, Eduardo Campos. Não conseguiram nem uma coisa, nem outra. Policiais militares devolveram a sujeira aos manifestantes e o governador estava em Brasília.

O cortejo arrastou mais de 70 barcos, entre motorizados e a remo. Os cerca de 300 pescadores, de acordo com estimativas da PM, pararam o trânsito por quatro vezes, nas cabeceiras da Ponte Princesa Isabel, no encontro com a Rua do Sol e com a Rua da Aurora. Mostravam faixas com frases em defesa do mangue, dos peixes, dos crustáceos e dos moluscos. "Os dejetos das fábricas e dos esgotos estão acabando com a vida da água. E nós estamos ficando ainda mais pobres e sem comida", diz a pescadora Jasmina Amorim Muller, de Abreu e Lima, ao norte do Grande Recife.

A barqueata foi organizada com três meses de antecedência, por participantes do movimento social Caranguejo-Uçá, que atua na Ilha de Deus, na Zona Sul do Recife. Junto com os pescadores de Brasília Teimosa, na mesma região, deixaram a ilha às 9h30. Duas horas depois chegaram ao Palácio, onde desembarcaram com a ajuda de três bombeiros marítimos. Os outros manifestantes eram da área central do Recife (Porto de Limoeiro) e do norte da Região Metropolitana (da Ilha do Marum, em Olinda, e do Porto Jatobá, em Abreu e Lima), que se locomoveram de ônibus.

Além de saneamento básico, os pescadores pediram a dragagem dos Rios Capibaribe, Beberibe, Tejiúpi, Jordão, Jiquiá e Timbó. Jaime Francisco de Lima, 42 anos, conta que o acúmulo de sedimentos no leito do Beberibe, em Olinda, é tão grande que locais onde ele antes pescava hoje são usados como campo de futebol. "Ainda encontro alguma coisa quando vou para a maré, mas meus netos certamente não terão como tirar o sustento da pesca", prevê.

Os impactos da poluição são medidos nas balanças das associações e colônias de pesca. "Trabalho sete horas seguidas na maré, inclusive de noite, para coletar camarão. Antes pegava de 80 a 100 quilos. Atualmente não consigo juntar mais de um quilo", diz Veridiano Gomes dos Ramos, do Porto Jatobá.

Fonte: Blog Caranguejo Uçá, 2007.³²

No ano seguinte, o Diário de Pernambuco publica uma grande matéria sobre a Ilha e a sua organização local. Intitulada "Ilha de Deus pensa grande", a matéria fala sobre as atividades culturais e ambientais realizadas pela Caranguejo Uçá, onde afirma: "Moradores da comunidade situada na Zona Sul do Recife contam com atividades de educação e cultura promovidas pelo Coletivo Caranguejo Uçá para fazer a diferença" (Figura 28). Concomitante à visibilidade que a Ilha ganha devido ao seu projeto de urbanização, antigas insígnias da pobreza vão sendo substituídas por um crescente reconhecimento de seu potencial ambiental, sua articulação social e protagonismo na luta por justiça social e ambiental, em especial, a favor dos pescadores e pescadoras da cidade.

³² Disponível em: <https://caranguejouca.blogspot.com/2007/>. [Acessado em 13/05/2024]

Figura 28 - "Ilha de Deus pensa grande"

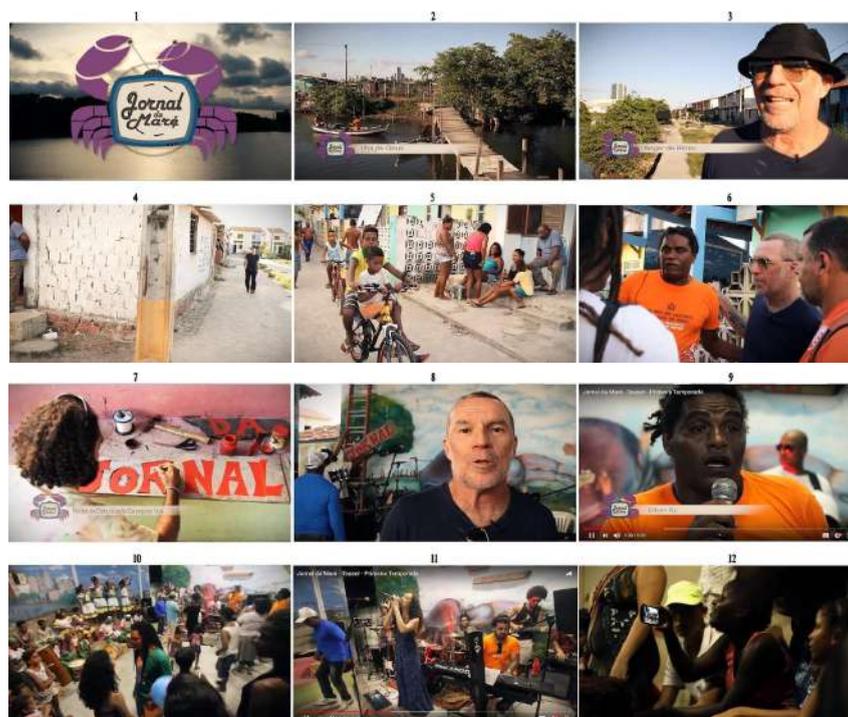


Fonte: Diário de Pernambuco, setembro de 2008

No ano de 2016, a Caranguejo Uçá começa um novo projeto, um programa de televisão seriado chamado “Jornal da Maré” (Figura 29), gravado no anfiteatro da própria instituição, que passou a ser veiculado na TV pública universitária de Pernambuco (Canal 11) a partir do ano seguinte. O Jornal segue um formato de programa de auditório, que conta com apresentações musicais, convidados entrevistados e debates sobre temas específicos e transversais à realidade da Ilha de Deus e outras comunidades pesqueiras da cidade. Cada temporada é anual, filmada em séries de oito episódios e já estão no terceiro ano de gravações. Dentre os temas debatidos nos episódios do Jornal, que foram acompanhados nesta pesquisa, viu-se: “violência contra a mulher”, “racismo religioso”, “voto como instrumento de transformação social”, “segurança e soberania

alimentar”, “direitos dos povos e comunidades tradicionais” e “habitação como garantia do direito à cidade”.

Figura 29 - Compilação de imagens/quadros do teaser da primeira temporada do Jornal da Maré, gravado em 2016 na Ilha de Deus e na sede da Caranguejo Uçá.



Fonte: Youtube/Canal Caranguejo Uçá/2016³³

Nas gravações do primeiro episódio do Jornal, em 2016, membro da Caranguejo Uçá fala sobre os objetivos do programa:

A primeira edição do Jornal da Maré, no qual vamos estar apresentando não só os parceiros, os artistas, vamos estar dialogando durante todo o ano aqui na Ilha de Deus conversando sobre duas plataformas - a Caranguejo Antenado e Construindo Caminhos para a Democracia e a Sustentabilidade. (...) Jornal da Maré vai tratar sempre de assuntos polêmicos, tabus que normalmente não se discutem em comunidades. (...) Caranguejo Uçá é uma antena dentro do mangue dialogando com toda a cidade do Recife.

Nesta imbricada relação entre práticas políticas e práticas midiáticas, que caracteriza a forma de atuação desta organização comunitária, vê-se que aos poucos ela vai constituindo-se como uma importante mediadora da comunidade com políticos governantes, movimentos e organizações

³³ Disponível em: @caranguejouca <https://www.youtube.com/watch?v=sFCZIFhHOjo>. [Acessado em 13/04/2024]

sociais, assim como artistas e produtores da música e do audiovisual da cidade. Paulatinamente, o grupo também vem se tornando uma referência enquanto expressão de ativismo urbano do Recife, elevando o nome da Ilha de Deus enquanto comunidade pesqueira urbana politizada e engajada na luta por visibilidade, pertencimento e direitos dos pescadores e pescadoras da cidade.

Para os membros da Caranguejo Uçá, seus trabalhos são voltados para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da ilha, principalmente das mulheres, crianças e jovens. Mas porque o trabalho com mídias? Percebem as tecnologias de comunicação como ferramentas, meios para se conquistar a visibilidade e a afirmação de identidades, valores e direitos para a comunidade. Próximo de completar duas décadas de existência, o “movimento”, como alguns membros o chamam, não apenas acumula conteúdos sonoros e audiovisuais, mas também uma valiosa experiência sobre a Ilha, o manguezal, os rios e os trabalhadores das águas do Recife, oferecendo um interessante ponto de vista sobre a cidade – um olhar do mangue para o urbano.

Mais recentemente, a partir de 2017, viu-se, nas produções midiáticas da organização, um especial empenho em significar a Ilha de Deus como uma “comunidade tradicional pesqueira” da cidade. Dentro dos enunciados, foi endossada uma campanha nacional de regularização fundiária de um território pesqueiro urbano. Esta campanha em curso no Recife, na qual Caranguejo Uçá é um dos principais protagonistas, busca reunir comunidades urbanas tidas de tradição pesqueira, em torno de um projeto para frear a degradação ambiental dos afluentes urbanos, assim como conter o avanço de grandes empreendimentos urbanísticos sob as margens dos rios e praias recifenses - territórios da pesca artesanal -, vide recentes empreendimentos que se acoçam junto ao Parque dos Manguezais, a exemplo do *Shopping RioMar*, a *Via-mangue* e o mega-condomínio residencial *Le Parc*.

A pesca artesanal garante a segurança alimentar e nutricional da sociedade brasileira. Cerca de 70% do pescado produzido no país é proveniente deste modelo de produção. Além da importância econômica, os pescadores artesanais preservam uma série de saberes, fazeres e sabores que representam elementos culturais de matrizes indígenas e afro-brasileiras. Os territórios tradicionais vêm sendo desvalorizados e invisibilizados nas diversas leis que estão sendo construídas, é preciso que a gente se reúna porque cada dia mais nossos direitos estão sendo subjugados. A situação se agrava na medida em que o governo, através da pressão de empresários e latifundiários, busca flexibilizar a legislação ambiental, a fim de favorecer a expansão do agro e hidronegócio. Inclusive nas áreas de preservação

permanente, como manguezais e matas ciliares (Fala transcrita de vídeo produzido pela Caranguejo Uçá em defesa do território pesqueiro, ano 2018).

Este movimento de demarcação de um território pesqueiro no Recife, juntamente ao reconhecimento legal da pesca artesanal como identidade cultural da cidade, perpassa por uma mudança significativa do imaginário urbano dominante sobre a Ilha de Deus, os manguezais e os pescadores da cidade. E esta mudança se inicia, antes de tudo, por uma primordial capacidade de autorrepresentação, de construção de saberes e de enunciar discursos verdadeiros sobre si. Historicamente marginalizados ou invisibilizados na memória, paisagem e cotidiano do Recife, quando não, reconhecidos simbolicamente apenas pelas insígnias negativas da pobreza e da desigualdade extrema, os atuais movimentos de pescadores travam uma “luta” simbólica por uma reconstrução do olhar sobre si, de sua história, identidade e relação com o meio ambiente habitado da cidade.

Neste caminho, as práticas político-midiáticas da Caranguejo Uçá, de compartilhamento de textos, imagens e sons, além da articulação com artistas e produtores culturais da cidade, vêm se demonstrando como uma potente ferramenta de invenção e irradiação deste discurso sobre o território pesqueiro urbano. Vê-se esta organização da Ilha em um híbrido de lutas sociais por justiça ambiental, direito à cidade e à comunicação – evidenciando a complexidade social, geográfica e cultural na qual os ilhéus estão imersos. Por outro lado, o atual cenário político e econômico nacional acena para uma redução significativa de apoio e financiamento a organizações não-governamentais, demandando ao grupo novas estratégias para a captação de recursos internacionais, caso contrário, sob o forte risco de não haver possibilidades de continuação de seus trabalhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um imóvel, um edifício e uma casa nunca estão, propriamente falando, concluídos. Têm um futuro não conhecido pelo arquiteto, já que este depende do que farão os que o habitam. Têm igualmente uma morte. Assim como não há uma única leitura de um imóvel construído e, na literatura, o leitor pode se transformar em autor, aquele que habita um apartamento o transforma. São essas as relações que se dão entre o hábitat e o habitado (Laplantine, p.22, 2008).

Este trabalho de pesquisa entendeu que os habitats da cidade são também constituídos por percepções individuais e coletivas, por construções sociais de valores e significados sobre eles. Entendeu que os atributos de um lugar devem ser avaliados não apenas por sua estrutura construída, mas também pela “atmosfera” que ele é capaz de concentrar. Viu-se ainda que habitar um lugar é atribuir-lhe significados, interpretações e representações, por sua vez, habitar um lugar é poder inventá-lo. Neste caminho, a dissertação apresentou uma descrição e análise de práticas midiáticas e formações discursivas elaborados sobre a Ilha de Deus a partir de dois sujeitos do discurso - a *grande mídia* (meios corporativos de comunicação em massa) e a *mídia independente* (organizações locais e produtores independentes da cidade).

Iniciando o trabalho por uma problematização acerca de certos ordenamentos discursivos e significados que a pobreza urbana assumiu no Recife, destacando ainda o papel das mídias de massa na construção e disseminação de um discurso estereotipado, e muitas vezes negativo, sobre o lugar do pobre na cidade. Ao final, reuniu quatro ordens de significados possíveis para estes tipos de assentamentos do Recife - mocambo, favela, comunidade e comunidade pesqueira. Em seguida, apresentou o caso da Ilha de Deus, comunidade pesqueira e área ZEIS localizada dentro do Parque dos Manguezais, zona sul do Recife. Viu-se, de uma maneira panorâmica, a transformação do saber social e urbano sobre esta comunidade, cuja história de pouco mais de 70 anos revela uma inusitada trajetória marcada pelos significados sociais negativos da pobreza urbana.

O marco de sua ocupação data da década de 1950, desenvolvendo-se inicialmente sob uma condição de invisibilidade ao cotidiano urbano, teve sua primeira menção no Diário de Pernambuco somente em 1968, quando já surge como a “Ilha *Sem Deus*”. Ao longo dos anos, seria recursivamente representada na grande mídia de maneira negativa, chegando a ser reconhecida como a “comunidade mais miserável que se construiu no Recife” (DP, 1984). Muda o seu nome para “Ilha *de Deus*” nos finais da década de 1980, período também marcado pela emergência de expressões de organização comunitária locais e uma crescente preocupação entre seus moradores por mudar a imagem da Ilha diante da cidade. Durante os anos 2000 começa a ter o reconhecimento

de sua identidade pesqueira e no ano de 2008 a Ilha é tomada como objeto do interesse da gestão do Estado de Pernambuco, chefiada pelo ex-governador Eduardo Campos (PSB). Recebe um audacioso projeto piloto de urbanização de assentamentos informais, sob um modelo de planejamento estratégico e intervenção urbana integrada à questão social e ambiental. Atualmente, a Ilha vem sendo apresentada na grande mídia como um ativo turístico da cidade e parte do roteiro oficial da Prefeitura do Recife, figurando suas campanhas de incentivo ao “turismo criativo”. Ao mesmo tempo, a comunidade é reconhecida por sua história de luta social e conquista de direitos, assumindo um importante papel de liderança junto a outras comunidade pesqueiras em uma campanha pela demarcação e regularização fundiária do território pesqueiro da cidade.

Visto a sinuosa mudança na forma como a Ilha é tratada nos enunciados midiáticos, o trabalho lançou como objetivo principal da pesquisa uma investigação acerca das condições de existência que possibilitaram a emergência da atual imagem turística e politizada da comunidade. Para incidir sobre essa problemática, tomou-se como base teórico-analítica o pensamento *foucaultiano* - especialmente contido em sua fase arqueológica, que tem na obra “A Arqueologia do Saber” (2016) a sua maior expressão. Michel Foucault (2016) definiu a arqueologia como o procedimento de descrição dos acontecimentos discursivos que preocupa-se em compreender um dado processo de cristalização de um conhecimento ou de uma verdade. Para dar suporte à arqueologia do filósofo, levantou-se importantes noções conceituais neste trabalho, tomadas como ferramentas analíticas: *enunciados*, unidades elementares dos discursos; *Funções enunciativas*, que indicam como agem os enunciados e o que eles enunciam; *Regras de formação*, que são as condições apriorísticas para a existência dos enunciados; e *Formação discursiva*, trata-se de um grande conjunto de enunciados que formam um único sistema de Formação - o Discurso. A última ferramenta arqueológica utilizada no trabalho é o *Arquivo*, que é “antes de tudo, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (idem, 2016, p.170).

O arquivo desta pesquisa reuniu 101 documentos (ver *apêndice*) e os organizou a partir de duas posições discursivas possíveis: *i. a grande mídia* e *ii. mídia independente*; traçando um recorte temporal da década de 1950 até o ano de 2019. Para compor a *grande mídia*, o arquivo reuniu matérias escritas e vídeo-reportagens dos principais veículos de comunicação da cidade - entre eles: Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio e Folha de Pernambuco. Para a *mídia independente*, reuniu postagens de conteúdo na internet e produções audiovisuais de organizações da Ilha (Caranguejo Uçá e Saber Viver) e de realizadores independentes da cidade.

O procedimento de descrição e análise dos documentos do arquivo resultou na identificação de um número total de 60 enunciados (página 91). Por sua vez, identificou-se três agrupamentos: *i.* os enunciados identificados somente na grande mídia; *ii.* posicionados tanto na grande mídia quanto na mídia independente; e *iii.* os encontrados somente na mídia independente. Este entrecruzamento dos enunciados foi percebido enquanto uma evidência de certos interesses e práticas discursivas comuns entre os dois sujeitos do discurso. Por sua vez, notou-se ainda 11 funções enunciativas, regidas por 5 regras de formação que estruturam dois grandes sistemas de formações discursivas sobre a Ilha de Deus.

A primeira formação, “Ilha de Deus, uma comunidade pobre”, dá conta de um discurso que limita a existência da Ilha aos significados da pobreza urbana. Se exerce por regras de formação que impuseram à Ilha um longo período de invisibilidade, desqualificação e silenciamento da voz dos sujeitos locais. Constituída por dois ordenamentos discursivos menores - o “discurso do mocambo-favela” e o “discurso da comunidade em transformação” -, que, em uma primeira, vista aparentaram uma ruptura no discurso sobre a Ilha, mas foram percebidos no decorrer da análise enquanto regularidade de um mesmo “regime de verdade” (Foucault, 2016) sobre a pobreza urbana. Principalmente formado por enunciados encontrados na grande mídia, viu-se um discurso onde o morador da Ilha segue assujeitado à condição e aos significados da pobreza, que lhes toma o poder de saber sobre si e o encerra enquanto sujeito carente de mediadores políticos, econômicos, sociais e simbólicos.

Nesta mesma formação discursiva, atentou-se para certas condições de existência que permitiram tanto o processo de urbanização da Ilha, quanto a ativação do turismo no local. Observou o interesse político governante da época em promover a urbanização da Ilha e posteriormente representá-la como uma experiência modelo de urbanização de assentamentos informais. O que serviu tanto para associar a imagem da gestão PSB no Estado a uma gestão urbana eficiente e estratégica, quanto para “propagandear” uma experiência de intervenção em assentamentos informais superior ao de gestões passadas. A promoção do turismo na Ilha, constituída inicialmente através de uma articulação política local, foi prontamente abraçada pelo poder governante, interessado em valorizar os usos econômicos do espaço e divulgar a imagem da Ilha como legado de sua gestão.

Já a segunda formação discursiva, “Ilha de Deus, um território pesqueiro”, revela um tempo de rupturas no discurso sobre o lugar da pobreza e de tomada da palavra pelos sujeitos da Ilha. Nesta formação, principalmente encontrada nos enunciados da mídia independente e da organização local Caranguejo Uçá, viu-se a construção de um discurso sobre o pescador urbano que pouco se

parece com a representação do morador pobre dos mangues recifenses. Apropriando-se de distintas tecnologias de comunicação - rádio, televisão, internet, fotografia e cinema -, buscam a restituição de uma identidade pesqueira para a Ilha de Deus baseada em um *ethos* próprio aos pescadores artesanais, seus enunciados dão conta de conhecimentos profundos de uma “cidade líquida”. As funções enunciativas evidenciam a cidade de um ponto de vista da “maré” para o asfalto, denunciam o drama ecológico dos rios da capital e suas populações ribeirinhas, que padecem a cada dia devido a sucessivas cargas de poluentes, assoreamentos, canalizações e destruições de zonas de mangue.

Nesse sistema de formação, há um apelo forte pela regularização fundiária de um território pesqueiro na cidade. Vê-se o protagonismo político da comunidade da Ilha de Deus, especialmente de sua organização Caranguejo Uçá, na construção de uma rede com outras onze comunidades de tradição pesqueira do Recife. Ainda, a campanha pela regularização do território pesqueiro ganha a cada dia o endosso de entidades religiosas, organizações sociais, pesquisadores acadêmicos e políticos locais, revelando a formação de um crescente consenso quanto a existência de um território pesqueiro no Recife. Não obstante, o reconhecimento da tradição cultural e da identidade pesqueira destas comunidades colocam em dúvida certas normativas urbanas e zoneamentos sócio-políticos da cidade. Como pensar as políticas de educação, saúde e formação profissional para estas comunidades de tradição pesqueira na cidade? Em que medida a regulação das ZEIS contribui e impede a emergência de suas condições sócio-culturais particulares?

Ainda há uma última questão que surge à vista, perpassada pelo crescente interesse por revalorização paisagística dos rios e mangues da “cidade estuário”, são os processos já em curso de transformação dos usos sociais e econômicos das paisagens aquáticas – a exemplo de projetos de desenvolvimento elitistas e exclusivistas observados cada vez mais próximos ao Parque dos Manguezais. Nesta dinâmica, veem-se, em um futuro não tão distante, condições para a emergência de novos conflitos urbanos e fundiários, desta vez pautados pela territorialidade dessas populações pesqueiras remanescentes da cidade, em confronto com o modelo mercadológico de renovação urbana dos rios, mangues e estuários do Recife.

Ao final do trabalho, resultou eficaz o uso da análise arqueológica do discurso para uma abordagem panorâmica sobre as formações discursiva em torno da Ilha de Deus. Limitando-se ao campo midiático, foi possível uma compreensão preliminar dos significados relacionados à pobreza urbana, que a Ilha de Deus assumiu midiaticamente ao longo de sua trajetória. Ao mesmo tempo, também foi possível entender certas condições de existência que permitiram a emergência de determinados discursos midiáticos sobre a comunidade, que cada vez mais é reconhecida como um

lugar turístico e de resistência da cidade. Todavia, o trabalho deixa ainda algumas lacunas evidentes.

Uma primeira lacuna toca a questão das materialidades dos discursos midiáticos; quais foram os efeitos provocados no cotidiano da comunidade quando ela era reconhecida como “um dos mocambos/favelas mais problemáticos da cidade”? Ao mesmo tempo, em que medida os ilhéus podem se auto-representar como “um território pesqueiro” traz melhorias às condições de vida local? Fez falta a esta pesquisa um trabalho de campo mais extenso, com entrevistas e informantes-chaves, onde se poderia atentar com maior detalhamento para o domínio do discurso midiático presente no cotidiano da Ilha de Deus e de seus sujeitos.

Uma segunda lacuna se deu pela ausência de uma atenção aos discursos técnicos presentes na elaboração de leis e normativas urbanas, políticas habitacionais da cidade e no projeto de urbanização da Ilha. O trabalho, que limitou o recorte de análise sobre a realidade da Ilha a partir do campo midiático, acabou deixando de lado o domínio do campo técnico, que poderia trazer importantes elementos para os resultados da pesquisa. Ainda que tenha sido o interesse inicial que moveu a pesquisa - uma busca por entender a cidade a partir de seus meios de comunicação -, ficou evidente no curso do trabalho que os discursos e os significados negativos sobre a pobreza urbana se estendem por diversos campos de saber, estando presentes não apenas no campo midiático, mas também no campo técnico, acadêmico, religioso, político, artístico *etc.*

A última lacuna se deu pela árdua tarefa em construir, adaptar e aplicar o modelo de análise do discurso escolhido. Tratando-se da primeira aproximação deste autor ao pensamento de Michel Foucault, caracterizado pelo uso de um vocabulário próprio e um modelo de pensar crítico bastante particular, ocorreram vários momentos de insegurança quanto ao uso e adaptação de suas ferramentas analíticas, que por sua vez podem ter deixado fios soltos na construção e análise dos dados. Por sua vez, esta dissertação traz a consciência de que não esgotou as possibilidades de aplicação da análise arqueológica do discurso nos estudos sobre a cidade e suas populações.

De maneira secundária, a dissertação espera ter reunido contribuições a estudos interessados em abordar a cidade a partir de sua dimensão cultural, de suas práticas discursivas e os modos de significação de seus sujeitos cidadãos, sendo a questão da “cultura” não a finalidade da análise em si, mas o meio de perceber os processos criativos e as práticas discursivas que dão sentidos aos contextos urbanos. Algo que serve não somente para a análise de manifestações “marginais”, mas também para o próprio modo como certo imaginário hegemônico (e normativo) sobre a “metrópole” é construído (Agier, p. 148, 2009).

Quando tomou-se como objeto da pesquisa uma comunidade pesqueira que vive, de alguma maneira marginalizada na cidade, a analítica entendeu as práticas discursivas destes sujeitos da margem enquanto atos de resistência. E tais resistências, ao serem apreendidas pelo olhar atento do pesquisador, tornam possível perceber a existência de outra “cidade” que, ao florescer onde menos se espera, parece uma espécie de “espelho invertido da globalização” (Agier, p. 532, 2009). São essas “resistências”, convertidas em apropriações técnicas, éticas e estéticas pelos sujeitos citadinos em suas variadas formas e contextos, que oferecem as condições de existência para os novos tipos de territorialidade que emergem na cidade. Ao final, esta pesquisa - que abdicou de “grandes narrativas universais” que tecem a “história oficial” sobre as cidades, em detrimento de micro realidades urbanas em resistência através de seus saberes e fazeres -, espera, de alguma maneira, também ter contribuído com a crescente demanda da comunidade da Ilha de Deus em restituir suas memórias, narrativas e espacialidade na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel. **Do direito à cidade ao fazer-cidade**: o antropólogo, a margem e o centro. Revista MANA 21(3): 483-498: São Paulo, 2015.
- AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações e movimentos. Tradução de Graça Índias Cordeiro. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011 [2009].
- BASTOS, Antônio F.; MELLO, Sérgio C. **Desafiando a vocação da metrópole**: uma análise dos discursos presentes nas disputas pelo uso da Avenida Paulista na cidade de São Paulo. Entremeios: Revista de Estudos do Discurso, v.16, jan-jun, Pouso Alegre: 2018.
- BENTO, Eloiza da Silva. **Aspectos etnoecológicos da carcinicultura no Parque dos Manguezais e Ilha de Deus**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente: Recife, 2012.
- BEZERRA, Leila M. **Sentidos da pobreza e do viver em territórios estigmatizados**: versões de moradores do Grande Bom Jardim em Fortaleza-CE. Anais IV Jornada Internacional de Políticas Públicas: São Luis, 2011.
- BIRMAN, Patrícia. **Favela é comunidade?** In: Machado da Silva, L. A. (org). Vida sob cerco: Violência e Rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro: 2008.
- BOMFIM, Filomena; LIMA, Ana. **A implementação da Aldeia Global de McLuhan no século XXI**: a Educomunicação como ambiente sustentável de aprendizagem. Anais Congresso PENSACOM BRASIL: São Paulo, 2016.
- CALLOU, Angelo; SANTOS, Maria. **Cotidiano e Comunicação na Comunidade Pesqueira da Ilha de Deus**. Natal-RN: Anais do XXXI Intercom, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação. São Paulo: editora Paz e Terra, 2009.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Editora Autêntica, Belo Horizontes, 2009.
- CASTRO, Josué. **Homens e Caranguejos**. 2005
- CASTRO, Josué. **Documentário do Nordeste**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1968.
- CÉZAR, Maria do Céu. **As organizações populares do Recife**: trajetória e articulação política (1955-1964). FUNDAJ: Caderno de Estudos Sociais, v. I n.2. p. 161-182, jul/dez.: Recife, 1985.

- DE LA MORA, Luis. **Conclusões e Encaminhamentos da Conferência “Rural Migration, Urban Renew and Slum Clearance”**. Recife: PPGDU, 2013.
- FECHINE, Yvana. **Espaço urbano, televisão, interação**. In: Imagens da Cidade, org.: PRYSTON, Angela. Rio Grande do Sul: editora Sulina, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Editora Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Editora Loyola: São Paulo, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **De espaços outros**. Revista Estudos Avançados. Estud. av. vol.27 no.79 São Paulo, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FRANCISCO, Thiago P. **Habitação popular, reforma urbana e periferização no Recife, 1920 – 1945**. Dissertação em História, UFPE. Recife: 2013.
- FREIRE, Leticia. **Favela, bairro ou comunidade?** Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, p.95-113: Rio de Janeiro, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo, José Olympio, 1936.
- FREYRE, Gilberto. **Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o typo de casa popular mais primitivo do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1937 (publicações do SPHAN, n.º 1).
- GIACOMONI, M.; VARGAS, A. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. **Revista Veredas - análise do discurso**. Edição 2/2010, p.119-129. PPG Linguística/UFJF - Juiz de Fora, 2010.
- GURGEL, Wellington. **A Ilha de Deus e os caranguejos que falam**. 1a edição, Olinda: Livro Rápido, Olinda, 2010.
- LA ROCCA, Fabio. **A metrópole como mídia**. In: LEITÃO, Lúcia; LEITE, Julieta. Discutindo o imaginário: olhares multidisciplinares. Editora UFPE. Recife, 2015.

- LAPLANTINE, François. **Arquitetura e Antropologia**. In: DUARTE, C.; VILLANOVA, R. Novos olhares sobre o lugar: ferramentas e metodologias, da arquitetura à antropologia. FAPERJ, Rio de Janeiro, 2013.
- LEÃO, André M.; FERREIRA, Bruno R.; GOMES, Victor P. **Um “elefante branco” nas dunas de Natal?** Uma análise pós-desenvolvimentista dos discursos acerca da construção da Arena das Dunas. *Revista Administração Pública* 50 (4): 659-687. jun/ago. Rio de Janeiro, 2016.
- LEEDS, Elizabeth. **Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democracia em nível local**. In: ZALUAR, A; ALVITO, M. (orgs.). Um século de favela. Editora FGV: 5a ed., Rio de Janeiro, 2006 [1998].
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na Era da Informação**. trad.: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- LIMA, Junia M. F. **Dispositivo urbano: entre a governamentalidade e a resistência**. Tese de Doutorado/UFGM: Belo Horizonte, 2017.
- LIMA, Marcos. **A ética e a caixa de ferramentas**. In: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n.25, p. 152-161, abril de 1999.
- LIMA, Victor H. **O conhecimento tradicional e os saberes locais em comunidades costeiras: um estudo de caso da Ilha de Deus em Recife**. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) - UFRPE. Recife, 2009.
- LIRA, José T. **A construção discursiva da casa popular no Recife (década de 30)**. *Revista Análise Social*, VOL. . XXIX (127), 3º, p.733-753: São Paulo, 1994.
- LIRA, José T. **Mocambo e cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado**. Tese de doutorado: Arquitetura e Urbanismo da USP, 1997.
- MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber - a trajetória da Arqueologia de Foucault**. Edições Graal: Rio de Janeiro, 1981.
- MARICATO, E.; ARANTES, O; VAINER, C. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 2000.
- MARTINS, Ananda M. **Rede de Resistência Solidária: resistência e cotidiano na luta pelo direito à cidade em Recife-PE**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UnB. Brasília, 2009.

- MARTINS, Ananda M. **De Ilha Sem Deus a Ilha de Deus**: um lugar “esquecido”, mas que se faz lembrar pelas mobilizações sócio-espaciais. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Geografia, UFPE: Recife, 2006.
- MARTINS, A. M.; CASTILHO, C. M.; SILVA, H. P. **O processo de adensamento populacional em áreas de manguezais**: o caso específico da Ilha de Deus, Recife – PE, numa perspectiva de análise que tenta ultrapassar o nível quantitativo. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XV, Belo Horizonte, 2006.
- MCLUHAN, Marshal. **Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem**. Editora Cultrix: São Paulo [1964], 1969.
- MORAES, Dênis. **Mídia e globalização neoliberal**. In Revista Contraponto. n. 07 (2002): Dossiê Tecnologias: UFF, Niterói, 2002.
- MORAES, Felipe M.. **A qualidade da participação popular no desenvolvimento urbano da ZEIS Ilha de Deus**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - UFPE. Recife, 2017.
- MORAES, Ivan. **Recife morada de peixe**: relatório de pesquisa sobre a pesca artesanal na Ilha de Deus. Facebook, 22 de novembro de 2019. Disponível em <<https://www.facebook.com/ivanmoraesoficial/videos/564301547681044/>>. Acesso em: 17 mar. 17.
- MORAES, Renata. **O lar e a ordem**: moradia e cotidiano doméstico no Recife durante o Estado Novo (1937-1945). Dissertação História, UFPE: Recife, 2013.
- PONTUAL, Virgínia P. **Tempos do Recife**: representações culturais e configurações urbanas. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 42, p. 417-434. 2001.
- PRYSTON, Angela (org.). **Imagens da Cidade**: espaços urbanos na comunicação e cultura contemporâneas. Editora Sulina. Porto Alegre, 2019.
- RAMALHO, Cristiano. **A formação histórica da pesca artesanal**: origens de uma cultura do trabalho apoiada no sentimento de arte e liberdade. Caderno de Estudos Sociais: v. 24, nº 2, p. 261-285: Recife, 2008.
- REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos essenciais. Editora Claraluz: São Carlos, 2005.
- SANTOS, Jouberte.; MELLO, Sérgio. **Um olhar arqueológico dos discursos em torno dos Grandes Projetos Urbanos (GPUs)**: o caso do Projeto Novo Recife. Revista Geografia e Ordenamento do Território (GOT), nº13, jun Portugal, 2018.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. Editora EDUSP: São Paulo, 2009.

SILVA, B.; CORREIA, E.; PEDROSA, I. **Desenvolvimento periférico**: uma análise da intervenção do Estado ocorrida na comunidade Ilha de Deus, Pernambuco, Brasil. 89o. ENPECON, 2014.

SOUSA, Teresa C. V. de. **Interface entre racismo e meio ambiente na configuração sócio-espacial da Ilha de Deus em Recife**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE, 2011.

SOUZA, M.; MOREIRA, C. **Ilha de Deus no Recife – Brasil**: Um caso emblemático do direito à moradia conquistado em área de risco legalmente preservada, 2017. Disponível em: <<<http://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/09/MOREIRA-SOUZA-ILHA-DE-DEUS.pdf>>> Acesso em 30/09/2018.

SOUZA, Marcelo L. **A prisão e a ágora**: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUSA, Teresa C. **Interface entre racismo e meio ambiente na configuração sócio-espacial da Ilha de Deus em Recife**. Tese de Doutorado em Serviço Social - UFPE. Recife, 2011.

VALLADARES, Lícia. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. 7a ed. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2018.

VALLADARES, Lícia. **Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil** In: BOSCHI, R. R. (org). Corporativismo e desigualdade: A construção do espaço público no Brasil. Iuperj: Rio de Janeiro, 1991.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. Editora FAPESP, São Paulo: 2001.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ZALUAR, A.; ALVITO, M. (orgs.). **Um século de favela**. Editora FGV, 5a ed. 2006.

APÊNDICE

1. Lista de referências do arquivo midiático

1960 - 1969	
1.	CLUBES de serviço: Rotary Club do Recife - Largo da Paz. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 24, 22 de dezembro de 1968.
2.	CASA da amizade deu posse a nova diretoria. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 33, 13 de julho de 1969.
1970-1979	
3.	BACIA do Capibaribe é normal mas ainda chove. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 1, 22 de julho de 1973.
4.	GUIMARÃES, Ana maria. Você conhece a Ilha Sem Deus?. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 28, 4 de junho de 1976.
5.	AFOGADOS casal e um filho. Diário de Pernambuco , Recife, p. 15, 30 de julho de 1977.
6.	JOSUÉ Pinto condena o plano de lazer em favor de moradores do Recife. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 3, 3 de agosto de 1977.
7.	MATOS, Potiguar. Às crianças excedentes. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 11, 14 de outubro de 1977.
8.	COMERCIÁRIO que matou vizinho é levado à prisão. Diário de Pernambuco , Recife, pg.? 16 de julho de 1978a.
9.	URB faz campanha social. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 6, 3 de novembro de 1978b.
10.	FEDERAIS prendem contrabandistas. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 15, 19 de maio de 1979a.
11.	CONTRABANDISTA é solto por ordem de juiz federal. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 27, 3 de junho de 1979b.
12.	GOVERNO erradica 200 mil favelados. Diário de Pernambuco , Recife, pg.18, 12 de agosto de 1979c.
13.	ILHA sem Deus foco de tensão. Diário de Pernambuco , Recife, pg.?? 23 de agosto de 1979e.
14.	GOVERNO erradica alagados. Diário de Pernambuco , Recife, pg.??, 23 de setembro de 1979f.
1980 - 1989	
15.	APANHO do amante. Diário de Pernambuco , Recife, pg.? , janeiro de 1980a.
16.	PROJETO legaliza terrenos. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 8, 7 de março de 1980b.
17.	FAVELAS são urbanizadas. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 5, 8 de março de 1980c.
18.	HABITAÇÃO e Urb têm convênio para programa de lotes. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 10, 10 de março de 1980d.
19.	ZONA sul tem 273 postos antipólio. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 12, 3 de junho de 1980e.
20.	ZONA norte tem 180 postos de vacinação. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 9, 5 de junho de 1980f.
21.	AQUI, os 741 postos antipólio do Recife. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 8, 14 de junho de 1980g.
22.	MEDO de vacina ainda é tabu entre pobres. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 07, 15 de junho de 1980h.

23.	DEU na amante. Diário de Pernambuco , Recife, 16 de junho de 1981a.
24.	ESCOLA santo antônio - Ilha Sem Deus - Imbiribeira. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 15, 13 de agosto de 1981b.
25.	AQUI, relação dos postos de vacinação. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 10, 24 de outubro de 1981c.
26.	VIOLÊNCIA marcou dia santificado. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 21, 11 de abril de 1982a.
27.	DH apura duplo homicídio ocorrido na Imbiribeira. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 19, 13 de abril de 1982b.
28.	ILHA sem Deus é imunizada. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 9, 15 de agosto de 1982c.
29.	IGREJA e Estado. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 8, 28 de setembro de 1982d.
30.	GOLPES de cacete. Diário de Pernambuco , Recife, 19 de outubro de 1982e.
31.	OPERÁRIO se mata. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 15, 28 de outubro de 1982f.
32.	PREFEITO inaugura creche. Diário de Pernambuco , Recife, pp.? 23 de janeiro de 1983a.
33.	CLASSIFICADOS junta comercial - Panificadora e pastelaria Ilha de Santo Antonio Imbiribeira. Diário de Pernambuco , 10 de março de 1983b.
34.	MARGINAIIS. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 8, 3 de maio de 1983c.
35.	FLAGRANTES. Diário de Pernambuco , 19 de maio de 1983d.
36.	ONDE vacinar seu filho contra pólio. Diário de Pernambuco , 10 de junho de 1983e.
37.	BAIRRO pobre disporá de energia elétrica até o final do ano. Diário de Pernambuco , Recife, pg.?, outubro de 1983f.
38.	GOVERNADOR concede capital de giro às colônias de pesca. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 10, 17 de novembro de 1983g.
39.	MENINO pobre. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 6, 24 de dezembro de 1983h.
40.	SUDEPE legaliza famílias que vivem somente da pesca. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 4, 4 de janeiro de 1984a.
41.	ILHA sem Deus. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 6, 5 de janeiro de 1984b.
42.	LAVRA, frei Carmelo. A Ilha e a Ordem. Diário de Pernambuco , janeiro de 1984c.
43.	O NOME da ilha. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 6, 3 de fevereiro de 1984d.
44.	MASSANGANO não recebia governador há trinta anos. Diário de Pernambuco , Recife, pg. 8, 6 de fevereiro de 1984e.
1990-1999	

2000 - 2009	
45.	PADRASTO é suspeito de estupro e morte – Imbiribeira. Diário de Pernambuco , Recife, 20 de outubro de 2005.

46.	MALTA, Oscar. Quando a maré encher. Documentário , Recife, 32' min, 2006.
47.	EDUARDO Campos repete gesto de Lula e visita favela. O Estado de S. Paulo , São Paulo, 01 de março de 2007.
48.	ILHA de Deus sofre com precariedade. Folha PE digital . 20 de maio de 2007a.
49.	ILHA de Deus: ainda faltam investimentos. Folha PE digital . 27 de maio de 2007b.
50.	MORADORES agem para preservar manguezal da Ilha de Deus. JC Online , 06 de junho de 2007a.
51.	MANIFESTO em defesa do meio ambiente e dos direitos sociais de todos os pescadores! A.C. Caranguejo Uçá , Publicação de carta manifesto em <i>blog</i> . 17 de agosto de 2007. Disponível: << http://caranguejouca.blogspot.com/2007/ >> Acesso em 13 janeiro de 2020.
52.	BARQUEATA denuncia poluição dos rios do Recife. Diário de Pernambuco , 20 de agosto de 2007.
53.	ENTIDADES promovem ato no capibaribe. Folha de Pernambuco , 20 de agosto de 2007c.
54.	BARQUEATA protesta contra poluição dos rios no Recife. JC Online . 20 de agosto de 2007b.
55.	PESCADORES cobram despoluição dos rios. Folha PE digital , 21 de agosto de 2007c.
56.	LIXO pescado em rio é levado para frente do Palácio. JC Online , 21 de agosto de 2007c.
57.	RÁDIOS comunitárias sem a nossa voz não há democracia. A.C. Caranguejo Uçá , publicação de notícia em <i>blog</i> . 26 de abril de 2008a. Disponível em: << http://caranguejouca.blogspot.com/2008/04/rdios-comunitarias-sem-nossa-voz-no-h_429.html >> Acesso em 13 de janeiro de 2020.
58.	MOVIMENTO dos pescadores, um misto de indignação e resistência! A.C. Caranguejo Uçá , postagem de notícia em <i>blog</i> . 10 de julho de 2008b. Disponível em: << http://caranguejouca.blogspot.com/2008/07/movimento-dos-pescadores-um-misto.html >> Acesso em 13 de janeiro de 2020.
59.	FERRY, Mauricio. PESCADORES: Compesa polui rios. Folha de Pernambuco . 18 de julho de 2008.
60.	LOPES, Duda. Mecânica Sentença. Documentário (7'22"), Recife, 2008. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5gW9easWC68 >> Acesso em 13 de janeiro de 2020.
61.	ASSUMPÇÃO, Michelle. ILHA de Deus pensa grande. Diário de Pernambuco . Recife, 22 de setembro de 2008.
62.	FREIRE, Wilson. "Pela Vida... Pelo tempo". Filme (1:20"), Recife, 28 de janeiro de 2009 Disponível em: << https://vimeo.com/156727871 >> Acesso em 13 de janeiro de 2020.
63.	EDUARDO e João da Costa inauguram ponte na Ilha de Deus. Blog de Jamildo. Jornal do Comércio , dezembro de 2009.
2010 - 2019	
64.	VIVEIROS da Ilha de Deus - uma questão social. Video-jornalismo (18'33"). Saber Viver , 2010. Disponível em: << https://www.youtube.com/watch?v=jfSU0TpjY0&list=PL3pMeL5oTB_3m-mxJMIJ2DRRPaCdM1296&index=13&t=60s >> Acesso em 13 de janeiro de 2020.
65.	HOMEM é assassinado na Ilha de Deus. Jornal do Comércio . Julho de 2011a.

66.	LOURENÇO, Luiz. Ilha de deus - Território em Transformação. Documentário (prod. Caranguejo Uçá) , 2011. Disponível em: << http://caranguejouca.blogspot.com/2014/02/ilha-de-deusterritorio-em-transformacao.html >> Acesso em 13 de janeiro de 2020.
67.	PERIFERIA - Ilha de Deus. Vídeo-reportagem. O povo na TV. TV Jornal , 18 de agosto de 2011. Disponível em: << https://www.youtube.com/watch?v=doZW8MICXLO&list=PL3pMeL5oTB_3m-mxJMIJ2DRRPaCdM1296&index=11 >> Acesso em 13 de janeiro de 2020.
68.	NOVAS habitações de moradores da Ilha de Deus acumulam problemas. Jornal do Comércio . Recife, novembro de 2011b.
69.	O PAI do mangue. Filme ficcional (18'10"). A.C. Caranguejo Uçá , Recife, 2012. Disponível em: << https://www.youtube.com/watch?v=Y8O_ZKtKo20&list=PL3pMeL5oTB_3m-mxJMIJ2DRRPaCdM1296&index=6&t=86s >> Acesso em 13 de janeiro de 2020.
70.	ILHA de Deus. Vídeo-documental (Parte 1: 6'06") A.C. Caranguejo Uçá . 28 fevereiro 2014. Disponível em: << https://www.youtube.com/watch?v=6pA4b65sywY >> Acesso em 13 de janeiro de 2020.
71.	PESCADORES de ilha urbanizada por Campos ficam atordoados com morte. Folha de S. Paulo . Agosto de 2014.
72.	EDUARDO Campos - Um triste Adeus da Ilha de Deus. Vídeo-jornalismo (6'39"). Saber Viver , 2014. Disponível em: << https://www.youtube.com/watch?v=tChTvDh4I6Q&list=PL3pMeL5oTB_3m-mxJMIJ2DRRPaCdM1296&index=16 >> Acesso em 13 de janeiro de 2020.
73.	A ILHA de Deus, dos camarões, dos mariscos, dos homens e das mulheres. Diário de Pernambuco , reportagem <i>online</i> . Dezembro de 2014a.
74.	COTIDIANO dos pescadores de camarão e sururu na Ilha de Deus. Diário de Pernambuco , Vídeo-reportagem (5'17"). 27 de dezembro de 2014b. Disponível: << https://www.youtube.com/watch?v=TZkutWt6u_s&list=PL3pMeL5oTB_3m-mxJMIJ2DRRPaCdM1296&index=15 >> Acesso em 13 de janeiro de 2020.
75.	PEIXE-BOI aparece na Ilha de Deus e chama atenção da comunidade. Jornal do Comércio , reportagem <i>online</i> . Recife, julho de 2015.
76.	VIVEIROS de camarão na Ilha de Deus em xeque. Jornal do Comércio , reportagem <i>online</i> . Recife, novembro de 2015.
77.	ILHA de Deus sofre com paralisação de projeto. Jornal do Comércio , reportagem <i>online</i> . Recife, julho de 2016a.
78.	HISTÓRIA de luta da Ilha de Deus contra a poluição é tema de peça, no Recife. G1 Globo , reportagem <i>online</i> . Recife, agosto de 2016a.
79.	PASSEIO para desbravar a Ilha de Deus, comunidade pesqueira do Recife. Jornal do Comércio , reportagem <i>online</i> . Recife, setembro de 2016b.
80.	HOSTEL na Ilha de Deus atrai turistas estrangeiros. Jornal do Comércio , reportagem <i>online</i> . Recife, setembro de 2016c.
81.	JORNAL da maré - 1a temporada. Vídeo-jornalismo (5'05"). A.C. Caranguejo Uçá , vídeo-jornalismo postado em blog. Recife, 2016a. Disponível em: << https://www.youtube.com/watch?v=sFCZIFhHOjo >> Acesso em 13 de janeiro de 2020.
82.	ILHA de Deus entra no roteiro dos passeios de catamarã. Diário de Pernambuco , reportagem <i>online</i> . Recife, outubro de 2016.

83.	PROGRAMA Ciranda de Mulheres na Rádio Boca da Ilha. A.C. Caranguejo Uçá , reportagem publicada em <i>blog</i> . 30 de novembro de 2016b. Disponível em: << http://caranguejouca.blogspot.com/2016/11/programa-ciranda-de-mulheres-na-radio.html >> Acesso em 13 de janeiro de 2020.
84.	COMO um antigo esconderijo de criminosos se tornou exemplo de transformação social no Recife. BBC Brasil , reportagem <i>online</i> . São Paulo, dezembro de 2016.
85.	PASSEIO pela Ilha de Deus mostra a turistas cotidiano da comunidade. G1 Globo , reportagem <i>online</i> . Recife, dezembro de 2016b.
86.	CONSTRUINDO Direitos e Caminhos para a Sustentabilidade. A.C. Caranguejo Uçá . Notícia publicada em <i>blog</i> . Recife, 20 de dezembro de 2016c. Disponível em: << http://caranguejouca.blogspot.com/2016/12/construindo-direitos-e-caminhos-para.html >> Acesso em 13 de janeiro de 2020
87.	O TURISMO Criativo na Ilha de Deus contribui com o desenvolvimento sustentável da comunidade. Saber Viver . Notícia publicada em <i>website</i> . Recife, 20 de abril de 2017. Disponível em: << http://www.centrosaberviver.org.br/turismo-comunitario/ >> Acesso em 13 de janeiro de 2019.
88.	DO mangue aos palcos internacionais. Diário de Pernambuco , reportagem textual. Recife, julho de 2017a.
89.	MUSEU irá contar história da comunidade da Ilha de Deus. Jornal do Comércio , reportagem textual. Recife, agosto de 2017.
90.	ENCONTRO de pescadores e pescadoras do Recife. Reportagem textual. A.C. Caranguejo Uçá , setembro de 2017a. Disponível em<< http://caranguejouca.blogspot.com/2017/09/encontro-de-pescadores-e-pescadoras-do.html >> Acesso em 13 de janeiro de 2020.
91.	CARTA do encontro dos pescadores e pescadoras do Recife: “Pescadoras e Pescadores na Luta em Defesa de Direitos e Territórios Pesqueiros Tradicionais”. A.C. Caranguejo Uçá . Recife, 20 de outubro de 2017b. Disponível em: << http://caranguejouca.blogspot.com/2017/10/carta-do-encontro-dos-pescadores-e.html >> Acesso em 13 de janeiro de 2020.
92.	No alvo de FBC, Paulo Câmara diz que não parou projeto na Ilha de Deus. Blog de Jamildo. Jornal do Comércio , reportagem textual <i>online</i> . Recife, janeiro de 2018a.
93.	Mulheres da Ilha de Deus viram musas inspiradoras de uma exposição. Marco Zero Conteúdo , reportagem textual <i>online</i> . Recife, janeiro de 2018.
94.	TERRITÓRIOS Pesqueiros: conexão em rede pelas águas. Reportagem textual. A.C. Caranguejo Uçá . Recife, 25 de julho de 2018a. Disponível em: << http://caranguejouca.blogspot.com/2018/07/territorios-pesqueiros-conexao-em-rede.html >> Acesso em 13/01/2020.
95.	CINE-DEBATE Clima e Territórios nas Comunidades Tradicionais Pesqueiras. Reportagem textual. A.C. Caranguejo Uçá . Recife, 01 outubro 2018b. Disponível em: << http://caranguejouca.blogspot.com/2018/10/clima-e-territorios-cine-debates-nas.html >> Acesso em 13/01/2020.
96.	MULHERES que revolucionaram a Ilha de Deus. Vídeo-reportagem (9’27”). Diário de Pernambuco , 20 de outubro de 2018.
97.	ANDRADE, Anna. Entremarés. Documentário (PE, 2018, 20’) , Recife, 2018. Disponível em: << https://vimeo.com/287057018 >> Acesso em 13/01/2020.
98.	RECIFE ganha plano de turismo criativo. Jornal do Comércio , Reportagem <i>online</i> . Recife, 08 de dezembro de 2018b.
99.	ESPECIAL Eduardo 50 anos. Diário de Pernambuco . Reportagem <i>online</i> . Recife, 06 de outubro de 2019.

100	O PROTAGONISMO da periferia. Folha de Pernambuco , reportagem impressa. Recife, 22 de setembro de 2019.
101	ILHA de Deus - Território pesqueiro. Vídeo-documentário (6'51"). A.C. Caranguejo Uçá . Recife, 2 de dezembro de 2019. Disponível em << https://www.youtube.com/watch?v=1OeX71_3zws&list=PL3pMeL5oTB_3m-mxJMIJ2DRRPaCdM1296&index=30&t=0s >> Acesso em 13 de janeiro de 2020.

2. Cronologia

Ano	Eventos sociais, políticos e urbanos relacionados	Marcos do desenvolvimento urbano da Ilha de Deus	Representações nas mídias e publicações
1927	Construção <i>Avenida Boa Viagem</i>		
1932	Fundação Agremiação Carnavalesca <i>Banhistas do Pina</i>		
1937	Golpe de Estado: <i>Getúlio Vargas</i> institui o Estado Novo <i>Agamenon Magalhães</i> torna-se interventor federal em Pernambuco (até 1945)		Primeira edição <i>Sobrados e Mocambos</i> de Gilberto Freyre
1938	Criação do <i>IBGE</i>		
1939	Agamenon Magalhães cria a <i>Liga Social Contra o Mocambo</i>		
1940	Inauguração <i>Aeroclube de Pernambuco</i> (bairro Pina)		
1946	Fundação <i>Universidade do Recife</i> - união de várias faculdades		
1947	Criação da <i>Fundação Casa Popular</i> (órgão federal anterior ao BNH)	Início ocupação do Areal Novo (posteriormente conhecido como <i>Brasília Teimosa</i>)	
1950		Início ocupação Ilha de Deus (sem registro preciso da data)	
1954	Inauguração <i>Hotel Boa Viagem</i> - de classe internacional Visita do <i>Padre Lebre</i> a Pernambuco		
1956			<i>Mapa cartográfico da cidade do Recife</i> (região da Ilha sem identificação)
1957	Inauguração Edifício Holiday (bairro Boa Viagem, zona sul do Recife)		
1958	Inauguração Aeroporto do Recife (bairro IPSEP, zona sul da cidade)		
1961	Criação do <i>Movimento de Cultura Popular</i> em Pernambuco		
1962	Fundação <i>Rotary Club do Recife</i> - Largo da Paz (bairro Afogados)		

1964	Golpe de Estado: ditadura civil-militar Dom Helder Câmara designado Arcebispo de Olinda e Recife Criação do BNH		
1967			Primeira edição <i>Homens e Caranguejos</i> de Josué de Castro
1968	Criação <i>Comissão Pastoral dos Pescadores - CPP</i> em Olinda-PE		Primeira referência a “Ilha sem Deus” em matéria no Diário de Pernambuco
1969	Instalação da <i>Comissão de Justiça e Paz</i> em Recife e Olinda	Chegada da Ordem Terceira do Carmo à Ilha de Deus	
1970	Inauguração <i>Estádio Geraldão</i> (bairro Imbiribeira)		
1973	Fundação da autarquia de <i>Urbanização do Recife (URB)</i>		
1974			Primeiro mapeamento foto-aéreo da ocupação da Ilha (atual agência Condepe/Fidem)
1976	Fundação do MDU/UFPE		Matéria jornal “Você conhece a Ilha sem Deus?” no Diário de Pernambuco
1979	Criação pelo BNH do <i>Promorar</i> Fundação da União dos Moradores do Pina		Matéria jornal “Governo erradica 200 mil favelados” no Diário de Pernambuco
1980	Inauguração <i>Shopping Center Recife</i> (bairro de Boa Viagem)		
1982	Fundação Centro Educacional Profissionalizante do Flau - Brasília Teimosa		
1983	Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife - identificação e institucionalização de 27 assentamentos baixa-renda como ZEIS	Inauguração Escola comunitária Saber Viver (Ilha de Deus) Instalação Rede Elétrica na Ilha pelo governador Roberto Magalhães - custo C\$18 milhões de cruzeiros Percepção ambiental local: abrupto aumento de poluentes e lixo no manguezal do Pina	
1984	Campanha política pelo retorno das eleições (Diretas já)		Matéria jornal “A Ilha e a Ordem” (nota da Ordem Terceira do Carmo rechaçando a nomeação de “Ilha sem Deus”) no Diário de Pernambuco
1985	Criação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana	Chegada do <i>Frei Beda</i> à Ilha de Deus	
1986	Projeto Prefeitura nos Bairros em Recife	Construção ponte de madeira na Ilha de Deus - ligando a ilha ao continente	
1987	Eleição de <i>Miguel Arraes</i> (PSB) ao governo de Pernambuco Criação do Plano de		

	Regularização das ZEIS – PREZEIS no Recife		
1988	Nova constituição federal - “A constituição cidadã”	Início da <i>Carcinicultura</i> na Ilha de Deus	
1991	1º Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife		
1992	Início do turismo em favela na Rocinha - Rio de Janeiro		Primeiro Manifesto Manguebeat - “Caranguejos com cérebro”
1994			Lançamento “Da Lama ao Caos” (primeiro disco Chico Science e Nação Zumbi) - gravação de clipe na Ilha de Deus
1995		Ilha de Deus identificada como ZEIS Construção de 65 casas de alvenaria na Ilha de Deus através de recursos angariados por frei Beda	
1996		Criação do <i>Parque dos Manguezais</i> (ZEPA) - e regulamentação em 2010	
1998	Início construção Linha Sul metrô do Recife (trecho Recife-Imbiribeira)		
2001	Eleição de João Paulo (PT) à prefeitura do Recife Incorporação “Lei das ZEIS” ao Estatuto das Cidades Início do Orçamento Participativo no Recife	Criação da Rádio Comunitária “Boca da Ilha” na Ilha de Deus	
2002	Eleição de Lula (PT) à presidência da República	Criação Ação Comunitária Caranguejo Uçá (Ilha de Deus)	Lançamento filme <i>Cidade de Deus</i> (dir. Fernando Meirelles)
2003	Programa “Recife sem Palafitas” - parceria prefeitura e Ministério das Cidades	Criação da <i>Associação de Criadores de Camarão da Ilha de Deus</i> (ACCID)	Primeiro TCC (Arq/UFPE) sobre a Ilha de Deus: “projeto de urbanização”(tema)
2006		Primeira visita de Eduardo Campos (governador) à Ilha de Deus Primeiro Brechó Cultural da Ilha de Deus (org. Caranguejo Uçá)	Lançamento documentário “Quando a maré encher” (31’, dir.: Oscar Malta) sobre a Ilha de Deus
2007	Eleição de Eduardo Campos (PSB) ao governo de Pernambuco Fundação do MOPEPE - Movimento de Pescadores de Pernambuco	<i>Primeira Barqueata</i> - protesto das comunidades pesqueiras do Recife Início do projeto de urbanização da Ilha de Deus (FADE/SEPLAG/PCR) - orçamento de R\$50 milhões de reais	Lançamento exposição “Estéticas da Periferia” MAMAM - Recife
2008			Matéria jornal “A Ilha de Deus pensa grande” no Diário de Pernambuco
2009		Inauguração da Ponte “Vitória das Mulheres”, ponte de concreto que liga a ilha ao continente	Primeira dissertação (UFRPE) sobre a Ilha de Deus (tema: conhecimento tradicional e desenvolvimento local)
2011			Primeira tese (UFPE) sobre a Ilha de Deus (tema: racismo ambiental)

2012	Inauguração <i>Shopping Rio Mar</i> (zona sul do Recife) Lançamento campanha nacional da CPP pela <i>Regularização Fundiária dos Territórios Pesqueiros</i>	Início do projeto <i>turismo social</i> na Ilha de Deus	Lançamento filme ficcional <i>Pai do Mangue</i> (prod.: Caranguejo Uçá / PE no Batente)
2013			Gravação Primeira temporada <i>Jornal da Maré</i> (prodç. Caranguejo Uçá veiculação na TVU/UFPE)
2014	Copa do Mundo FIFA de Futebol no Brasil (Recife, uma das cidades sedes)		Lançamento documentário “Ilha de Deus - território em transformação” (10’13”, dir. Luiz Lourenço)
2015	<i>Impeachment</i> Dilma Rousseff na presidência da República Instituição da <i>Política da Pesca Artesanal</i> no Estado de Pernambuco Lei 15.590/2015 Decreto 45.396/2017		
2016	Inauguração <i>Via Mangue</i> (Zona Sul do Recife), com dois anos de atraso		Matéria jornal internacional “Como um antigo esconderijo de criminosos se tornou exemplo de transformação social no Recife” BBC Brasil
2017	Encontro de Pescadores e Pescadoras do Recife	Lançamento <i>Projeto Museu Digital</i> Frei Beda Ilha de Deus (parceria Saber Viver com Porto Digital)	
2018			Lançamento curta-metragem “Entremarés”- sobre mulheres da Ilha de Deus (20’05”, dir.: Anna Andrade).